

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS

A ÚLTIMA FLOR DO LÁCIO:  
OLAVO BILAC E A ANTIGUIDADE CLÁSSICA

RAMON RIBEIRO BARRONCAS

BRASÍLIA  
2013

Ramon Ribeiro Barroncas

A ÚLTIMA FLOR DO LÁCIO:  
OLAVO BILAC E A ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Nogueira Guimarães

BRASÍLIA  
2013

Ramon Ribeiro Barroncas

A ÚLTIMA FLOR DO LÁCIO:  
OLAVO BILAC E A ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Otávio Nogueira Guimarães (orientador) – PPGHIS-UnB

---

Prof. Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria – PPGHIS-UnB

---

Prof. Dr. Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto – FD-UnB

---

Prof. Dr. Marcelo Balaban (Suplente) – PPGHIS-UnB

---

## **AGRADECIMENTOS**

Não posso deixar de iniciar os agradecimentos pela minha família. Agradeço ao meu pai, Joaquim Barroncas, e à minha mãe, Deusa Ribeiro, que, desde a graduação, me deram o suporte necessário que tornou tudo isso possível. Às minhas queridas irmãs, Jussara e Iara, que certamente também contribuíram para o resultado final desse trabalho. Ao Ítalo Barroncas, meu sobrinho e mais novo membro da nossa família, que nasceu alguns dias antes do início do meu mestrado. Acompanhá-lo crescer durante esse período coincidiu com o meu amadurecimento pessoal e intelectual. David Souza, meu primo, presente na medida do possível, mas sempre me apoiando.

Agradeço, em especial, ao meu orientador, José Otávio Nogueira Guimarães. Devo agradecê-lo por ter-me ajudado nesse trabalho desde o final da minha graduação, criticando, opinando, me ouvindo. Suas orientações foram essenciais para alcançar o objetivo final do projeto. Também venho acompanhando seu trabalho com questões ligadas à justiça de transição, ao direito à verdade e à memória, juntamente com o professor Cristiano Paixão, a quem também devo uma imensa gratidão, e posso afirmar que os debates que acompanhei nas disciplinas que ambos ofereceram juntos tornaram-se essenciais tanto para a elaboração dessa dissertação como para complementar e expandir minha visão de historiador. Obrigado.

Aos amigos e amigas que colaboraram, registro, aqui, a minha sincera lembrança e o meu profundo carinho. Há nomes que não posso deixar de citar. Agradeço à minha grande colega, conselheira, companheira de BCE, incentivadora, exemplo acadêmico, Júlia Orioli. Sem a presença dela, esse caminho teria sido mais árduo. Também cito outros nomes de pessoas que me ajudaram, direta ou indiretamente, na conclusão dessa pesquisa: Bruna Barros, André Macedo, Suellen Maciel, João Jatobá, Diogo Saraiva, Bárbara Manguiera, Leila Saads, Scarlett Dantas, Ana Júlia, Marina Bezzi, João Paulo Coelho, Alexandre Lima, Sabrina Steinke, Lívia Amorim, Fernanda Oliveira, Cláudia Paiva, Miguel Eloi, Pedro Coutinho, Eduardo Ramos, Thiago Henrique, Renan Alves, Márlon Tugdual, Diego Barrios, Carla Coelho Araújo, Luiz Henrique Mendonça, Juliana Fiallo, Bernardo Alvarenga, Luan Autuori, Letícia Braga, Leonardo Ferreira, Clara Ramthum, Eduardo Reis e Eduardo Gomes, grande amigo de Florianópolis que tive o prazer de conhecer durante um congresso em Mariana-MG.

Finalmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB) e aos funcionários do Departamento, principalmente na figura da Laura Brasil, amiga desde o meu primeiro semestre na graduação e que fez o possível para sempre me prestar o auxílio necessário durante esses dois anos. Muito obrigado, Laura. Você foi imprescindível para tornar essa pesquisa viável, tanto no suporte burocrático do Departamento como na assistência enquanto amiga.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é mostrar os variados usos e apropriações da Antiguidade clássica presentes em diferentes registros discursivos da obra de Olavo Bilac (1865-1918). Em um período que vai do final do Império até os primeiros anos da República, Bilac foi membro ativo da intelectualidade brasileira: ajudou a consolidar o parnasianismo em terras tropicais, foi cronista do cotidiano carioca, participou das lutas abolicionistas, integrou grupos republicanos, lutou pelo ensino primário de qualidade, defendeu as reformas urbanas do Rio de Janeiro, promoveu campanhas pela implantação do serviço militar obrigatório. Em cada um desses momentos, a Antiguidade clássica apareceu em seus textos sob diversas concepções de tempo e a serviço de múltiplos fins. É no compasso das querelas entre Antigos e Modernos que se desenvolve boa parte das reflexões desta dissertação.

**Palavras-chave:** tradição clássica; parnasianismo; defesa nacional; profissionalização das letras; *Belle Époque*.

## **ABSTRACT**

The objective of this dissertation is to demonstrate the different appropriations and the various uses which Olavo Bilac (1865-1918) made of classical antiquity in his multifaceted lines of work. During a period which lasts from late Empire days to the first years of the Republic, Olavo Bilac was an active member of Brazilian intellectual society: he helped to consolidate the Brazilian Parnassianist movement, wrote short stories depicting the day-to-day life of *cariocas*, participated in abolitionist movements, was a member of groups which fought for the proclamation of the Republic, fought for quality in primary education, defended urban reforms in Rio de Janeiro and promoted campaigns for the implementation of compulsory military service. In each of these instances, antiquity appears in his texts from different temporal points-of-view and serving different purposes. The confrontation between Antiquity and Modernity, known as the Quarrel between Ancients and Moderns, also occupies an important part in the explorations that are proposed in this dissertation.

**Keywords:** Classical tradition; Parnassianism; National Defense; Professionalization in Letters; *Belle Époque*.

## **LISTA DE ABREVIACOES**

ABL – Academia Brasileira de Letras

ADN – A Defesa Nacional

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

LDN – Liga da Defesa Nacional



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	João do Rio de Olavo Bilac admirando a estátua de um imperador romano.....	37
FIGURA 2	Olavo Bilac em Lisboa: banquete oferecido pela revista <i>Atlantida</i> em sua homenagem.....	52
FIGURA 3	Guerra Junqueiro, Olavo Bilac, João de Barros (diretor da revista <i>Atlantida</i> em 1916) e Pedro Bordallo, visitando a estátua de Eça de Queiroz. ....	53
FIGURA 4	Caricatura de Olavo Bilac como o “chefe da cruzada” estampada na capa da revista <i>O Pirralho</i> .....	91

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. OLAVO BILAC E A TRADIÇÃO CLÁSSICA NO BRASIL</b> .....	15
1.1 O POETA POPULAR.....	15
1.2 O CONCEITO DE TRADIÇÃO.....	20
1.3 A QUERELA ENTRE ANTIGOS E MODERNOS.....	23
1.4 A QUERELA BRASILEIRA: BRASILEIROS À GREGA .....	30
<b>2. BILAC E OS ANTIGOS</b> .....	38
2.1 PROFISSÃO DE FÉ: O PARNASIANISMO BRASILEIRO.....	38
2.2 ANTIGUIDADE, TRADIÇÃO E HISTÓRIA: “TRANSPORTAE-VOS COMIGO À HÉLADE LUMINOSA”.....	45
2.2.1 A PAIXÃO PELO PASSADO.....	48
2.3 A VIDA NA IMPRENSA: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA LITERATURA.....	56
2.4 USO DOS ANTIGOS NA CRÔNICA E NA SÁTIRA .....	64
<b>3. A CRUZADA CÍVICA DE OLAVO BILAC</b> .....	79
3.1 O PERCURSO PROPAGANDISTA DO POETA.....	79
3.2 O EXÉRCITO COMO SOLUÇÃO PARA TODOS OS MALES .....	96
3.3 A CONVOCAÇÃO DOS EFEBOS: O <i>HOPLITA</i> BRASILEIRO E A IDEIA DE UM EXÉRCITO CÍVICO .....	106
<b>CONCLUSÃO</b> .....	130
<b>ARQUIVOS DIGITAIS CONSULTADOS</b> .....	137
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	137
FONTES.....	137
PERIÓDICOS CONSULTADOS.....	137
DE BILAC .....	138
FONTES GERAIS .....	139
<b>BIBLIOGRAFIA GERAL</b> .....	139

## INTRODUÇÃO

Não é possível passar das trevas da ignorância para a luz da ciência a não ser lendo, com um amor sempre mais vivo, as obras dos Antigos. Ladrem os cães, grunhem os porcos! Nem por isso deixarei de ser um seguidor dos Antigos. Para eles irão todos os meus cuidados e, todos os dias, a aurora me encontrará entregue ao seu estudo.

Pedro de Blois, século XII

Destruo toda esta arquitetura de importação literária, grega, rococó, colonial, servil. Destruo toda esta escultura convencional e imbecil, esta pintura mofina. Destruo toda essa literatura acadêmica, romântica, literatura que só é literatura e não vida e energia. Construo com o granito, com o ferro, com a madeira, que a terra pródiga me oferece, a morada simples, clara, forte, graciosa do brasileiro.

Graça Aranha, 1924

É complicado mensurar até que ponto a Antiguidade clássica e sua cultura ainda fazem sentido no presente. Não é com estranhamento, então, que nos deparamos com o seguinte questionamento formulado por François Hartog sobre os gregos, os romanos e suas conexões com o presente: “ainda é possível uma relação direta com eles? Suas questões ainda são as nossas? Podemos, ainda, ou podemos novamente, considerar como nossas algumas de suas razões?”.<sup>1</sup> Certamente, como argumenta Hartog, as ruínas antigas atraem, todos os anos, diversos turistas que visitam variados sítios arqueológicos de épocas antigas. A cultura da Antiguidade é apresentada para nós desde cedo, na escola, por meio da sua história, literatura, do teatro, filosofia e de tantos outros assuntos tratados em sala de aula. Personagens e histórias mitológicas, como a de Hércules e seus 12 trabalhos, são de conhecimento geral, bem como outros aspectos da mitologia greco-romana.

Não seria difícil buscar uma vasta quantidade de exemplos para demonstrar que noções, instituições, nomes e uma infinidade de outros elementos têm suas raízes na Antiguidade. O problema que se coloca, então, não é tanto no caminho de se medir o quanto da Antiguidade e de suas questões ainda são as nossas, mas sim quais os significados, os usos e os objetivos dessas apropriações. E, aqui, deparamo-nos com um novo problema: diferentes fatores, querelas e imbricações nos apresentam quadros diversificados, e muitas vezes

---

<sup>1</sup> Hartog, 2003, p. 115-116.

confusos, de apropriações da cultura greco-romana que se relacionam diretamente com noções temporais distintas de uma gama de períodos e lugares múltiplos. Ou seja, não existe uma maneira unificada de se relacionar com a Antiguidade, mas variadas associações que se modificam de acordo com o período, espaço, concepções individuais ou coletivas. Assim, é possível traçar uma história das relações travadas entre períodos diversos e a Antiguidade.

Um desses confrontos ficou conhecido como a *Querelle des anciens et des modernes*. Por enquanto, ressaltaremos apenas que esse conflito conheceu mais de um momento de irrupção, ao longo de vários séculos, em que o conteúdo da contenda oscilou entre extremos de glorificação ou rejeição da Antiguidade em comparação com o tempo moderno. Dessa história conflituosa, apresentaremos somente uma visão geral. Como bem lembra Hartog, pode-se, “no máximo, demarcar algumas pistas, assinar pontos de passagem, circunscrever alguns momentos significativos”.<sup>2</sup> Assim, partindo de uma discussão panorâmica sobre o conflito entre Antigos e Modernos e como essa questão surgiu no meio literário e intelectual brasileiro do final do Império e início da República, o objetivo do trabalho é apresentar elementos que possam ajudar a construir a relação de Olavo Bilac com a Antiguidade e com o tempo.

Olavo Bilac foi poeta, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, jornalista, conferencista, trabalhou em cargos administrativos do governo, participou das campanhas abolicionistas no final do Império e lutou a favor da instauração da República do Brasil. Da sua vasta obra, destacam-se suas poesias de vertente parnasiana (trabalho que lançou o poeta para o público), suas crônicas para os jornais e sua elaboração de livros didático-pedagógicos voltados para o público infante-juvenil. Bilac foi ávido defensor do ensino primário, tema que ocupou parte considerável de suas reflexões acerca dos problemas que o Brasil de seu tempo enfrentava. Ao final de sua vida (1915-1918), participou de uma intensa campanha em favor do serviço militar obrigatório, fato que lhe rendeu o reconhecimento como Patrono do Exército brasileiro até os dias atuais.

Durante a fase de elaboração dessa dissertação, questionou-se se a relação que Olavo Bilac travou com a Antiguidade não poderia se resumir a sua obra parnasiana, partindo do pressuposto estilístico de que a utilização de temas greco-romanos clássicos é uma das características dessa escola. Porém, foi verificado que a apropriação da cultura helênica e romana ultrapassa o uso meramente poético. Assim, vemos que Bilac, trabalhando com

---

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 115.

noções temporais distintas, utilizou-se da Antiguidade em diferentes produções e para fins variados. Da mesma maneira que não existe uma forma estanque de se entender a Antiguidade, e essa visão pode variar de acordo com uma infinidade de fatores, o poeta também não se deteve somente na poesia para compreender e fazer uso dos Antigos.

Enquanto cronista do dia-a-dia do Rio de Janeiro, Bilac mostra-se um comentador de vários assuntos e aspectos da vida carioca. A questão sanitária e as reformas urbanas promovidas pelo governo de Pereira Passos, por exemplo, chamarão atenção especial do poeta e voltariam a reaparecer nos seus anos de campanha a favor do serviço militar obrigatório e implantação da defesa nacional. No trabalho dos periódicos, a Antiguidade também apareceria. No entanto, não mais como referenciada em sua poesia parnasiana, em que os temas clássicos são apresentados completamente distantes da realidade vivenciada pelo poeta. Fazendo uso da sátira e da ironia em sua crônica, o poeta-cronista, muitas vezes, utiliza-se da cultura greco-romana para compor o quadro de suas crônicas, fazendo comparações irônicas entre a realidade da sua cidade e acontecimentos, personagens (míticos ou reais) da história da Antiguidade. Percebe-se, também, principalmente nos discursos dos anos de campanha nacionalista, a passagem, se comparada à produção poética, de um tempo predominantemente afastado para o tempo do progresso, em que Bilac passa a glorificar o passado não mais como elemento isolado, mas como parte integrante da lógica temporal progressista.

Em momento tardio de sua vida, Bilac empreende uma campanha que teve início em 1915, na qual idealiza para a sociedade um papel de exército baseado no conceito do soldado-cidadão. Para Olavo Bilac, a solução final para sanar os problemas que acometiam o Brasil encontrava-se no serviço militar obrigatório para todos os homens, pois o Exército, segundo a sua concepção militar, deveria ensinar os preceitos de higiene, instrução, civismo e patriotismo essenciais para o desenvolvimento civilizacional do Brasil. Além do mais, acreditava, a caserna seria essencial para tornar os indivíduos verdadeiros cidadãos e nivelar a sociedade igualmente. Essas concepções, como argumentaremos, assemelham-se ao conceito de soldado-cidadão formulado na Grécia clássica. Dessa maneira, a Antiguidade é evocada para compor um modelo de cidadania que visava solucionar as mazelas sociais e políticas que afetavam a inconsistente República do período.

Para além dos usos literários, então, pude verificar que Bilac faz diversas leituras e usos da cultura dos antigos gregos e romanos. Servindo-me das produções de Bilac, que vão desde suas poesias parnasianas, passando por crônicas para os jornais, obras literárias infanto-juvenis, discursos e conferências, tentou-se trabalhar com essas apropriações bilaquianas do

mundo Antigo, fazendo, ainda, discussões sobre questões ligadas a regimes de temporalidade variados.

# 1. OLAVO BILAC E A TRADIÇÃO CLÁSSICA NO BRASIL

## 1.1 O POETA POPULAR

Uvi Strella

Che scuitá stella né meia stella!  
Vucê stá maluco! e io ti diró intanto,  
Chi p'ra scuitalas moltas veis livanto,  
I vô dá uma spiada na gianella.

I passo as notte acuersáno c'oella,  
Inquanto chi as outra lá d'um ganto  
Stó mi spiáno. I o sol come um briglianto  
Naçe. Óglio p'çeu: - Cadê stella!?

Direis intó: - O' migno inlustro amigo!  
O chi é chi as stella ti dizia  
Quano illas viéro acuersá contigo?

E io te diró: - Studi p'ra intedel-a,  
Pois só chi giá studô Astrolomia,  
E' capaiz di intendê istas stella.

Juó Bananére

Essa paródia do famoso poema de Olavo Bilac, *Ouvir Estrelas*, saiu originalmente em 1915, em *O Pirralho*.<sup>3</sup> A revista, que à época era dirigida por Oswald de Andrade, figurava entre as mais importantes de São Paulo. O poema de Juó Bananére, para ser compreendido integralmente em seu caráter cômico, pressupõe que o seu original parodiado também seja conhecido pelo público leitor. E provavelmente o era por boa parte dos que liam as páginas da revista, pois Olavo Bilac, ainda em vida, conseguiu grande popularidade. A esse respeito, João do Rio relata:

não há quem não o admire, não há quem não o louve. As fadas, que são quase uma verdade, fizeram da sua existência uma sinfonia deliciosa, e como o seu talento não tem desfalecimentos e a sua atividade é sempre fecunda, a admiração se perpetua. *É o poeta da cidade como Catulo o era de Roma e como Apuleio o era de Cartago*. Todos o conhecem e todos o respeitam. Os editores vendem anualmente quatro mil exemplares de seu livro de versos, realizando o que até então era o impossível. Onde vá, o louvor acompanha-o. A cidade ama-o. Nenhum poeta contemporâneo teve o destino luminoso de empolgar exclusivamente a admiração. Ele é o pontífice dos artistas e dos que o não são. Há homens que guardam em cofres tudo quanto tem escrito de esparso na sua múltipla colaboração jornalística e não há um dia em que pelo menos não receba dos confins da província ou dos bairros aristocráticos meia dúzia de cartas chamando-o de admirável. E nunca a sua túnica branca teve uma ruga desgraciosa, nunca nos seus períodos a elegância deixou de

<sup>3</sup> *O pirralho*, 16 de outubro de 1915, p.3.

brilhar. Quando escreve, os jornais aumentam a tiragem com as suas crônicas, e o seu estilo impecável aureola de simpatia todos os assuntos; quando fala, as suas palavras admiráveis, talhadas como em mármore e diamante, *lembram os jardins de Academos e as prosas sábias do cais de Alexandria, no tempo dos Ptolomeus*. E todos sentem a fascinação do encanto — as turbas confusas e os homens inteligentes.<sup>4</sup>

Ponderando-se o elogio hiperbólico de João do Rio, o trecho confirma o que acabamos de falar. Bilac atingiu status de figura notória nos meios intelectuais, políticos, militares, entre a alta classe carioca e brasileira, além de ganhar reconhecimento entre populares.<sup>5</sup> Em 1913, a revista *Fon-Fon* realizou um concurso que sagrou Bilac, o “magnífico artista”, o “príncipe dos poetas brasileiros”, título que acabou se tornando epíteto do poeta.<sup>6</sup> Outro fato curioso que atesta a popularidade do poeta é a utilização do seu nome em campanhas publicitárias. “Olavo Bilac curou-se com Bromil” dizia uma campanha de xaropes, que também trazia uma carta assinada pelo poeta: “tenho a maior satisfação de relatar que, sofrendo de uma bronquite (...), fiquei radicalmente curado com o uso de Bromil”.<sup>7</sup> Hugo Bassini, industrial de São Paulo, teve a ideia, em 1915, de utilizar o “estalidante e sonoro” nome do poeta para promover nova marca: Cigarros Bilac. O que foi feito com o consentimento do próprio parnasiano.<sup>8</sup> Com o aval de Bilac e o posterior lançamento da marca, lia-se na propaganda do produto: “cada carteira contém uma poesia e um belo retrato do grande poeta”; e esse pequeno verso, “Gente rica ou gente pobre/gente humilde ou de destaque/Seja plebeu, seja pobre/Fume os Cigarros Bilac”.<sup>9</sup>

O reconhecimento literário de Bilac veio cedo. Não tardou para que o jovem poeta ficasse conhecido nos círculos da boemia literária carioca. Em 1881, aos 15 anos e influenciado pelo pai, o Dr. Brás Martins dos Guimarães Bilac, que era médico e havia servido na guerra do Paraguai, matriculou-se no curso de Medicina no Rio de Janeiro. Foi nessa época que passou a colaborar com inúmeros periódicos: *Gazeta acadêmica*, *Gazeta de Sapucaia*, *A Semana*, *O Vassourense*, *A Quinzena* e *A Estação*.<sup>10</sup> Nessas páginas, Bilac publicou seus primeiros versos. A estreia em jornal da grande imprensa, no entanto, só aconteceria em 1884, quando o soneto *Nero* - primeira versão do seu famoso poema *Sesta de*

---

<sup>4</sup> João do Rio, s/d, p. 3.

<sup>5</sup> Hansen, 2011, p. 17. Disponível em: <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342394.PDF>

<sup>6</sup> Fon-Fon, 26 de abril de 1913.

<sup>7</sup> *Id.*, 9 de setembro de 1916.

<sup>8</sup> Correio Paulistano, 21 de outubro de 1915, p. 2.

<sup>9</sup> A Cigarra, 19 de janeiro de 1916 *apud* Hansen, 2011, p. 17. Disponível em: <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342394.PDF>

<sup>10</sup> Simões, 2006, p. 39.



*Nero* – foi publicado no jornal *A Gazeta de Notícias*. Contudo, o próprio Bilac admite que quem realmente o “iniciou na carreira literária” foi Artur Azevedo, que publicou no *Diário de Notícias*, em 1885, uma apresentação do poeta e dois de seus poemas na sua coluna “De Palanque”, na qual dizia: “o nome de Olavo Bilac bem cedo figurará entre os melhores de nossa literatura”.<sup>11</sup>

Bilac resolve “dar costas à rabugenta Escola de Medicina”, como confidenciou em carta ao amigo Rodrigo Otávio.<sup>12</sup> Nunca concluiu o curso, para desgosto de seu pai. O poeta acabou se envolvendo com os círculos literários e boêmios do Rio de Janeiro, atitude que também desagradou o Dr. Brás, que desejava ver o filho médico e longe da vida literária e noturna. Os dois romperam em 1886 e Bilac saiu da casa dos pais. Foi por essa época que iniciou relacionamento amoroso com a irmã de Alberto de Oliveira, Amélia.

Em 1887, participou da fundação do *Grêmio de Letras e Artes*, “espécie de antecipação da Academia Brasileira de letras”, do qual faziam parte Coelho Netto, Guimarães Rosa, Paula Ney, Machado de Assis, Valentim Magalhães, Artur Azevedo, entre outros. A experiência não durou muito e o grêmio extinguiu-se pouco tempo depois.<sup>13</sup> Foi também em 1887, precisamente em abril, que Bilac decidiu mudar-se para São Paulo. Pretendia iniciar seus estudos na Faculdade Direito, possivelmente para agradar a família de Amélia – como sugerem Álvaro Santos e Fernando Jorge. O poeta foi bem recebido na capital paulista, mostrando que já havia adquirido certa fama em São Paulo. Raimundo Correia, o companheiro da tríade parnasiana junto com Alberto de Oliveira, escreveu uma carta para que Bilac a entregasse a Gaspar da Silveira, dono do *Diário Mercantil*. Dizia a carta: “meu caro Gaspar. É com imensa satisfação que te apresento agora o cantor da *Delenda Cartago*, o poeta ardente da *Tentação de Xenócrates*, meu particular amigo Olavo Bilac, um dos mais belos talentos da nova geração”.<sup>14</sup> A carta parece ter surtido efeito imediato. Na edição do jornal do dia 23 de abril, lê-se: “chegou ontem a São Paulo esse distinto poeta, que vem estudar direito e (...) colaborar efetivamente no *Diário Mercantil*”.<sup>15</sup>

Trabalhar em jornais e revistas foi o modo que Bilac encontrou para prover seu sustento na grande capital. O *Diário Mercantil* não foi o único periódico em que o jovem estudante de direito passou a colaborar. Também ingressou na redação de *Vida Semanária*,

---

<sup>11</sup> Diário de notícias, 12 de dezembro de 1885.

<sup>12</sup> Olavo Bilac, Carta a Rodrigo Otávio, 16 de novembro de 1886.

<sup>13</sup> Magalhães, 1974, p. 62.

<sup>14</sup> Oliveira, carta a Gaspar da Silveira *apud* Magalhães, 1974, p. 66.

<sup>15</sup> Diário Mercantil, 23 de abril de 1887 *apud* Magalhães, 1974, p. 66.

revista de notas políticas, caricaturas e variedades literárias. A partir da década de 90, a vida nas redações dos jornais e revistas se tornaria a principal atividade do poeta, até, ao menos, o final da década de 1900. Porém, nesse início de vida em São Paulo, Bilac parecia não ver com bons olhos o trabalho nos jornais. Em carta a Bernardo de Oliveira, irmão de Alberto de Oliveira, datada de 2 de junho de 1987, o poeta deixa isso claro.

Receberás por estes dias a *Vida Semanária*. Sabes o que é esse bicho? Uma revista política daqui, que paga ao teu pobre amigo algumas miseráveis dezenas de mil réis mensais para que ele lhe encha de matéria literária oito páginas de cada número. Vê que trabalhão; vê que desgraça! Eu, eu que sempre odiei política, ver-me obrigado a trabalhar num jornal de políticos! Felizmente, são bons os companheiros: Júlio Ribeiro, Teófilo Dias, Castro Lima na parte política, e eu, unicamente eu, na parte literária. Mata-me esta necessidade de ganhar dinheiro: não nasci para este triste ofício de literato de fancaria!<sup>16</sup>

Não lhe agradava a vida em São Paulo. Mesmo sendo bem recebido e bem acolhido na cidade, o poeta relatava sua aflição por meio das cartas que enviava aos amigos. “São Paulo é uma bexiga. Isto não vale dois caracóis (...). Receberás qualquer dia notícia de minha morte. Não posso viver numa terra onde só há frio, garoa, lama, republicanos, separatistas, camelos e Tupinambás”.<sup>17</sup> Sentia falta da Rua do Ouvidor, da Confeitaria Cailteau, onde se reunia com amigos intelectuais como Rodrigo Otávio, Paula Ney e outros, dos colegas e da namorada Amélia. Dizia que se vingava da cidade trancando-se em casa, fazendo versos e “decorando o texto do *Corpus-Juris*”.

No início de novembro de 1887, Bilac retornou ao Rio por alguns dias. Tinha um objetivo bastante claro: ficar noivo de Amélia, o que ocorreu em 11 de novembro. Para a infelicidade de Bilac, José Mariano, pai da noiva, faleceu no início de dezembro. Juca, um dos irmãos de Amélia e novo chefe da família, era contrário à união dos dois. Em 1888, Bilac, que já não frequentava muito as aulas da Faculdade Direito e havia resolvido ser somente ouvinte do curso, abandonou de vez o curso e a cidade de São Paulo, voltando para o Rio de Janeiro em definitivo. Juca, no entanto, dá a palavra final e o noivado é interrompido.

Se Bilac não tinha conseguido êxito no campo amoroso, a publicação do seu primeiro livro, *Poesias* (1888), pode ser considerada um sucesso de crítica e público. Ele foi mais bem

---

<sup>16</sup> Bilac, carta a Bernardo de Oliveira, 2 de junho de 1987.

<sup>17</sup> Olavo Bilac, carta a Antônio Fernandes Figueira, 17 de maio de 1987.

sucedido que seus amigos de parnaso, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia, tornando-se “o poeta mais prestigiado e popular da nova estética”.<sup>18</sup> Parte do público conhecia a reputação do jovem e alguns dos poemas do livro já haviam aparecido nas páginas de diversos periódicos. O poeta também era amigo de muitas figuras do meio intelectual carioca e assíduo frequentador de ambientes literários da boemia. Sua poesia, como demonstrado, havia recebido elogios de personagens consagrados, como Alberto de Oliveira, Raimundo Correia e Artur Azevedo. É, sobretudo, a constituição material do seu primeiro livro que lança Bilac em definitivo como expoente da literatura do período.

Nessa sua primeira produção, a recorrência às temáticas ligadas ao passado e à Antiguidade clássica é notória. Alvaro Santos Simões Junior levanta a hipótese de que essa referência à cultura greco-romana clássica “talvez contribuísse para a popularidade de Bilac, que celebrava em sonetos as histórias venerandas que os leitores brasileiros aprendiam a admirar na escola”.<sup>19</sup> Realmente, como veremos, os currículos escolares brasileiros dedicavam parte considerável do seu conteúdo à cultura da Antiguidade clássica. Também era constante o aparecimento dos Antigos em muitas produções literárias do período, o que Brito Broca classificou como “helenofilia”. Essa relação de Bilac com o passado, sobretudo com a cultura da Antiguidade, não aparece unicamente em sua poesia. Seus discursos, crônicas e conferências estão repletos de referências ao mundo greco-romano e, ao lado de sua obra poética, fornecem rico material para uma investigação acerca do modo como se relaciona com a cultura clássica, com a tradição e com o progresso, e do modo como experimenta o tempo histórico.

Num período em que diversos projetos de nação apresentavam-se como solução para os problemas do Brasil, como foi o final do Império e os primeiros anos da República, a Antiguidade e os modos de se relacionar com a cultura greco-romana ligavam-se, muitas vezes, a essas correntes de pensamento. Então, mesmo que a problematização sobre a cultura clássica dentro dos meios intelectualizados tenha uma aparência predominantemente literária e artística, o que vemos é que a apropriação dessa cultura, volta e meia, envereda para discussões de caráter político e social. A tradição clássica, nesse sentido, é apreendida de maneiras múltiplas, ora sendo utilizada como pressuposto estético de uma corrente literária, ora ajudando a compor discussões sobre a formação da sociedade brasileira. Essa expressão ampla que o uso da tradição clássica assume nesse contexto conecta-se à própria noção de

---

<sup>18</sup> Simões, 2006, p. 43.

<sup>19</sup> *Id.*, 2005, p. 5.

“tradição” como a entendemos. Discutir esse conceito vai nos ajudar a construir nosso argumento sobre as diferentes maneiras que Olavo Bilac apropriou-se da Antiguidade em sua produção. O que é tradição? Qual objeto merece ou não a designação de “tradicional”? Quem é o responsável (ou quem são os responsáveis) por conferir esse status a tal objeto? Em que distância temporal deve estar um objeto para ser considerado tradicional?

## 1.2 O CONCEITO DE TRADIÇÃO

A noção de tradição está associada à ideia de tempo. Se pressupusermos que, ao lidarmos com o tempo, estamos lidando com um conceito que varia de acordo com época, lugar e cultura em que é empregado, é crível pensarmos que a noção de tradição também varia de acordo com a concepção de tempo que a sustenta. Em um regime de temporalidade cíclico, por exemplo, em que o passado “retorna” constantemente ao presente e as expectativas do futuro são limitadas pelas experiências passadas, a tradição poderia não ser compreendida, assim como comumente a pensamos em um regime de temporalidade linear, como o antigo persistindo no contemporâneo. Nesse tempo cíclico, o presente é vivenciado como repetição periódica do passado, sendo pequeno o espaço para a experiência do “original”. As relações antinômicas que se estabelecem normalmente entre passado e presente, sociedade tradicional e sociedade moderna, continuidade e descontinuidade são características de um regime de temporalidade particular e não fazem tanto sentido no contexto do regime cíclico.

Na tentativa de “desconstruir” a noção de tradição, Gerárd Lenclud a discute partindo de três questionáveis acepções. A primeira delas baseia-se na ideia de persistência do passado no atual. A tradição seria um elemento de uma época “esgotada”, que se conserva no presente sem mudanças significativas. Ela implicaria uma posição e um movimento no tempo: o objeto do passado, que, por alguma razão, persistiu em épocas posteriores.

Se nem tudo o que vem do passado pode ser considerado “tradicional”, então, apenas alguns elementos, “selecionados”, deveriam ser assim designados. Os elementos do passado que persistem não seriam imediatamente considerados tradicionais. Para tanto, dependeriam de um processo de filtragem que os transformaria em uma espécie de “depósito cultural” relevante. “Em outras palavras”, sintetiza Lenclud a segunda acepção, “associamos à noção de tradição a representação de um conteúdo que expressa uma mensagem importante,

culturalmente significativa e dotada, por essa razão, de uma força ativa, de uma predisposição à reprodução”.<sup>20</sup>

A terceira acepção diz respeito não ao conteúdo passado, mas ao meio pelo qual ele se conservou. A tradição, desse modo, além de não poder ser compreendida como todo resquício sobrevivente, teria que ser rastro transmitido por um meio específico: a cultura oral, por exemplo.

Lenclud, em seguida, identifica alguns “equívocos” nessas acepções. No que concerne à primeira acepção, fala sobre as dificuldades de verificar se o objeto tradicional analisado teria se conservado igual ao modelo original do passado. “Como qualificar de tradicional”, pergunta, “uma sociedade ou um objeto cultural, se não há nenhum meio de verificar se é realmente idêntico a uma fórmula de origem, que nunca, é lógico, foi diretamente observada?”<sup>21</sup> É bom ressaltar que o autor aqui trabalha sob uma perspectiva etnológica e aponta que “os etnólogos dedicam-se principalmente ao estudo de sociedades que se dizem tradicionais, sendo que eles não conhecem nada ou quase nada de seu passado”. Deve-se sublinhar, no entanto, que, apesar de entendermos o argumento de Lenclud, a falta de um acesso direto ao passado não significa, necessariamente, uma impossibilidade de comparação entre dois objetos afastados no tempo e no espaço. Carlo Ginzburg, ao trabalhar com documentos inquisitoriais da região friulana, datados do final do século XVI e meados do XVII, estuda um núcleo de crenças e práticas religiosas ligadas aos *benandanti* (andarilhos do bem), mostrando como tais práticas aparecem em diferentes lugares e sob formas variadas.<sup>22</sup> Nesse caso, determinar uma origem específica talvez não seja possível. As origens de certas tradições, contudo, podem ser algumas vezes verificadas. É o caso, como exemplifica Hobsbawm, da “transmissão radiofônica real realizada no Natal da Grã-Bretanha (instituída em 1932)”.<sup>23</sup>

A questão que se coloca aqui é outra. Pode-se dizer que um objeto cultural permanece imutável em contextos variados e que é isso que o torna tradicional? Ginzburg procura verificar quais as similaridades, diferenças e relações comuns existentes entre crenças que ele acredita terem uma origem (ou origens) semelhante(s). A tradição dos *benandanti* não se tornou estática em espaços e períodos diferentes. Pelo contrário, tornou-se um núcleo de práticas e crenças de relativa permuta e variação dentro de contextos diversos. Não existe

---

<sup>20</sup> Lenclud, 1987, p. 4.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 6.

<sup>22</sup> Ginzburg, 2007.

<sup>23</sup> Ranger; Hobsbawm, 1984, p.9.

“tábula rasa na ordem da cultura. Toda mudança, tão revolucionária quanto possa parecer, dá-se sobre fundo de continuidade, toda permanência integra variações”.<sup>24</sup> Em outros termos, a tradição não se mede pelo nível de semelhança ao dito objeto original.

A tradição, poder-se-ia enunciar, seria mais uma ideia do que uma expressão literal do passado, um espírito que se conserva mais ou menos intacto dentro de um apanhado cultural. Seria o mesmo que dizer que a tradição se liga menos às práticas culturais e mais às mensagens subjacentes a elas. As práticas seriam apenas as manifestações da tradição e não a tradição em si. Mas muitas das tradições não se constituem justamente por repetição de certas práticas? “Pode-se verdadeiramente acreditar que repetir uma tradição é reproduzir em atos um sistema de pensamentos?”.<sup>25</sup> O simbolismo associado a certas tradições muitas vezes é ignorado pelos próprios praticantes. É o caso da maneira de se dispor os talheres à mesa e da postura adotada durante uma refeição. Para Lenclud:

tudo parece se dar como se a ‘tradição’ não estivesse nas ideias, mas residisse nas próprias práticas, como se fosse menos um sistema de pensamento do que modos de fazer. Se tal não fosse o caso, o etnólogo ver-se-ia dotado de um notável privilégio, o de ser o único capaz de enunciar a tradição do Outro, construindo-a indutivamente a partir de observações. Na falta de um detentor qualificado da tradição, ter-se-ia sempre necessidade de um etnólogo para se apropriar da tradição.<sup>26</sup>

Em relação ao terceiro conceito de tradição, que fala num tipo de transmissão específico, como a cultura oral, Lenclud expõe que essa acepção não resolve nenhum dos problemas levantados: “o da delimitação dos fatos tradicionais (o que não é tradicional em uma sociedade de tradição oral?); o dos dispositivos de seleção; o das operações individuais e coletivas efetuadas nas coisas transmitidas e o da compatibilidade entre essas operações e o fato de conservação; o da ‘força’ da tradição e da origem dessa força”.<sup>27</sup>

Com qual acepção de tradição trabalhar? A tradição, segundo essas ideias que foram vistas, parece caminhar somente num sentido: inicia-se no passado e vai deslocando-se para os períodos posteriores. Um dado preestabelecido que as pessoas que vivenciam determinada época apenas o reproduziriam e o compartilhariam de forma passiva e sem muito acrescentar.

---

<sup>24</sup> Lenclud, *op. cit.* p.1.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 9

<sup>26</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 10.

O passado visto dessa maneira se impõe ao presente, constringendo os homens do agora a aceitá-lo. Não existe espaço para a inovação e variação.

Lenclud propõe outra forma de trabalharmos com o conceito. A tradição é mais o que fazemos dela do que o que ela faz de nós, uma constante interpretação e reinterpretação do passado. Se os elementos persistem, é porque cada época distinta estabeleceu relações de significados com o passado e com a tradição. Esse passado não precisa nem mesmo ter existido de fato para que se torne um objeto de apropriação. Um passado deliberadamente inventado não pode ser transformado em tradição? Essas associações de sentido com o passado são utilizadas de maneira a formar uma coerência funcional, um meio de uma cultura se justificar em cada período, “oferecer a todos aqueles que a anunciam (a tradição) e a reproduzem no dia-a-dia o meio de afirmar sua diferença, e por isso mesmo, de assentar sua autoridade”.<sup>28</sup>

Dentro de uma sociedade, a tradição não é uma só, mas é múltipla, variável e se defronta com uma gama de outros elementos que a compõe. Cada grupo buscará sua ligação com a tradição e com o passado que diga respeito à identidade que se pretende passar, seja no âmbito coletivo ou individual. A lógica para a tradição clássica é exatamente a mesma. A maneira como as pessoas se relacionaram com a cultura clássica conheceu diferentes períodos, objetos, razões. Cabe destaque para o confronto que opôs a Antiguidade à Modernidade, que ajuda a compor o pano de fundo da dissertação, na medida em que tal embate também foi pauta do meio intelectual brasileiro do período estudado, com autores se pronunciando contra ou a favor da influência da tradição clássica em terras brasileiras. O confronto entre Antigos e Modernos já foi objeto de pesquisa de muitos autores. Para elucidar melhor a questão, antes de levá-la para o contexto literário do Brasil do final do século XIX e início do XX, apresentar-se-á um pequeno panorama de como a contenda se desenvolveu em períodos variados.

### 1.3 A QUERELA ENTRE ANTIGOS E MODERNOS

Jean-Pierre Vernant relata que, certa vez, em conversa com François Hartog, foi questionado pelo amigo se a leitura que ele fazia da epopeia homérica e suas reflexões sobre a bela morte (*kalos thanatos*) não se ligavam de alguma maneira ao seu passado de resistente

---

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 13.

francês durante a Segunda Guerra Mundial. Questionamento que, num primeiro momento, causou certa estranheza a Vernant: “me parecia impróprio amalgamar o que, em princípio, depende apenas da pura ciência e as eventualidades da ação ao sabor das circunstâncias”.<sup>29</sup> O inquirido não tinha certeza do que responder, “simplesmente não sabia”. Pensava ele que um “velho senhor que sempre viveu tranquilamente à sombra das bibliotecas” não tem o mesmo “eu” de um jovem que passou “quatro anos na Resistência”. No entanto, após refletir sobre a pergunta, conclui que

esses laços que teceram, entre minha interpretação do mundo dos heróis de Homero e minha experiência de vida, uma espécie de rede invisível de correspondências, me apareceram claramente, orientando minha leitura “científica” e privilegiando no texto certos traços: a vida breve, o ideal heroico, a bela morte, a ofensa ao cadáver, a verdadeira honra além das honras, a glória imperecível, a memória do canto poético - todos temas que coloquei em primeiro plano. Entre um passado com quase três mil anos inscrito em textos, um passado muito recente ainda vivo em minhas lembranças e hoje, quando escrevo este livro, se esses temas continuam a me interpelar é porque repercutem em minha interrogação presente, misturando suas vozes sem se confundirem.<sup>30</sup>

Para Vernant, relacionar os Antigos com a uma experiência específica da sua vida não foi tarefa automática. A maneira como nos relacionamos com o passado parece não ter forma previamente delimitada. As experiências vividas, lembranças próprias, lembranças outras, lembranças inventadas, tempo presente, tempo remoto e tempo remotíssimo formam essa “rede invisível de correspondências”, à qual Vernant faz referência. Os rastros passados que chegam até o presente, seja por acaso ou por escolha deliberada, não são apreendidos de maneira una. A atual relação com os antigos não poderia se dar de maneira diferente. O “legado implica valores. É sempre seletivo, isto é, existe também rejeição, ausência de legado, e também infinita adaptação, modificação, distorção”.<sup>31</sup> Ou seja, existem infinitas maneiras de apreensão da Antiguidade, pelo menos de maneira hipotética.

A “rede invisível de correspondências” entrelaça essas diversas, ou infinitas, associações estabelecidas entre a Antiguidade e diferentes períodos. Nos interessa trabalhar com o conflito, ou querela, entre Antiguidade e Modernidade. Mas quem são os modernos? Quem são os antigos? Quando se estabeleceu que esse par forma uma antítese? Por de trás

---

<sup>29</sup> Vernant, 2009, p. 13.

<sup>30</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>31</sup> Finley (Org.), 1998, p. 30.



dessa relação também há uma história. A própria noção de “antigo” é relativa, não necessariamente referindo-se à Antiguidade clássica.

No campo da História, entendida enquanto disciplina, habituou-se a caracterizar a “Antiguidade clássica” como a área que se dedica ao estudo das antigas civilizações greco-romanas. O período que marcaria o fim da Antiguidade e o início da época medieval coincidiria com a queda do Império Romano do Ocidente. Como sabemos, essas datas são convenções criadas, muitas vezes de maneira arbitrária, para, entre outros motivos, delimitar uma determinada área de estudo e facilitar as análises para um grande número de pessoas que aceitam essas datações. O “fim” de um período não representa literalmente o abandono de todos os elementos daquela sociedade; e o “início” de outro não representa uma completa renovação. Os Antigos também conheceram os seus próprios antigos.

A noção do moderno em choque com o antigo veio a surgir posteriormente. Hartog aponta que “foi só no século VI que apareceu o feliz neologismo *modernus*. (...) Formou-se efetivamente o par antigo/moderno; daí em diante este iria desfazer-se e refazer-se no ritmo das ‘querelas’ que, em vagas sucessivas, escandiriam sua história”.<sup>32</sup> As “querelas” envolvendo essa dupla de conceitos foram diversas, com diferentes formas e objetos. Momentos de irrupção desse conflito aconteceram já no século XII, com autores como Gautier Map, celebrando a Modernidade, em contraste com João de Salisbury, que afirmava:

quanto mais disciplinas se conhecer, tanto mais profundamente seremos impregnados, tanto melhor aprenderemos a justeza dos autores (antigos) e melhor ensinaremos. Foram eles que, graças à *diacris*, que significa ilustrar ou colorir, a partir da matéria bruta de uma história, dum tema, duma fábula, com o auxílio de todas as disciplinas e duma grande arte da síntese e da razão, fizeram da obra acabada como que a imagem de todas as artes.<sup>33</sup>

Mais tarde, nos séculos XIV-XV, muitos foram os movimentos que passaram a se declarar “modernos”. A famosa analogia medieval dos Antigos como gigantes e os Modernos como anões em seus ombros estabelece um vínculo temporal paternalista e visceral com a Antiguidade: os modernos, de acordo com essa leitura, eram considerados pequenos seres que necessitavam da ajuda dos Antigos para enxergar além. Os antigos povos da Hélade e da Roma clássica eram considerados os gigantes, os gestores que suportavam toda a estrutura

---

<sup>32</sup>Hartog, *op. cit.*, p.122.

<sup>33</sup>Salisbury *apud* Pedrero-Sánchez, 2008, p. 176.

moderna. Essa forma de ver a cultura da Antiguidade tem por pressuposto um regime de temporalidade em que a duração produz necessariamente decadência. “O tempo, desse modo, é essencialmente ambivalente. Permite a acumulação de conhecimentos, mas também destrói. É portador de salvação e marca da nossa miséria”.<sup>34</sup>

A Renascença marcou de maneira mais acentuada a retomada dos autores clássicos. Os Antigos não foram esquecidos durante a Idade Média, isso é claro, mas com o Renascimento, os “humanistas (...) esforçaram-se por encontrar uma Antiguidade mais autêntica”.<sup>35</sup> Uma Antiguidade, no entanto, centrada principalmente em um passado em que Grécia e Roma formavam um conjunto unificado. A equivalência que se buscava entre antigos e modernos era uma tentativa justamente de se afastar da Idade Média. O regime temporal sofre mudanças no Renascimento, com a abertura de um tempo que inicia uma mentalidade de progresso: reconhece-se que os gregos e os romanos foram grandes, mas esse reconhecimento não se constitui em passividade, pois, sobre a base do progresso, a sociedade queria ir além, não queria simplesmente imitar a Antiguidade, mas melhorá-la e construir mais sobre as estruturas antigas. Essa noção de progresso, no entanto, ainda se encaixava em uma lógica do tempo circular, em que a ascensão não era contínua, mas a decadência também não. O horizonte de expectativa alargava-se consideravelmente.

Descartes, Bacon, Galileu e Pascal interpretaram a questão de um ângulo diferente, em que o regime de historicidade apresentado era análogo às fases biológicas da vida. Assim, antiga era a sociedade Moderna, na medida em que as sociedades Clássicas representaram a infância do mundo, representaram a inovação. A vantagem da sociedade moderna, os verdadeiros Antigos, seria o grande número de experiências e observações acumuladas desde a Antiguidade.

Alguns desses confrontos entre antigos e modernos tiveram maior repercussão. No caso inglês, a “Batalha dos Livros”, como denominada por Jonathan Swift, tem na figura de Sir William Temple um lugar de destaque. Temple foi o autor do *Essay upon the ancient and the modern learning*,<sup>36</sup> em que defende que os livros antigos, e de certa maneira a própria

---

<sup>34</sup> Hartog, *op. cit.*, p. 124.

<sup>35</sup> Delumeau, 1984, p. 95.

<sup>36</sup> Temple retoma a analogia dos Antigos como gigantes e dos Modernos como anões: “the force of all that I have met with upon this subject, either in talk or writing is, first, as to knowledge; that we must have more than the ancients, because we have the advantage both of theirs and our own, which is commonly illustrated by the similitude of a dwarf’s standing upon a giant’s shoulders, and seeing more or farther than he”. A vantagem de ser moderno liga-se, novamente, ao acúmulo de conhecimento proporcionado pelos Antigos. Sem a Antiguidade, no entanto, não seria possível ver além. Temple, 1910, p. 200-201.

civilização Antiga e seus feitos, são melhores que as obras modernas, o que levantou polêmicas que duraram até meados de 1740.<sup>37</sup>

No entanto, a *Querelle des anciens et des modernes* “não deixou de ter uma configuração tipicamente francesa”.<sup>38</sup> Aliás, a querela francesa do século XVII, que se perpetuou principalmente dentro do contexto literário, ficou sendo a mais conhecida, sendo por vezes tomada como a única querela envolvendo o binômio. A querela começou a tomar proporções maiores quando Charles Perrault leu seu poema *Le Siècle de Louis Le Grand* numa seção da Academia Francesa, em janeiro de 1687. O poema proclamava a grandiosidade do século de Luís XIV, atacava o “mau gosto das epopeias homéricas”, desdenhava a cultura Antiga e celebrava autores contemporâneos que chegariam a ser, em seu devido tempo, tão grandes quanto os antigos. As ideias não agradaram parte dos acadêmicos. Gilbert Highet relata que Boileau ficou furioso com tamanha afronta. Boileau veio a publicar, posteriormente, textos em que comparava Perrault e seus simpatizantes a “selvagens da América do Norte” e lunáticos.<sup>39</sup> A reconciliação veio com uma carta de Boileau para Perrault em 1700. A querela francesa foi retomada com Madame Dacier, defensora dos Antigos, e Antoine Houdar de La Motte, que atacou a tradução de Madame Dacier da *Iliada*.

No século XVIII, podemos ver em Winckelmann uma releitura do modelo da Antiguidade renascentista. Se antes se dava maior ênfase ao mundo latino, vemos no Renascimento alemão uma inversão de importâncias. Winckelmann foi um dos responsáveis por uma nova abordagem dos gregos mais gregos e menos latinos. Sua preocupação inicial era de caráter predominantemente estético. Os gregos antigos, segundo o autor, cultivavam um culto ao belo e ao corpo desde a mais tenra idade. Os jovens praticavam exercícios desde crianças, os concursos de beleza e os jogos olímpicos os estimulavam a sempre manter a boa forma e a beleza dos seus corpos. O apreço e o culto pela beleza podiam ser observados na arte, nas leis, nos ginásios, na natureza, na maneira do homem e da mulher grega se portarem. O tema da decadência reaparece em Winckelmann, pois, para ele, a beleza grega é superior a de seus contemporâneos: “o mais belo corpo entre nós assemelhar-se-ia, talvez, tão pouco ao mais belo corpo grego, quanto Ificlés se parecia com Hércules, seu irmão”.<sup>40</sup> Para atingir o modelo estético que buscava, o autor propunha uma imitação da pintura e da escultura da arte antiga. Imitar e não copiar. Imitar um ideal, pensar como os gregos pensavam para, assim,

---

<sup>37</sup> Highet, 1954, p. 411-449.

<sup>38</sup> Lacerda, 2003, p. 50.

<sup>39</sup> Highet, *op. cit.*, p. 439.

<sup>40</sup> Winckelmann, p.41.

atingir um estado próximo ao inimitável grego e, dessa maneira, eles mesmos poderiam se tornar inimitáveis (por mais contraditório que possa parecer), atingir a beleza, a grandeza, o bom gosto que só os gregos haviam alcançado. Se a sociedade é inferior em relação aos Antigos, é justamente por meio deles que os homens podem alcançar a grandeza, segundo Winckelmann. O horizonte de expectativa que se abre liga-se diretamente ao passado clássico, criando uma relação com o tempo em que o passado se faz futuro: “As fontes mais puras da arte estão abertas: feliz quem as encontra e sorve (...). O único meio de nos tornarmos grandes e, se possível, inimitáveis, é imitar os antigos (...)”.<sup>41</sup>

Em artigo intitulado “Fazer a viagem a Atenas: a recepção francesa de Johann Joachim Winckelmann”, Hartog discute a importância de Winckelmann no período pré-revolucionário francês para a substituição do mundo antigo romano pelo mundo grego. Para além da literatura e de Homero, os antigos eram “revisitados” novamente pelo viés da arte, principalmente pela escultura. Porém, essa recepção assumiu um caráter bastante politizado em solo francês. Se Winckelmann fala da imitação e da beleza dos Antigos no contexto das artes, na França pré-revolucionária esse ideal é readaptado para a política, politizando também a arte. Impõe-se o par beleza/liberdade, em que se faz uma leitura enfatizando que a única forma de se chegar ao ideal do belo é justamente por meio da liberdade.

Foi por meio da liberdade, segundo essa leitura, que os gregos conseguiram atingir o auge da beleza, representado por sua arte, por seus belos corpos. Seguindo essa lógica, o despotismo francês representava o oposto da liberdade e, por consequência, do belo. Já no governo revolucionário, o par beleza/liberdade apareceria em diferentes momentos, salvaguardando a memória dos antigos, separando a boa arte da ruim e demarcando o princípio de liberdade dos revolucionários.<sup>42</sup>

Ora na literatura, ora na arte e por vezes na política, a contenda entre os Antigos e Modernos conheceu diferentes formas e contextos, relacionando-se com noções temporais distintas uma das outras. Os embates ainda ocupariam importante lugar quando da criação da disciplina História no século XIX.

O século XIX foi marcado por uma historiografia produtora de temas relacionados à gênese nacional e a formulação de uma concepção de identidade nacionalista. É o século em que a História constitui-se plenamente como disciplina autônoma e se afirma como ciência. A

---

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 44.

<sup>42</sup> Hartog, *op. cit.*, p. 157-185.

História, num primeiro momento, já no período moderno, encontrava-se “dividida em duas atividades intelectuais que se ignoram quase sempre ou se desprezam: a erudição e a filosofia”.<sup>43</sup>

O aprendizado das línguas antigas, o estudo da retórica, da filosofia e da história, eram campos que compunham a área da erudição, tendo na figura do antiquário o principal estudioso. O antiquário não era um historiador e nem pretendia sê-lo. Não tinha intenções de reescrever a história, os historiadores antigos já a haviam escrito. Limitava-se apenas a comentar essas antigas historiografias, “trabalhar em suas margens”, “descrever fontes não literárias, moedas, pedras, inscrições”. Porém, “na segunda metade do século XVII, no momento em que vacila a ideia de que existe uma história universal no interior da qual cada história foi escrita de uma vez por todas, o antiquário torna-se um crítico da história”.<sup>44</sup>

E esses materiais “marginais” passam a ser fruto de investigação crítica influenciada pela filosofia. A história, nesse período, ainda distinguia-se da investigação histórica. A história era um gênero literário que não se preocupava em criticar as fontes e fornecer provas e evidências. Era “um trabalho de escritor”, uma história filosófica que se antepunha aos novos rumos das investigações antiquárias.

No século XVIII, os debates sobre a história e a querela entre os antigos e modernos a colocam numa organização de pensar um tempo moderno, um tempo do progresso, em que a cultura clássica também se insere nesse tempo presente, relegando “a curiosidade dos antiquários para a gaveta de um período ultrapassado”.<sup>45</sup> A história filosófica acrescenta em suas discussões a busca pela origem das nações baseadas na noção de progresso. Na França, a história só viria a se constituir realmente como uma disciplina no âmbito escolar e acadêmico no século XIX. No período revolucionário, pouco se avançou quanto ao ensino da história, a “Revolução legislou muito mais sobre a educação nacional do que transformou duradouramente as instituições de ensino”. Temos no período da restauração, com Guizot, a reaproximação da tradição dos historiadores e dos antiquários, reconciliando também a história nacional e a história da civilização: uma proposta de escrita da história que estabelecia parâmetros cronológicos e tentava recuperar a própria genealogia da tradição monárquica, que voltava com a Restauração. No período autoritário de 1820 a 1827, a disciplina passa a ser considerada suspeita, haja vista seus conceitos de progresso e nação com

---

<sup>43</sup> Furet, s/d, p.109.

<sup>44</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 114.

os quais a direita ultrarrealista não compactuava. Depois de 1830, a História se estabelece de forma plena e passa a ser importante na formação do cidadão por meio dos conceitos de pátria, progresso, do ensino da história nacional e da civilização, em que as áreas dedicadas à Antiguidade, tanto no ensino da história como em outras disciplinas, ocupariam ainda espaço significativo.

#### 1.4 A QUERELA BRASILEIRA: BRASILEIROS À GREGA

Os currículos franceses e europeus exerceram influência direta no estabelecimento dos currículos do Colégio Dom Pedro II, fundado em 1837. Os currículos brasileiros também privilegiaram em larga escala o ensino de disciplinas ligadas à Antiguidade (influência ainda de um ensino baseado na erudição), como o das línguas clássicas, latim e grego, retórica, poética e filosofia. O ensino da História também reservava um espaço considerável para as civilizações clássicas. Em relação ao ensino e pesquisa da história do Brasil, os estudos ainda começavam a caminhar com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838.<sup>46</sup> Tentar pensar o Brasil como parte de um processo evolutivo e construir as bases de identidade para a nação por meio do estudo e da construção da história brasileira eram as propostas iniciais do IHGB. Temos que analisar também a importância desse projeto na afirmação e consolidação de um Estado-Nacional frente à ex-metrópole, frente ao mundo e frente às próprias elites intelectuais e econômicas internas. Vários intelectuais, estimulados por essa necessidade de mostrar a singularidade do País para o resto do globo, propuseram-se a pensar e atribuir “características próprias ao país e à sua população”.<sup>47</sup> Aliás, interessante notar que, no caso brasileiro, diferentemente do europeu, “Nação, Estado e Coroa aparecem enquanto uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional”.<sup>48</sup> Era o panorama geral do Instituto: um estabelecimento formado pela elite branca brasileira, em que os membros eram escolhidos por meio de relações sociais e não por competências na produção intelectual, e em que a Coroa era a principal responsável pelos incentivos financeiros concedidos. A partir da metade do século XIX, o imperador passou a

---

<sup>46</sup> Araújo Penna, 2008, p. 67-78.

<sup>47</sup> Bresciani, 2001, p. 405.

<sup>48</sup> Guimarães, 1988, p.6.

ser frequentador assíduo das reuniões do Instituto, “contribuindo desta forma para a construção da imagem de um monarca esclarecido e amigo das letras”.<sup>49</sup>

Os pesquisadores do Instituto foram influenciados por uma concepção historiográfica iluminista, “tanto pelo tratamento linear dado ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como mestra da vida”.<sup>50</sup> Uma concepção que produzia uma escrita que articulava passado, presente e futuro de maneira linear, fundada em uma ideia de progresso. Além do mais, o IHGB preconizava uma história baseada nos grandes exemplos das civilizações pretéritas.

A história vista como mestra da vida dava aos homens exemplos e modelos passíveis de utilização para o presente e para o futuro. Aos historiadores do IHGB também era reservada a função analista (mas embasada em métodos reconhecidamente científicos) de elaborar pareceres e dar conselhos para os órgãos estatais. Sob essa noção instrumental instrutiva da história, vemos na produção historiográfica brasileira do período a elaboração de biografias de grandes homens, grandes heróis nacionais. Essas obras, além de colaborarem para a escrita da história nacional e ajudarem na elaboração da identidade brasileira, também serviam como referência pedagógica “às gerações vindouras”.

Em seu artigo sobre a história como mestra da vida, Koselleck fala sobre como esse *topos* foi perdendo *status*, ao longo do século XIX, para um novo conceito de história moderna, que rejeitava a história exemplar. Com um novo conceito de história coletiva singular, a história passa a ser analisada como um processo global, em que cada parte se insere num invólucro coeso maior. Não apresenta mais um caráter instrutivo exemplar para guiar a vida dos homens, mas tem a pretensão de elucidar a verdade por meio de uma análise imparcial, objetiva e estabelecida em métodos científicos. Essa afirmação de um conceito moderno de história não ocorreu abruptamente, mas “se deu no decorrer de um processo de muito longo prazo, um processo que virtualmente acompanha em linha paralela, subordinada, mas ativa, o desenvolvimento da concepção clássica de história”.<sup>51</sup>

A história da Antiguidade, sob influência dessa noção exemplar, também se encaixava dentro dessa lógica. O elogio à Grécia e ao mundo Antigo aparece com certa recorrência entre os literatos do período. Muitos autores nacionais faziam diversas referências à Antiguidade grega e latina em suas obras literárias, discursos e artigos. Afinal, “ninguém podia considerar-

---

<sup>49</sup> *Ibid.*, p.10.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>51</sup> Benzaquen, 1988, p. 31.

se verdadeiramente culto se não falasse em Heitor, Ajax e no cerco de Tróia”. E não somente por uma questão de vaidade intelectual, mas “realmente lhe conheciam a história e frequentavam os mestres da Antiguidade clássica”.<sup>52</sup>

Assim, Olavo Bilac evocava a “Grécia divina”, a “idade de ouro da Humanidade”, Tobias Barreto se considerava “grego, pequeno e forte”, Joaquim Nabuco via em Machado de Assis um “grego”, João do Rio escrevia uma tragédia, Monteiro Lobato lavava a alma das más formas humanas lendo Homero e o poeta Dário Veloso criava seu instituto Neo-Pitagórico em Curitiba.<sup>53</sup>

Entre os intelectuais brasileiros, todavia, o elogio à Antiguidade greco-romana também não era unanimidade. Também existiu, no Brasil, uma querela. Em 1929, Coelho Netto lança seu livro *Fogo Fátuo*, em homenagem a Paula Ney, poeta, jornalista e seu colega, que faleceu em 1897. O livro traz vários causos romanceados envolvendo Paula Ney, Coelho Netto, Olavo Bilac e outros literatos e intelectuais da época. O capítulo X traz uma discussão interessante sobre Antigos e Modernos. Certa feita, lê-se nesse capítulo, os amigos resolveram fazer um passeio à Tijuca. Estavam presentes Guimarães Passos, Aluísio Azevedo, Coelho Netto, Pardal Mallet, Orozimbo Muniz Barreto, Rocha Alazão e algumas colegas do grupo.<sup>54</sup> Durante o passeio, Coelho Netto, embevecido pela paisagem, exclama: “que maravilha! *Deus nobis haec otia fecit...* E dizer que só o estrangeiro conhece e goza este paraíso”.<sup>55</sup> Guimarães Passos, que era inimigo da cultura helênica, retrucou imediatamente: “E por quê?!(...) Porque os nacionais, como tu, só pensam em terras velhas, em deuses caducos e em ninfas serôdias. Bolores clássicos”.<sup>56</sup> Olavo Bilac e Coelho Netto saíram em defesa dos clássicos, dispostos a “defender a mitologia e os heróis helênicos”. Inicia-se, assim, uma discussão sobre a Antiguidade, o passado e o presente. Seguem dois trechos da contenda. O primeiro de Coelho Netto, o segundo de Guimarães Passos.

É (...), todos vocês falam do passado, mas é nele que se inspiram. A antiguidade é a eterna pedreira onde vamos buscar escassilhos para a nossa arte frágil. Blocos não há mais – os gênios acabaram com todos. Querem vocês comparar os dias reles de hoje com os da idade de ouro.

---

<sup>52</sup> Broca, 1960, p. 103-110.

<sup>53</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>54</sup> Na obra, os personagens não aparecem com seus nomes originais. Utilizei as considerações de Fernando Jorge para descobrir quem eram as pessoas envolvidas no caso. Jorge, 1992.

<sup>55</sup> Netto, 1929, p. 177.

<sup>56</sup> *Id.*, *ibid.*



Grécia! ...A Grécia teve o seu tempo (...). Depois disso é falta de patriotismo. Diante de uma beleza como esta falar na Grécia. Pois eu quisera ter nascido aqui, aqui mesmo, nesta montanha, antes da chegada de Cabral, tupiniquim da Silva, de enduape e cocar, arco e flecha, cacique de uma tribo, com muitas mulheres em uma ocará cheia de redes. Então é que vocês haviam de ver um homem! Grécia...!<sup>57</sup>

Enquanto Coelho Netto claramente apresenta um modelo temporal baseado na decadência, falando de uma idade de ouro antiga melhor que os reles dias do final do século XIX, Guimarães Passos evoca um argumento patriótico para atacar os Antigos, que já tiveram o seu tempo. Se essa discussão realmente aconteceu ou foi inventada por Coelho Netto para compor o romance, pouco importa. A questão que pode se verificar é que também no meio literário e intelectual brasileiro não existia um consenso sobre o valor da Antiguidade: uns a atacavam, outros a glorificavam, outros a tratavam com indiferença. Porém, pelo menos até a Guerra de 1914, o gosto pela tradição greco-latina triunfou “em nossas letras”.<sup>58</sup>

A Grécia, muitas vezes, apresentava-se como um modelo estético, de civilização e de moral, como sugere o trecho que se segue de Monteiro Lobato.

Estou mas é em Areias e a ler Homero. Só agora (...) é que tive oportunidade de e *mood* de enfrentar o incomparável Homero – e lavo a alma das feias impressões do mundo moderno com este desfile sem fim de criaturas “belas como os deuses imortais”. Que diferença de mundos! Na Grécia, a beleza; aqui, a disformidade. Aquiles lá; Quasimodo aqui.<sup>59</sup>

Interessante observar essa evocação da cultura helênica por Lobato. Ela se encaixa em um pensamento eugênico, que estava em voga no Brasil e no mundo. Pensamentos e teorias que eram discutidas principalmente nos círculos intelectuais das novas instituições de produção e pesquisa de conhecimento, inauguradas a partir do século XIX. Ao se transferirem para o Brasil, Dom João e sua Corte também transferiram um sentimento cientificista, que já dava passos largos em outras regiões do mundo. Data desse período a criação da Imprensa Régia, bibliotecas, Museu Real e outras instituições.<sup>60</sup> Com o tempo, outras instituições surgiram: faculdades de medicina, Instituto Histórico-Geográfico, museus.

---

<sup>57</sup> *Ibid.*, 179.

<sup>58</sup> Broca, *op. cit.*, p. 101.

<sup>59</sup> Lobato, 1964, p.207.

<sup>60</sup> Schwarcz, 1993, p.30.

Grande parte da teoria e metodologia utilizada nesses centros embasou-se em uma leitura fluente de obras estrangeiras. Teorias como o determinismo, positivismo, evolucionismo, darwinismo, antropologia física, eugenia, ajudavam os intelectuais dessas instituições a compreender a conjuntura brasileira. Discutia-se muito o atraso do Brasil no cenário mundial e tentava-se conceber as razões desse atraso.

Com essa contribuição, recepção e reformulação das teorias estrangeiras, diversos intelectuais brasileiros concluíram que o excessivo nível de miscigenação da população era um forte motivo para o baixo grau de desenvolvimento brasileiro. A “degeneração” física e moral causada pela hibridação das “raças” causava grande preocupação aos brasileiros, denunciando assim o racismo da época.

Uma das soluções apontadas para conter o “mal” da miscigenação era um processo de “branqueamento” da população por meio da imigração de indivíduos do velho mundo. Quando resolvida essa questão, o país começaria sua caminhada para o progresso. Objeto de análise entre os estrangeiros e raiz de um profundo debate entre os brasileiros, a questão aparecia largamente nas revistas de divulgação científica da época. Não se restringia, no entanto, a esse meio de divulgação, podendo ser encontrada nos jornais e no meio literário. Um trecho revelador de Monteiro Lobato aparece numa carta de 1908.

Estive uns dias no Rio. Que contra-Grécia é o Rio! O mulatismo dizem que traz dessoramento do caráter. Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral – e no físico, que feiura! Num desfile, à tarde, pela horrível Rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, perpassam todas as degenerescências, todas as formas e más formas humanas – todas, menos a normal.<sup>61</sup>

Esse modelo de leitura racista do passado helênico foi largamente analisado por Martin Bernal, em *Black Athena*.<sup>62</sup> O foco principal da obra é entender quais razões levaram muitos pensadores europeus dos séculos XVIII e XIX a substituir o “modelo antigo” de interpretação da História grega clássica, modelo que Bernal acredita ter sido utilizado até meados do século XVIII, pelo “modelo ariano” de interpretação, em vigor até os dias atuais.

---

<sup>61</sup> Lobato, 1944, p. 133.

<sup>62</sup> Bernal, 1994.

O “modelo antigo” ao qual Bernal faz referência é uma interpretação que aceita a influência ativa do Antigo Egito e da Etiópia na formação do mundo helênico, concepção que, segundo o autor, os próprios helenos Antigos aceitavam. O “modelo ariano”, por sua vez, suprime esses elementos da interpretação historiográfica ao propor que a formação se deu a partir de invasões vindas do norte e que a civilização grega é resultado dessa mistura indo-europeia.

Para entender essa substituição, Bernal apresenta quatro elementos de análise: reação cristã ao Egito, o surgimento do conceito de “progresso”, o crescimento do racismo e o Helenismo romântico. Com o paradigma do progresso, o autor argumenta que essa ideia evolucionista muitas vezes priorizou um desenvolvimento grego autóctone, contra possíveis contribuições da civilização egípcia. Uma interpretação que não negava o contato entre as sociedades, porém que afirmava não se caracterizar tal contato por uma troca de influências.

A remoção do elemento egípcio por meio da leitura evolucionista era também fortalecida por concepções racistas. O racismo era tão intenso que muitos acreditavam serem os negros incapazes de formar uma civilização, assemelhando-se ao pensamento brasileiro sobre a miscigenação.

O estereótipo civilizacional grego que emerge dessa crítica, em última análise, acusa uma sociedade de belas figuras, de homens inteligentes, com características fenotípicas europeias e incluídos hierarquicamente como a melhor das sociedades clássicas. Concepção formulada por meio de uma leitura evolucionista e racista, de acordo com Bernal.

Se as tradições constroem identidades, podemos observar aqui a identificação de alguns intelectuais brasileiros com esse passado grego apontado por Bernal. Essa concepção de identidade grega, como o próprio Lobato acusa em sua narrativa, baseia-se num idealismo moral, estético e civilizacional dos helenos. Um exemplo de uma sociedade idealizada que era a antítese do cenário brasileiro, como pensavam muitos intelectuais, e que deveria servir como exemplo para o Brasil. Nesse sentido, a imagem da Antiguidade construída liga-se às ideologias que pretendiam pensar a formação do Estado brasileiro, inclusive pensamentos eugênicos. O posicionamento de Bilac quanto à questão racial é contraditório, ora reproduzindo o preconceito da época, ora atacando-o. Em entrevista a João do Rio, Bilac expõe:

somos uma raça em formação, na qual lutam pela supremacia diversos elementos étnicos. Não pode haver uma literatura original, sem que a raça esteja formada, e já é prodigiosa a nossa inteligência, que consegue ser esse reflexo superior e se faz representativa do espírito latino na América. Ah! A nossa inteligência! É possível atacar, espezinhar, pulverizar de ridículo tudo o que constitui o Brasil, a sua civilização e o esforço dos seus filhos.<sup>63</sup>

Nesse primeiro momento, Bilac reitera o preconceito racial do seu período, apontando que a raça ainda estava em processo de formação, sendo considerado esse fato um problema para a formação da literatura brasileira. Nota-se também que a influência de um “espírito latino”, representante de uma tradição clássica, é visto como uma característica vantajosa para o brasileiro. Em outro discurso, Bilac entraria em desacordo com esse pensamento racial.

Dizem que no Brasil não pode viçar uma nacionalidade perfeita, porque não temos uma raça já acabada e um clima excelente... Não acrediteis no que dizem esses pobres professores de uma ciência falsa, maníacos do feiticismo científico, que é mais ridículo e mais funesto do que o fanatismo religioso. Essas invenções de influência de meio, de clima, de raça, são todos os dias desmentidas pela evidência dos fatos e dos acontecimentos. Todas as raças são boas para o trabalho e para a felicidade; todos os climas são bons para a cultura humana; todos os meios são bons para o exercício do pensamento e da vontade. Atendendo ao caso particular do Brasil, lembremos que foram os nossos mestiços que, em grande parte, na época colonial, fizeram a exploração e a defesa do território do país: e, durante a época do Império, sustentaram com a sua bravura e seu sangue as guerras do sul; e, ainda agora, estão desbravando as regiões brutas do Acre... Poderemos acreditar que esta mistura de raças seja incapaz?<sup>64</sup>

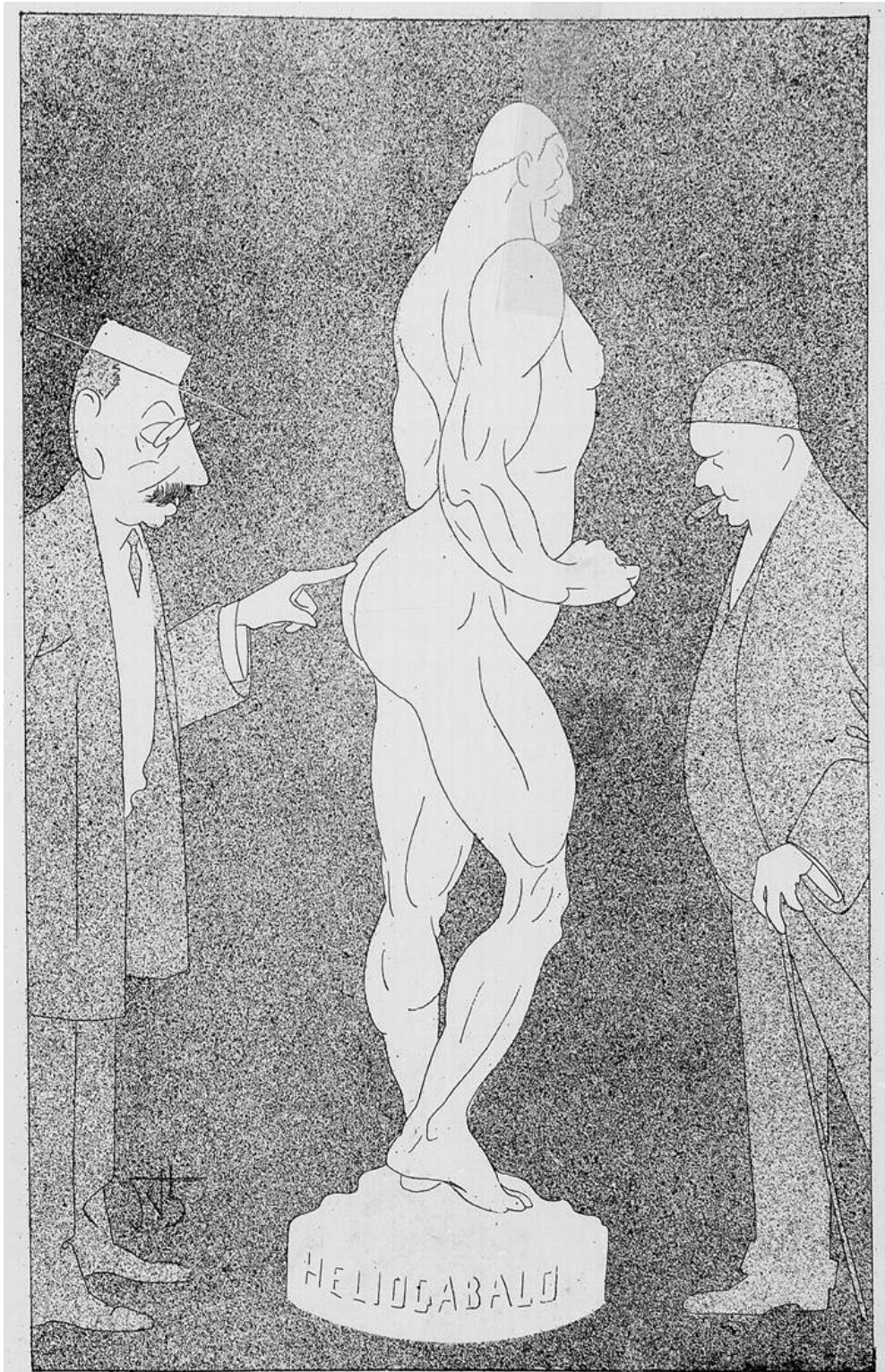
Ideia completamente contrária aos trechos de Monteiro Lobato, que via a mestiçagem das “raças” como problemática para o Brasil. Quanto à Antiguidade, mesmo que seu pensamento “racial” entre em contradição, Bilac, em outros discursos dessa fase, ressaltou a importância de se preservar a tradição clássica, pois ela fazia parte da própria tradição brasileira. Existe, por trás do pensamento eugenista do período, um pressuposto de higienização da sociedade: constituir uma sociedade perfeita passava pelos projetos sociais de constituição de uma nação limpa, ordeira, sem mazelas sanitárias. No início do século XX, durante o período da *Belle Époque*<sup>65</sup> brasileira, Bilac foi ávido defensor das reformas urbanas e sanitárias que aconteceram no Rio de Janeiro. A “hibridação das raças” era tratada, por muitos, como um dos fatores que levavam ao estado de mazelas sanitárias em que se vivia. A

---

<sup>63</sup> Bilac, s/d, p.5.

<sup>64</sup> Bilac, 1965, p. 130-131.

<sup>65</sup> Sobre a *Belle Époque* brasileira, ver: Needell, 1993.



— Soberbo, heim!  
— Que delicioso seria se todos os homens fossem assim!

João do Rio de Olavo Bilac admirando a estátua de um imperador romano.

Texto:

— Soberbo, heim!

— Que delicioso seria se todos os homens fossem assim!

Fonte: *O Gato* – álbum de caricaturas, ano 1, número 1, 1911, p. 13.

expulsão da população pobre do centro do Rio de Janeiro durante as reformas, nesse sentido, também foi reflexo de uma política segregacionista e eugênica. O fato de Bilac defender tais reformas da maneira que defendeu, independentemente do modo como aconteceram, demonstra o quanto o pensamento dele oscilava quanto às questões do pensamento racial do período. Não é absurdo, então, imaginar que tal pensamento também influenciou sua leitura da Antiguidade (ou, pelo menos, uma delas), principalmente quando ele se utiliza dos clássicos para comentar o dia-a-dia carioca. Em mais de uma oportunidade, Bilac comparou a crescente prática de esportes do Rio de Janeiro, sinônimo de virilidade, saúde, higiene física e mental, com a prática física e o culto ao corpo da Antiguidade.

## **2. BILAC E OS ANTIGOS**

### **2.1 PROFISSÃO DE FÉ: O PARNASIANISMO BRASILEIRO**

Em 1866, cerca de um ano após o nascimento de Bilac, surgiu na França um movimento literário que ficaria conhecido como parnasianismo. Esse foi o ano em que o editor parisiense Alphonse Lemerre lançou uma coletânea intitulada *Le Parnasse Contemporain*. A obra reunia o trabalho de trinta e sete poetas que, embora seguissem uma mesma tendência estética, apresentava ao público um grupo majoritário de artistas que idolatravam a forma impecável e a métrica perfeita, e que reagiam contra o romantismo. Na coletânea, estavam nomes como Leconte de Lisle, a quem Olavo Bilac chamava de “extraordinário mestre”, Théophile Gautier, Théodore de Banville, Sully-Prudhomme, François Coppée e José Maria de Herédia. Curiosamente, o mesmo livro contava com colaborações de autores que reagiram à escola parnasiana, como é o caso de Baudelaire. O motivo para a inclusão de nomes de tendência distintas num mesmo volume, justificava o editor, deveu-se ao fato que todos eram “autores do momento”, mas não necessariamente de uma mesma tendência literária. De todo modo, essa foi a obra que lançou o parnasianismo.<sup>66</sup>

No Brasil, o parnasianismo surge com as reações antirromânticas, que se concentraram principalmente no último quartel do século XIX. Esse período é marcado pela significativa inserção e propagação de teorias científicas. Podemos ver Sílvio Romero, por exemplo, defendendo, no prefácio de seus *Cantos do fim do século* (1878), o pensamento racionalista-científico. Essa posição científica dentro da poesia também foi adotada por Martins Júnior,

---

<sup>66</sup> Magalhães, 1974, p. 11.

Aníbal Falcão e Prado Sampaio. Como salienta Manuel Bandeira, até o parnasianismo se firmar definitivamente nas letras brasileiras, o realismo foi “a palavra de combate mais comum na boca da nova geração, para a qual o romantismo já era um mundo morto”.<sup>67</sup> Cronologicamente, realismo e parnasianismo apareceram simultaneamente.

Em 1878, mesmo ano do lançamento da obra de Romero, as páginas do periódico *Diário do Rio de Janeiro* são tomadas pela contenda conhecida como “batalha do Parnaso”. Não se trata ainda propriamente de um combate parnasiano, mas é um dos primeiros ensejos reativos da poesia contra o romantismo. É o que pode ser observado no poema assinado pelo pseudônimo de “Seis Estrelas Do Cruzeiro”, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 12 de maio.

#### A GUERRA DO PARNASO

Eu tenho horror à musa amante das Ofélias,  
À musa que inspirava o moço do Farani,  
À musa almiscarada, à musa Frangippane,  
De cabeleira solta e faces de camélias.  
Não posso suportar o terno romantismo,  
A estrofe miudinha, o perfumoso ritmo;  
Prefiro procurar um gordo logaritmo  
À ler depois do chá uns tragos do lirismo.

(...)

A luta que travou-se aqui e além do Atlântico  
Assoberba-se, aumenta, avulta, cresce e atira  
Pela janela fora a langorosa lira  
- Infeliz, infeliz de ti, mundo romântico!  
Bem cedo o Garnier – o célebre editor –  
Também há de esquecer-te, lindinha;  
- Acabam-se o epicédio, o acróstico, a modinha,  
Jesus! Jesus! Jesus! Jesus! Jesus! ... Que dor!...

(...)

Bardos, vinde, chegai de ambos os polos  
Que nós do realismo – os de moderna ideia  
Havemos de, à luz da esplêndida epopeia,  
Encher nossos colos.<sup>68</sup>

Os que, na batalha, colocavam-se ao lado do parnaso, preconizavam a “Ideia Nova”, defendendo o realismo como “corrente literária democrática e social”. Há quem afirme que houve menos ruptura em relação ao Romantismo do que a “continuidade da literatura social anterior, com influência em Victor Hugo”.<sup>69</sup> Preocupação social que desapareceria com o

---

<sup>67</sup> Bandeira, 1965, p. 17.

<sup>68</sup> *Diário de do Rio de Janeiro*, 12 de maio de 1878, p. 4.

<sup>69</sup> Abdala, 1985, p.6.

advento da poesia parnasiana. Artur de Oliveira foi um dos grandes responsáveis por trazer o novo estilo francês e sua “perfeição formal” para o Brasil, reunindo-se em rodas literárias com personagens como Teófilo Dias, Artur Azevedo, Valentim Magalhães e Alberto de Oliveira. O termo “parnasiano”, como registra Manuel Bandeira, só apareceria a partir de 1886, mesmo ano em que Alberto de Oliveira publicou *Sonetos e Poemas*. O ano de 1886, marca, assim, a “cristalização do movimento antirromântico em moldes chamados parnasianos”.<sup>70</sup> *Fanfarras* (1882), de Teófilo Dias, *Meridionais* (1883), de Alberto de Oliveira e *Versos e Versões* (1887), de Raimundo Correia, também contribuíram para a instalação em definitivo do movimento no Brasil. Em 1887, aos 22 anos, Bilac, então morador de São Paulo, resenha, para a *A semana*, *Versos e Versões*, em que ratifica o estabelecimento do movimento parnasiano no Brasil e desfere ataques antirromânticos.

Raimundo Correia com *Versos e Versões* e Alberto de Oliveira com *Sonetos e Poemas* marcaram definitivamente a nova fase da poesia brasileira e assinalaram a direção que de hoje em diante será seguida por todos os poetas que se lhes sucederem.

Adeus! Adeus, gládio da Justiça, e sombra do Infinito, e hiena da Tirania, e nariz de Falstaff, e dragão do Nada, tropos de todos os tamanhos e chapa de todos os feitios. Já era tempo que alguém, libertando-se da perniciosa influência de Hugo, Byron e Junqueira – adulterados e estragados por uma geração de ineptos – vieram exercer na poesia brasileira, soubesse encontrar um novo molde, mais humano e mais simples, em que a alma do poeta possa melhor expandir-se e cantar.

São dois parnasianos os reformadores, dois impassíveis.<sup>71</sup>

Os pressupostos do parnasianismo brasileiros foram construídos sob a influência francesa de autores como Baudelaire, Leconte de Lisle e Gautier, sendo os dois últimos as referências maiores para os parnasianos brasileiros.<sup>72</sup> Aliada ao tom cientificista do período, a poesia de Leconte de Lisle visava imprimir à arte os desígnios da época: impessoalidade (renegando a “meiguice dengosa e chorona”<sup>73</sup> do romantismo), culto da beleza e “união da arte à cultura”.<sup>74</sup> Outra característica é a recorrência de temáticas afastadas do cotidiano e do imediato: a inspiração passa pela Grécia clássica, Oriente Médio bíblico, Egito, Espanha Medieval, Índia. A explicação para a escolha desses lugares variados e distantes é justificada “na convergência entre a desejada impessoalidade, o almejado traço clássico e a conveniente

---

<sup>70</sup> Bandeira, 1965, p. 8.

<sup>71</sup> Bilac, 1887, p. 3 *apud* A semana, 20 de agosto de 1887, p.3.

<sup>72</sup> Fischer, 2003, p. 73.

<sup>73</sup> Bandeira, 1965, p. 17.

<sup>74</sup> Fischer, 2003, p. 73-74.



distância em relação aos baixios da vida trivial”.<sup>75</sup> Para Otto Maria Carpeaux, Leconte de Lisle era um “burguês erudito” que “fugiu para a Antiguidade clássica, as civilizações, a natureza primitiva” e que, escrevendo sobre esses lugares, não ofereceu sensações novas, mas sim “imagens perfeitas de coisas acabadas”. Uma poesia, continua Carpeaux, caracterizada, na época, como “peça de museu”: “chamou-se a Leconte de Lisle ‘conservador de um museu de história de religião’ e ‘diretor de gabinete da antiguidade’; e sua poesia científica tem a precisão das descrições num catálogo de museu”.<sup>76</sup>

Assim, numa caracterização mais geral, podemos falar que o parnasianismo pregava o culto à forma perfeita, à impassibilidade e à impessoalidade. Os temas eram descritivos, ligados à Antiguidade clássica (Grécia e Roma) ou a lugares distantes no tempo e no espaço. Nesse sentido, Bilac é exemplar, pois se posicionou a favor da poesia impassível de Alberto de Oliveira e Raimundo Correia.

Louvada e abençoada seja a impassibilidade dos dois maiores poetas que o Brasil tem produzido depois de Gonçalves Dias!  
Pudessem todos os hugoanos exaltados, todos os sectários ardentes dos arrojos altíssimos de Castro Alves e dos desbragamentos de linguagem de Alvares de Azevedo, – com todo o seu arsenal de desvairadas hipérboles – comover tanto como estes dois deliciosos impassíveis!<sup>77</sup>

O culto à forma também é defendido por Bilac no poema que abre seu primeiro livro de 1888. Intitulado *Profissão de Fé*, já vinha sendo trabalhado pelo poeta pelo menos desde 1886, como pode ser verificado em carta enviada ao amigo Rodrigo Otávio: “Ah! esquecia-me de algumas quadras em versos de nove sílabas, em que celebro as façanhas do Átila d’A vida moderna: intitularam-se *Profissão de Fé*; serão publicadas brevemente”.<sup>78</sup> Os versos baseiam-se no de Gautier, *L’art*, “espécie de manifesto parnasiano”.<sup>79</sup>

Invejo o ourives quando escrevo:  
Imito o amor  
Com que ele, em ouro, o alto relevo  
Faz de uma flor

Imito-o. E, pois, nem de Carrara

---

<sup>75</sup> Fischer, 2003, p.74.

<sup>76</sup> Carpeux, 1982, p. 1431.

<sup>77</sup> Bilac, 1887, p. 3. Em A Semana, 1887, p.3.

<sup>78</sup> Bilac, carta a Rodrigo Otávio, 1886.

<sup>79</sup> Candido;Castelo, 1968, p. 123.

A pedra firo:  
O alvo cristal, a pedra rara,  
O ônix prefiro.

(...)

Torce, aprimora, alteia, lima  
A frase; e, enfim,  
No verso de ouro engasta a rima,  
Como um rubim.

(...)

Porque o escrever – tanta perícia,  
Tanta requer,  
Que ofício tal... nem há notícia  
De outro qualquer.

Assim, procedo. Minha pena  
Segue esta norma,  
Por te servir, Deusa serena,  
Serena forma!<sup>80</sup>

(...)

Em Gautier, podemos ler trechos muito parecidos.

Lutte avec le carrare,  
Avec le paros dur  
Et rare,  
Gardien du contour pur;  
(...)  
Sculpte, lime ciséle;  
Que ton revê flottant  
Se scelle  
Dans le bloc resistant!<sup>81</sup>

Bilac compara o trabalho do poeta ao trabalho do ourives para afirmar a posição de que a palavra, na poesia, deve seguir uma forma impecável da língua. Modo de ver a poesia que Bilac sustentaria até o final da sua vida. Anos depois, em entrevista para ao jornal *O Estado de São Paulo*, ao falar de seu último livro, *Tarde*, assim se expressava:

- Os meus novos livros? Mas eu só tenho um – “Tarde” – que já está pronto, mas que ainda retoco aqui e ali. Lembra-se da minha “Profissão de fé”? Pois,

---

<sup>80</sup> Bilac, 1978, p. 5-8.

<sup>81</sup> Gautier, 1911, p. 223 – 226 .

parece incrível! Aos cinquenta anos, ainda a sigo rigorosamente. Uma vírgula deslocada, num soneto meu, me faz sofrer. Ainda há meses mandei de Paris ao Leal de Souza, para ser publicado na “Careta”, um soneto, “Maternidade”. Mas logo comecei a pensar num verso, onde havia uma palavra que não me agradava. Não descansei enquanto não passei para o Rio um telegrama, que me custou 250 francos.<sup>82</sup>

Porém, como frisa Manuel Bandeira, definir o parnasianismo, ou quem era ou não seguidor dessa escola, “suscitou controvérsias desde os primeiros momentos”, tanto no Brasil como na França. Percebe-se essa confusão, por exemplo, na análise que Raul Pompeia fez de *Poesias*, de Bilac, em 1888. Disse Pompeia que “Olavo Bilac não é um parnasiano, embora pareça dizê-lo a *Profissão de fé* com que abre o volume (...). Tem a forma fácil e a inspiração ardente, traços que o removem para longe da escola dos *Emaux et Camées*”.<sup>83</sup> O próprio Bilac, anos mais tarde, comenta que o ideal seria que aquele movimento literário não fosse chamado de “escola parnasiana”, pois “nunca houve uma escola parnasiana nem aqui e nem na Europa”. Bilac propõe, assim, uma nova apelação para os parnasianos: “a disciplina do bom gosto”.

Fostes e és o chefe da nossa escola poética. E não sei que nome deva dizer a esta doutrina, que me ensinaste, e que ensinaste a tantos outros. Será ela essa famosa escola parnasiana, tão apregoada, tão defendida e tão combatida, sempre tão pouco compreendida? Pouco compreendida, – porque não se pode bem compreender o que não existe...

(...)

Houve aqui, como na Europa, uma brilhante logomaquia, sonora e vazia batalha de palavras em torno de uma palavra. Os corifeus do parnasianismo nada inventaram, como nada tinham inventado os românticos.<sup>84</sup>

A argumentação continua nessa mesma linha, lembrando que a grande virtude da “disciplina do bom gosto” foi de ter lutado pela “simplicidade e correção”, de modo a provocar uma “revolução poética”. Os pressupostos da escola também foram alvo de controvérsias. Se, enquanto ideal da escola parnasiana, louvava-se, assim como o fez Bilac, uma poesia impassível, na prática, ao analisar-se a poesia, verificou-se que a pretendida impassibilidade se traduzia mais como uma tendência almejada do que uma realidade dentro da poesia. Antônio Cândido e José Castello mostram que, em suas poesias descritivas, os parnasianos brasileiros até “parecem realizar” o ideal de “impassibilidade”, mas, na verdade,

---

<sup>82</sup> *O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1915, p.3.

<sup>83</sup> Pompeia, 8 de outubro de 1888. Em *Gazeta de Notícias*, 8 de outubro de 1888.

<sup>84</sup> Bilac, 1927, p.21.

eles são “desmentidos pela maioria da sua obra”.<sup>85</sup> Pensamento parecido apresenta Carpeaux, mas se referindo ao parnasianismo francês: os “dogmas” estabelecidos pelos parnasianos não eram seguidos à risca por eles próprios. A pretensa impassibilidade seria “tão rara entre os parnasianos como entre os poetas, bons e ruins, de todos os tempos”.<sup>86</sup> Cabe perguntar se existe a possibilidade de se criar uma poesia realmente impassível, em que o poeta não revelaria seus sentimentos. Ao final de sua vida, Bilac admite a impossibilidade de se fazer tal poesia.

Aos chamados poetas parnasianos se deu outro nome: “impassíveis”. Quem pode conceber um poeta que não seja suscetível de padecimento? Ninguém e nada é impassível: nem sei se as pedras podem viver sem alma. Uma estátua, quando é verdadeiramente bela, tem sangue e nervos. Não há beleza morta: o que é belo vive de si e por si só.<sup>87</sup>

Logo, ao que parece, a impassibilidade apresentou-se mais no campo das ideias como um pressuposto estilístico da escola que nunca foi, todavia, alcançado de maneira plena, longe disso. Esse objetivo poético da impassibilidade levantado pela escola parnasiana é mais bem compreendido pelo prisma reativo-racionalista dos movimentos que se voltaram contra o romantismo.

Impassível ou não, a referência à Antiguidade clássica ou a temáticas ligadas a assuntos afastados do cotidiano vivido é evidente no caso brasileiro e no caso francês. Se os parnasianos não foram bem sucedidos, como aponta a crítica, em atingir uma pretensa impassibilidade, utilizando-se de modo descritivo desses temas, ao menos foram bem sucedidos na utilização dos temas que aparecem recorrentemente em suas obras. O caso de Olavo Bilac, nesse sentido, é exemplar. A referência aos Antigos é uma constante em seu trabalho. No entanto, como veremos, não só dentro da poesia a recorrência do tema clássico apareceria, nem mesmo há uma forma definida, tomando como modelo a poesia em que Bilac se baseava para apropriar-se da Antiguidade em seus diferentes trabalhos. O que se verifica é que Bilac retrata a cultura greco-romana de diferentes formas em diferentes produções.

---

<sup>85</sup> Candido;Castello, 1968, p. 126.

<sup>86</sup> Carpeaux, 1982, p. 1425.

<sup>87</sup> Bilac, 1927, p. 24.25.

## 2.2 ANTIGUIDADE, TRADIÇÃO E HISTÓRIA: “TRANSPORTAE-VOS COMIGO À HÉLADE LUMINOSA”

Claro está que Olavo Bilac não era um anônimo antes do lançamento do seu primeiro livro. As relações que já vinha estabelecendo no meio literário carioca e as resenhas favoráveis as suas poesias publicadas em alguns periódicos já o tornavam conhecido para parte da intelectualidade e do público em geral. Seu grande trunfo literário inicial, e que o lançou definitivamente no mundo das letras, foi, sem dúvida, o êxito que *Poesias* atingiu. Porém, não foi somente o seu sucesso enquanto poeta que o fez despontar para a popularidade. Olavo Bilac, o “príncipe dos poetas brasileiros”, lançou, em vida, aos 23 anos, somente um livro de poesias influenciado pela musa parnasiana. Uma edição “definitiva” do mesmo livro foi lançada em 1902, com revisões e ampliações. *Tarde*, livro de poesias em que vinha trabalhando pelo menos desde 1915, só foi lançando integralmente (alguns poemas já haviam sido apresentados ao público em outras oportunidades) postumamente, em 1919. Claro que o sucesso inicial o ajudou, mas não foi o único fator que o tornou popular. Além de *Poesias* e *Tarde*, Bilac também foi responsável pela publicação de obras voltadas para o público infanto-juvenil, um livro de poética, livros escolares e outros. A colaboração frequente em periódicos também colaborou, certamente, para sua ascensão, contribuindo para o que ficaria conhecido como profissionalização das letras.

Existe um consenso, contudo, de que a poesia foi o aspecto de sua obra que se tornou mais notável. *Poesias* teve uma imediata e boa recepção. Araripe Jr. e Machado de Assis não hesitaram em classificá-lo como seguidor da nova vertente parnasiana. Para Machado, tratava-se de uma “definida espécie”, em que a “ambição consiste em exprimir o pensamento por uma forma correta e elegante”.<sup>88</sup> Segundo Araripe Jr., Bilac visava a “glória dos artistas (...) que compreendem a fatura do poema como a (...) produção de um diamante”.<sup>89</sup>

Na poesia de Bilac, um elemento recorrente é a referência a personagens e acontecimentos (míticos ou reais) da Antiguidade clássica. No caso de *poesias*, vemos, em *Panóplias*, *Sarças de Fogo* e *As Viagens*, personagens tais quais Nero, Marco Antônio, Messalina, Cipião Emiliano, César, Alexandre, Frinéia, além de um poema sobre o incêndio de Roma, outro sobre as invasões bárbaras ao Império romano e outro ainda intitulado *Lendo a Ilíada*, em que aparecem Páris e Helena. Em *Tarde*, são acrescentados diversos outros

---

<sup>88</sup> Machado de Assis *Apud* Bandeira, 1965, p.17.

<sup>89</sup> Araripe Júnior *apud* Simões, 2006, p.44.

personagens e referências: Prometeu, Hércules, Jocasta, Zeus, Cleópatra, alusões a Homero, ao Olimpo, às tragédias gregas, entre outros elementos. Não há como escapar, aqui, a uma primeira explicação acerca desse “aparecimento” da Antiguidade: Bilac atrela sua conduta poética à produção dos mestres do parnasianismo e utiliza-se da referência clássica como um pressuposto da Escola. Em sua poesia, portanto, Bilac fugia do contemporâneo: voltava-se para o passado e apresentava um mundo Antigo baseado no elogio e na exaltação do belo clássico e das formas de pensamento da Antiguidade.

#### A Esfinge

Perto de Tebas, junto a um monte, sobre o Ismeno,  
Águia e mulher, serpente e abutre, deusa e harpia,  
Tapando a estrada, à esperança – aterrava e sorria  
O monstro sedutor, horrível e sereno:

“Devero-te, ou decifra!” Era fascínio o aceno;  
A voz, morna e sensual, tinha afeto e ironia,  
Graça e repulsa; e a luz dos olhos escorria  
Fluído filtro, estilando um pérfido veneno.

Mas Édipo desvenda o enigma... Ruge em fúria  
O Grifo, e escarva o chão, bate contra o rochedo,  
Rola em vascas, em sangue ardente a areia tinge,

E fita o campeador no uivar da extrema injúria...  
E o Herói recua, vendo, entre esperança e medo,  
Rancor e compaixão no verde olhar da Esfinge.<sup>90</sup>

Essa “fuga” ao contemporâneo ou à realidade vivida não ocorre somente em suas poesias de temática greco-latina. Parte considerável do seu trabalho poético apresenta personagens e temas voltados para o passado, como é o caso dos poemas que trabalham com assuntos medievais ou bíblicos, além daqueles que homenageiam indivíduos como Michelangelo e Beethoven. Algumas produções, como *A morte de Tapir*, os poemas contidos em *O Caçador de Esmeraldas*, ou os poemas *Música Brasileira* e *Pátria* trazem temas mais próximos de Bilac, ao abordarem questões ligadas à história do Brasil, à cultura brasileira, etc. Talvez, a referência mais “moderna” apareça no poema *New York*, hino de louvor à cidade norte-americana. Mesmo assim, indo ao poema, verifica-se forte presença da Antiguidade.

#### New York

---

<sup>90</sup> Bilac, 1978, p. 198-199.

Resplandeces e ris, ardes e tumultuas;  
Na escalada do céu, galgando em fúria o espaço,  
Sobem do teu tear de praças e de ruas  
Atlas de ferro, Anteus de pedra e Brontes de aço.

Gloriosa! Prometeu revive em teu regaço,  
Delira no teu gênio, enche as artérias tuas,  
E combure-te a entranha arfante de cansaço,  
Na incessante criação de assombros em que estuas.

Mas, com as tuas Babéis, de balde o céu recortas,  
E pesas sobre o mar, quando o teu vulto assoma,  
Como a recordação da Tebas de cem portas:

Falta-te o Tempo, – o vago, o religioso aroma  
Que se respira no ar de Lutécia e de Roma,  
Sempre moço perfume ancião de idades mortas...<sup>91</sup>

A cidade é apresentada por meio de analogias entre personagens da mitologia grega e os elementos que compõem o cenário urbano. Assim, a beleza dos Antigos serve como anteparo comparativo para descrever a beleza e a grandiosidade de Nova Iorque. Outro elemento a se destacar é o aparecimento de um tempo eterno, ou de um não tempo, a ausência de um tempo histórico, como sugere Flora Sussekind: “Bilac tenta revigorar a eternidade como coordenada temporal não só para uma produção literária que se quer clássica, como também para a vivência cidadina”.<sup>92</sup> Nessas condições, em perspectiva mais abrangente, a poesia de Bilac trabalha predominantemente com um tempo eterno ou um tempo afastado. Ao não vivenciar o tempo, ou apresentar um tempo muito distante, o que se nota é que o cotidiano e o entorno desaparecem. A existência de um cenário urbano moderno, nesse sentido, além de ser uma exceção, também pode ser analisada a partir de perspectiva de afastamento do tempo vivenciado. Essa seria uma das formas de tentar se atingir a pretensa impassibilidade do parnasianismo. Voltando-se para a poesia descritiva, para o tempo afastado ou atemporal, para o campo, o poeta alcançaria a pretendida impassibilidade, pelo menos na teoria. Para Bilac, a “sobriedade, a clareza e a justeza” eram as virtudes máximas do “gênio greco-latino”.

Porque já eram sóbrios, claros e justos, na rudez da vida pastoril, os primeiros poetas da nossa civilização, apercebidos de cajado e avena, sonhando, ao pé da montanha, da Fócida, consagrada a Apolo e às Musas;

---

<sup>91</sup> *Ibid.*, p.206.

<sup>92</sup> Sussekind, 1987, p. 99.

aqueles foram os primeiros e verdadeiros parnasianos e parnasianos foram, pelas idades fora, todos os artistas que amaram e praticaram as ideias límpidas, os sentimentos altos e as expressões puras.<sup>93</sup>

Essa é a mesma palestra em que Bilac rejeita o rótulo de “parnasianismo” e propõe que seja substituído por “disciplina do bom gosto”. Porém, é o próprio Bilac que se autodenomina parnasiano ao afirmar que aqueles que praticaram “as ideias límpidas, os sentimentos altos e as expressões puras” eram parnasianos. E era essa a arte que o poeta apregoava para si. Ele estabelece aqui um vínculo com a Antiguidade por intermédio da poesia, adotando uma forma atemporal de se fazer arte. Os princípios para se construir a arte perfeita, segundo Bilac, teriam sido cunhados primeiramente pelos gregos, os verdadeiros parnasianos. O ideal grego não apareceria, assim, somente no conteúdo da poesia, mas na forma de se construir os versos perfeitos. Dito de outro modo, mesmo que o assunto de uma poesia não fizesse uma referência direta aos Antigos, a Antiguidade se faria presente na poética, por meio de um ideal artístico. A poesia que segue esses preceitos, segundo Bilac, é a verdadeira poesia.

Aliada a essa explicação do estilo parnasiano, algumas noções temporais trabalhadas por Bilac nos ajudam a compreender a relação que o poeta estabeleceu com a Antiguidade. Passado, tradição, presente e futuro são elementos que aparecem em mais de uma oportunidade e em diferentes produções bilaquianas, associadas ao elogio da cultura clássica.

### 2.2.1 A PAIXÃO PELO PASSADO

Em crônicas do início da década de 90 do século XIX, quando do seu exílio em Ouro Preto, o autor de “A sesta de Nero” demonstra seu fascínio pelas coisas do passado. Alguns textos desse período, retrabalhados, foram publicados em *Crônicas e Novelas*, de 1894. Nas palavras liminares do livro, em que o autor explica o contexto que o levou ao exílio, Bilac critica a realidade política da República e do Rio de Janeiro, fala sobre algumas das sensações que sentiu nos anos de convívio em Minas Gerais, reflete acerca do sentimento de se ver afastado do meio urbano do Rio de Janeiro e faz uma breve reflexão sobre o tempo histórico.

---

<sup>93</sup> Bilac, 1927, p.22.



Oh! Viajar! Sair de perto daquilo que nos espreme a vesícula biliar ou nos estrangula o coração! E, longe do presente que nos angustia, viver do passado, mais belo, errando entre ruínas que dormem há séculos, ou, de papo para o ar, na relva cheirosa dos matos, seguir a dança das nuvens, quando o vento as destranca e espalha como uma cabeleira de neve!<sup>94</sup>

O tempo moderno “rasga montanhas e galga abismo, não cuida dos vestígios de gerações mortas que a sua passagem apaga”.<sup>95</sup> Esse problema de um tempo presente que não conserva o passado seria, segundo Bilac, um atravanco para a construção da nacionalidade brasileira: “o espírito vai perdendo a consciência da nacionalidade, o coração se vai desapegando das reminiscências do passado”.<sup>96</sup> O alvo da crítica não é o presente em si, entendido como um conceito temporal que caracteriza o momento, mas sim o presente moderno, o tempo do progresso, que destrói o passado, modernidade e progresso que, ainda de acordo com Bilac, não haviam chegado a Minas Gerais. Nota-se, porém, uma predileção por aquele tempo que passou, por aquela vida que deixou de existir, pela realidade “mais bela”.

*Crônicas e Novelas* se divide em duas partes. Na primeira, *Crônicas*, o autor apresenta uma seleção de textos já previamente divulgados em jornais. A segunda, *Novelas*, traz alguns textos de caráter ficcional que insinuam “passagens autobiográficas joco-sérias, camufladas de leve por um *alter ego* de nome Jacques”.<sup>97</sup> A primeira parte do livro é a que mais nos interessa, pois apresenta alguns textos produzidos pelo poeta sobre a história do Brasil, de Minas Gerais e de Ouro Preto.

Trata-se de uma vertente do poeta pouco conhecida e pouco estudada: a de pesquisador. O poeta-pesquisador, “durante aqueles sete meses de solidão”, dedicou-se a viajar, a visitar ruínas de cidades de Minas Gerais, a refletir sobre a história daqueles lugares. Com a alma “cheia de lembrança de outros tempos”,<sup>98</sup> emocionou-se “com o inesperado da revelação histórica e documental da capital mineira” e redigiu crônicas em que a tônica era “a exaltação das velhas cidades mineiras, de seus personagens, de seu fausto antigo, de sua opulência perempta”.<sup>99</sup> Alguns textos são apenas descritivos, comentários sobre

---

<sup>94</sup> Bilac, 1894, p. 13.

<sup>95</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>96</sup> *Ibid.*, p.14.

<sup>97</sup> Alguns dos textos desse livro seriam republicados em outro livro de crônicas do poeta: *Crítica e Fantasia*. A maior parcela das novelas, no entanto, foi eliminada dessa outra publicação, restando apenas uma das cinco novelas que compunham *Crônicas e Novelas*.

<sup>98</sup> Bilac, 1894, p.24

<sup>99</sup> Dimas, 2006, p. 21.

acontecimentos de viagem. Outros partem de relatos de viagem e de suas impressões acerca de determinado lugar que ele está visitando para reflexões e ensejos sobre a história de indivíduos, sobre acontecimentos importantes da história brasileira ou acerca das cidades mineiras. Nesses apontamentos críticos sobre a história, Bilac desvela o seu lado de pesquisador: está atento a fontes documentais para desenvolver seu argumento, revela ter visitado “arquivos empoeirados de Ouro Preto”, transcreve alguns documentos para “provar” (é esse o termo que usa) seu ponto de vista, inclusive, em alguns exemplos, deixando claro de onde foi retirada a passagem e, em um caso, descrevendo o estado em que o documento encontrava-se, e elabora hipóteses a partir dessas fontes, confrontando algumas de suas arguições com fontes secundárias. Antônio Dimas classifica os textos como uma “mistura ainda tateante de recuperação histórica, etnográfica e antropológica”, em que “insinua-se a curiosidade multidisciplinar do jornalista, que tira proveito profissional de seu deslocamento forçado e encarrega-se de divulgar, em jornal de circulação nacional, facetas então escondidas da nossa vida social e cultural”.<sup>100</sup> Não era a intenção de Bilac fazer o trabalho de um historiador. Ele afirma que aquelas páginas foram escritas por um jornalista e que o público deve ler o livro “com a despreocupação de quem lê artigos num jornal”.<sup>101</sup>

No entanto, não nos parece que se trata somente de uma “curiosidade multidisciplinar do jornalista” ou mesmo um interesse temporário sobre a história de Minas Gerais. Acredita-se que o que se apresenta naqueles textos é reflexo de uma característica da personalidade de Bilac, e que pode ajudar a entender a constante retomada dos assuntos relacionados à Antiguidade: a “paixão” confessa pelo passado. Em mais de uma oportunidade, o autor de *O Sonho de Marco Antônio* ratificaria esse amor, além de reiterar a importância que ele dava ao estudo da história para, entre outros fins, construir uma ideia de nacionalidade brasileira. Em crônica de 1901, Bilac faz uma crítica aos brasileiros, que, segundo o cronista, pouco se importavam com a história.

Ainda ontem um telegrama de Santiago comunicava já estar nomeada a comissão que há de representar o Chile no Congresso de História de Roma. Aí está um congresso que não deve contar conosco. Que nos importa a História? Nós somos um povo que, quando tem sede, agacha-se junto do leito do rio, e bebe a fartar, sem querer saber de que remota e verdejante serra brota a água fresca que dessedenta.  
(...)

---

<sup>100</sup> *Ibid.*, 22.

<sup>101</sup> Bilac, 1894, p.17.

Parece, realmente, que nos envergonhamos do passado e que nos esforçamos para cortar todos os fios que prendem o nosso *hoje* ao nosso *ontem*.

(...)

Quando palpitará pela primeira vez dentro dos nossos corações esse amor do Passado, esse culto de ansiedade, essa religião da História, que fazem as famílias fortes e as nações felizes?!<sup>102</sup>

Note-se como Bilac inicia sua reflexão. O incômodo dele quanto à falta de uma representação brasileira no congresso de História de Roma demonstra que a crítica não se volta somente ao pouco interesse do povo brasileiro pela História do Brasil, mas também à total ausência de interesse pela História Geral. A consolidação de uma História brasileira, segundo Bilac, passava pela valorização e reconhecimento de que a História de outras populações também contribuiu para o desenvolvimento da História do Brasil. Essa ideia reaparecerá em outro discurso realizado por Bilac em 1916, na Academia das Ciências de Lisboa, em Portugal. Iniciou seu discurso da seguinte maneira: “foi com viva comoção, mas sem acanhamento, que passei o ádito dessa nobre casa”.<sup>103</sup> A sua falta de constrangimento, explica, deve-se ao fato de que se sentia confortável para discursar e não ser tomado por um “ádvēna” diante de um público de intelectuais em que ele se colocava como membro por afinidade e tradição (além de ser efetivamente um sócio correspondente): afinidade intelectual e tradição que “unia a história das duas nações”.<sup>104</sup>

Sempre fui um tradicionalista, sem ser um retrógrado. Vivo feliz, ou resignado do presente, e estimulado pela curiosidade do futuro; mas vivo também, e muito, da saudade dos tempos que vivi, e de tempos que realmente não vivi... Saudade rara, mas não absurda. Talvez seja um pouco exagerada em mim esta paixão pelo passado: mas paixão bem humana e bem sã.

(...)

Querendo ser vosso, quis, de modo mais forte, incorporar-me à vossa cultura e integrar-me no nosso passado.

Este meu tradicionalismo não é incompatível com o meu nacionalismo. Nacionalista ardente, e não nativista, tenho um patriotismo com pergaminhos e brasões. E a minha atitude aqui é a mesma que me governa no Brasil.

(...)

Não quero que minha nacionalidade tenha uma vida sem passado e sem provações (...). Quero que ela seja dessas grandes árvores, de longas e profundas raízes, aferrando-se no mais remoto e secreto seio da terra, no âmago do solo consagrado pelos tempos, regado pelo suor, fecundado pelas lágrimas, lavrado pelo sacrifício de muitas gerações de trabalhadores.

---

<sup>102</sup> Bilac, 2006a, p. 438-440.

<sup>103</sup> *Id.*, 1965, p. 44.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 54.

(...)

Não estaríeis aqui, se não fosseis, como eu, amigos do passado.<sup>105</sup>

Vivia-se um clima tenso e belicoso por conta da Primeira Grande Guerra. Naquele momento, falar em história unificada entre as “Repúblicas irmãs” era mais que uma simples conveniência de colaboração literária ou afago de egos por meio de falas cortesias, era uma questão de relações políticas entre os países. Acrescente-se o fato de que Bilac visitava uma Lisboa que havia acabado de declarar guerra aos alemães e “estava ávida para ser confirmada, legitimada e reconhecida em sua beligerância, sobretudo se esse reconhecimento viesse de um intelectual, de um poeta da mesma língua e da mesma extração cultural”.<sup>106</sup>

Nesse contexto, Bilac não era referenciado somente como o grande poeta brasileiro da atualidade, assim como os outros palestrantes fizeram questão de frisar, mas também era reconhecido pelos intelectuais portugueses como um prestigiado representante político brasileiro por suas grandes investidas missionárias em prol do serviço militar obrigatório e da educação cívica. Era reconhecido como um pensador combativo e combatente pela causa nacional brasileira.



Olavo Bilac em Lisboa: banquete oferecido pela revista *Atlantida* em sua homenagem.  
Fonte: *Atlantida*, número 6, volume II, 1916.

---

<sup>105</sup> *Ibid.*, p.50-54.

<sup>106</sup> Dimas, 1999, p.183.



Guerra Junqueiro, Olavo Bilac, João de Barros (diretor da revista *Atlantida* em 1916) e Pedro Bordallo, visitando a estátua de Eça de Queiroz.

Fonte: *Atlantida*, número 6, volume II, 1916.

Esse ímpeto nacionalista de Bilac respondia aos interesses portugueses: visto em um sentido lato, defender a causa nacional representava também defender os ideais da “resistência do espírito latino contra a barbárie germânica”.<sup>107</sup> Para alguns intelectuais brasileiros e lusitanos da época, os países deveriam se juntar em uma aliança da “gloriosa família lusitana”.<sup>108</sup> Essas são ideias defendidas pelo Doutor Coelho de Carvalho em seu discurso de abertura da sessão extraordinária em homenagem a Bilac. Coelho de Carvalho defendeu que a “literatura portuguesa e literatura brasileira não são duas literaturas diferentes e diversas, são uma só literatura: a portuguesa”. Por fim, também ressaltou que, em se tratando de relações políticas exteriores, Brasil e Portugal deveriam se apresentar como uma só nação e “esta aliança política das duas pátrias seria a única profícua e perdurável, porque, antes de existir em tratados, já a impõem a identidade da raça e a unidade da língua”.<sup>109</sup>

---

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 181.

<sup>108</sup> A “Confederação Luso-Brasileira” foi defendida por diversos intelectuais brasileiros e portugueses, tais como, do lado português, António de Bettencourt Rodrigues, João de Barros, Henrique Lopes de Mendonça, Sebastião Magalhães Lima, Jaime de Magalhães Lima, Ricardo Severo, Alberto de Oliveira, Anselmo Braamcamp, e, do lado brasileiro, José Joaquim Medeiros e Albuquerque, Graça Aranha, Artur Pinto da Rocha, Spencer Vampré, Dominício da Gama, Aldo de Cavalcanti Melo, Alberto Seabra, Noé de Azevedo. A ideia de uma reaproximação por meio de uma aliança confederativa entre os dois países já havia sido expressada por Sílvio Romero em 1902, quando da sua apresentação da conferência sobre “O elemento português no Brasil” no Gabinete Português de Leitura. Leal, 2009, p. 268-284.

<sup>109</sup> *Academia das Ciências de Lisboa*, 1917, p. 259.

A tradição, a história, a literatura, a língua e a “raça” que uniam as duas nações também são temáticas que aparecem tanto nos discursos de Bilac proferidos na Academia das Ciências de Lisboa, como no banquete oferecido no dia seguinte pela revista *Atlântida* em sua homenagem. O tradicionalismo de Bilac não contradiz o nacionalismo dele porque são apresentados como complementares, um ao outro. O germe do tradicionalismo e da História de Portugal e do Brasil, nesse sentido, partiria de um mesmo cerne cultural. No contexto da guerra, esse tradicionalismo seria apresentando como afirmação luso-brasileira contra o tradicionalismo “germanófilo”. A raiz que autoriza Olavo Bilac a não se considerar um forasteiro diante daquele grupo de intelectuais ramificava-se nos meandros da formação dos dois países que, segundo tal leitura, é fundada numa tradição greco-romana. Aos intelectuais, já que não podiam “estar ao lado dos que se batem nos campos de luta”,<sup>110</sup> restava o importante trabalho cognitivo de pensar, meditar e zelar pela preservação da “raça latina”, da história e da tradição.

Houve, na Antiguidade, recessos religiosos, longe da animação das cidades, no seio de vales desertos, que se chamavam “bosques sagrados” : o de Dodona e o de Epidauro, na Grécia, e o de Vesta e o de Egéria, em Roma. Eram destinados ao culto das musas e das tradições, às Camenas e às Memórias, asilos de meditação e de saudade. As academias de hoje são bosques sagrados, voltados, como os Antigos, ao estudo do presente e do passado, à ficção e à ciência, ao serviço da inteligência pela filosofia e à perfeição moral pela história. E enobrece-as cada vez mais a ancianidade que as sustenta.<sup>111</sup>

Saudemos Portugal e o Brasil! Mas não nos separemos hoje, sem que os nossos corações se voltem, unidos num mesmo afeto e numa só esperança, para os exércitos aliados, para todos os heróis obscuros que, em torno de Verdun, defendem a glória e a força perpétua da Grande Loba, nutriz da nossa cultura!<sup>112</sup>

A analogia do primeiro trecho é oportuna, pois sela um vínculo artístico e intelectual entre Antiguidade e presente. À História ainda é atribuída uma nova função, a de lapidar a “perfeição moral” dos indivíduos, pois o passado autoriza o presente com ensinamentos eternos. Apesar dos discursos proferidos em Portugal apresentarem uma maior inclinação à cultura latina, deve-se observar que a cultura helênica não é excluída. Em última análise,

---

<sup>110</sup> Bilac, 1965, p.59.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 54.

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 66.

louvando-se a latinidade, também se exalta o núcleo do classicismo da civilização greco-romana.

Vê-se, então, que a glorificação e o estudo do passado, além de se apresentarem como um gosto pessoal de Bilac, também são exaltados pelo poeta como um meio de construir uma ideia de nação e de assegurar a continuidade de uma tradição vinda da Antiguidade, uma maneira de defender os interesses nacionais sem, no entanto, negar a influência de raízes muito mais profundas, que teriam ajudado no desenvolvimento da civilização de seu tempo. Para além da poesia, o elogio à Antiguidade e ao passado, apresentar-se-ia como elemento importante da produção e do pensamento bilaciano, passando ao largo do mero uso formal e estilístico do parnasianismo. Exemplar nesse sentido, um discurso que Bilac proferiu na inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1909.

Transportae-vos comigo a uma remota civilização, a um encantado ponto da terra que ainda hoje conserva o seu encanto, o seu céu azul, as suas árvores sagradas em cujo cerne ainda se percebe a queixa abafada das Hamadriades, as suas montanhas ainda resoantes do esquivo passo das oréades, os seus vales em cujo seio fresco ainda perpassa a ronda leve das napeias, e os seus campos e cidades, onde os templos mutilados ainda estremecem e palpitam como guardando a vida imortal dos deuses que os habitaram. Transportae-vos comigo à Hélade luminosa, ao seu coração, a essa Atenas sacrossanta, diante de cuja Acrópole os lábios de Renan murmuraram a mais bela prece que já brotou, num surto de elevo artístico, da alma e da boca de um homem civilizado...

Expira o século de Péricles, e a democracia ateniense esplende em plena pureza, antes dos exageros e dos abusos que a vão arrastar aos desastres da guerra do Peloponeso. Eis-no em Atenas, e eis repleto o velho teatro de Dionísio, já transformado e aperfeiçoado pelos arquitetos do grande século, mas conservando a simplicidade majestosa da instalação primitiva: as arquibancadas ao ar livre, os gradins talhados na rocha viva da Acrópole à sombra do Parthenon, os bancos de mármore destinados aos arcontes, aos estrategistas, aos embaixadores, aos benfeitores do Estado (...). Vinte mil atenienses enchem o imenso âmbito. Do alto dos gradins o povo abrange com a vista um panorama fulgido: O Yllyssus e o Hymeto, o jardim da Academia, os ginásios, o templo de Afrodite, o porto de Pireu, e o mar largo arfando aos pesos das trirremes vencedoras de Salamina.<sup>113</sup>

Exemplos de trechos semelhantes a este são numerosos e poderiam se estender em diversas citações. Deve-se salientar, no entanto, que esse elogio à Antiguidade, diferentemente da poesia, não transcorre exclusivamente em oposição ou afastamento ao tempo presente em que Bilac vivia. Pelo contrário, são complementares dentro da lógica

---

<sup>113</sup> Bilac, 1930, p. 271-272.

temporal de uma história que tende ao progresso. No caso do trecho citado, Bilac fala sobre a história do teatro desde a Antiguidade, passando também por Roma, até o presente do poeta. Nesse sentido, fora da poesia, a Antiguidade não se encontra isolada do entorno e o poeta retira-se da torre de Marfim. O que se apresenta são duas atitudes diferentes em produções distintas: de um lado, o poeta da forma perfeita, em que a poesia, com ares de pretensa impassibilidade, encontra-se deslocada do tempo presente. Do outro, o intelectual cronista, participativo da vida política do país, que realiza conferências literárias e luta pela educação primária, em que a referência à Antiguidade, mesmo quando elogiosa e formalista, não passa necessariamente uma ideia de afastamento completo do contemporâneo; defender a cultura da Antiguidade seria defender o presente, lutar pela sobrevivência da “raça”, acreditavam alguns. O que não significa que Bilac estava se contradizendo. Como revela em entrevista já citada, em se tratando de poesia, seguia “rigorosamente” os preceitos pregados em *Profissão de fé*. Por sinal, o bruto da produção intelectual de Bilac não está em sua poesia, mas sim em sua contribuição para os jornais. Em seu trabalho para os jornais, também é possível encontrar menção constante aos Antigos. Porém, escrevendo para periódicos, a Antiguidade não é referida somente em seu estado de glória, mas também é utilizada para compor poesias satíricas e crônicas irônicas.

### 2.3 A VIDA NA IMPRENSA: A PROFISSIONALIZAÇÃO DA LITERATURA

Sérgio Milliet, em seu diário crítico, resenha, em 6 de maio de 1944, *A vida exuberante de Olavo Bilac*, de Eloy Pontes. Em sua crítica, Milliet mostra que Pontes, ao biografar Bilac, pretendia ir além da simples descrição da vida do poeta. O objetivo do biógrafo era, segundo Milliet, realizar um estudo mais amplo sobre a história social e cultural do final do século XIX, “a fim de mostrar as determinantes do fenômeno parnasiano entre nós e de Olavo Bilac entre os parnasianos”. Milliet acrescenta que Eloy Pontes foi, “até certo ponto”, bem sucedido, mas falhou ao excluir a parte econômica, “que deveria formar a tela de fundo do drama todo”.<sup>114</sup> No entanto, essa lacuna não seria de tanta importância, em virtude do perfil dos literatos da época :

a falha é de pequeno interesse no caso em questão, porquanto o que caracteriza esses literatos boêmios do início da República é o seu total

---

<sup>114</sup> Milliet, 1944, p. 140-141.



isolamento da vida da nação, o seu exaltado bovarismo. Vivem no mundo da lua. Mais em Paris que no Brasil, e alheios aos fatos nacionais. Cultivam com carinhos absurdos uma planta de estufa em meio ao carrascal e à miséria do país, transplantam para o Rio, numa cópia servil, a boemia parisiense, com seu espírito, suas preocupações mundanas, suas lutas literárias.<sup>115</sup>

O ataque de Milliet não para por aí. Ele ainda comenta que um ou outro intelectual até participava mais intimamente dessa “tragicomédia” dos problemas do Brasil, mas entrava “em falso como ator bisonho, que desconhece seu papel e ignora a própria peça”. Em relação à tríade parnasiana, ele foi mais incisivo, afirmando que tudo em Alberto de Oliveira, Raimundo Correia e Olavo Bilac era artifício: “desde a indumentária antifuncional até as ideias tomadas de empréstimo para aplicação no meio”. Os três se sobressaíam entre os “mais impermeáveis à vida plena, sadia, natural e verdadeira”.<sup>116</sup> Quanto à colaboração de Bilac nos jornais, Milliet é categórico ao afirmar que o poeta contribuía com a imprensa “movido menos pela paixão política que pela necessidade de ganhar a vida. Era a única saída, uma vez que não lhe apeteciam os estudos, mas sim a vadiagem e a parolagem dos cafés”.<sup>117</sup>

Essa desconfiança com o tipo de vida que alguns intelectuais levavam na época parece ser um tanto exagerada. O que se vê, aqui, é uma extensão da crítica que se fazia ao tipo de literatura que os parnasianos produziam: uma poesia pretensamente impassível, constantemente voltada a temáticas da Antiguidade e com nenhuma ou pouquíssimas referências ao mundo moderno. Em outros termos, ao fugirem para a etérea poesia, os parnasianos estariam escapando da vida real, enclausurando-se na torre de marfim do parnaso e deixando de lado os acontecimentos nacionais. No entanto, Bilac participou ativamente de lutas pela proclamação da República, lutas a favor da abolição da escravidão, envolveu-se com a literatura pedagógica para crianças e jovens, além de ter participado intensamente de campanhas nacionalistas a favor da aplicação da lei do serviço militar de 1908. Longe de “ficar alheio” ao que acontecia no Brasil, manteve-se participativo não somente na literatura e nas “vidas dos cafés”. Pelo contrário, Bilac foi um grande contestador do ideal da “Arte pela Arte”.

---

<sup>115</sup> *Ibid.*, p.140.

<sup>116</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>117</sup> *Ibid.*, p. 141.

A Arte não é, como ainda querem alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência. Todas as preocupações humanas se enfeixam e misturam de modo inseparável. As torres de ouro e marfim, em que os artistas se fechavam, ruíram desmoronadas. A Arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano. Somente um louco, — ou um egoísta monstruoso —, poderá viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições e choram os desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças.. Uma revista, que se fundasse, no Brasil, para exclusivamente cuidar de cousas de Arte, seria absurda. A Arte é a cúpula que coroa o edifício da civilização: e só pode ter arte o povo que já é "povo", que já saiu triunfante de todas as provações em que se apura e define o caráter das nacionalidades.<sup>118</sup>

Nesse trecho da entrevista a João do Rio, Bilac rejeita justamente a caricatura do intelectual que Milliet ataca. Em outra conferência literária, realizada em 1907 e intitulada *Sobre minha geração literária*, o poeta reitera esse posicionamento. Bilac afirma que os literários de sua época prestaram um grande serviço ao Brasil quando pulverizaram a “torre de orgulho e de sonho em que o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens”. Não tendo esses intelectuais se limitado a “adorar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse”.<sup>119</sup> O artista, como crê Bilac, não deveria estar descolado do “meio e do tempo”. “Hoje”, conclui, “todo o verdadeiro artista é um homem de boa sociedade, pela sua educação civilizada, assim como todo o homem de boa sociedade é um artista”.<sup>120</sup>

Bilac considerava a arte pela arte uma “monstruosidade moral”, pois os artistas tinham o dever de pensar e ajudar a solucionar os problemas da sociedade. Essa “condição ética dos homens de letras” pode ser verificada na postura que muitos assumiram no período, participando ativamente de importantes acontecimentos políticos, sociais e econômicos do final do Império e das primeiras décadas da República. Alguns chegaram a ocupar cargos políticos e lugares de influência, como foi o caso de Coelho Neto, que desempenhou a função de secretário do governo do Estado do Rio de Janeiro, logo após a proclamação da República, além de ter exercido o mandato de deputado federal pelo Maranhão (1909 a 1917).<sup>121</sup> Os

---

<sup>118</sup> Bilac *apud* João do Rio, s/d, p. 5.

<sup>119</sup> Bilac, 1924, p. 78-79.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p.79.

<sup>121</sup> Broca, 1960, p. 81.

debates dos “escritores-cidadãos” giravam em torno da modernização da nação e sua inserção no cenário internacional e da elevação do nível cultural e material da população, tendo por referência um “modo de vida Europeu”. Para se aproximar dessa realidade, falava-se em democratização – entendida como ampliação dos direitos políticos –, “aceleração da atividade nacional” e de “liberação das iniciativas”.<sup>122</sup>

A questão da construção da ideia do Estado-nação mereceu atenção especial. Tobias Barreto acreditava na existência de um Estado, mas não de uma Nação. Joaquim Nabuco tinha pensamento parecido. O Estado, além do mais, carecia de estrutura forte. A luta reformadora erguia-se sobre duas bases: construir uma Nação e reformular o Estado. Esses foram os “parâmetros básicos de toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil face ao exemplo europeu e norte-americano”.<sup>123</sup> Embasavam-se, ainda, em correntes características da *Belle Époque*: cientificismo e o liberalismo. Tratava-se de preocupação e empenho bastante sério por parte de diversos intelectuais do final do Império e da Primeira República.

Com a proclamação da República, nem todos os desígnios dos intelectuais que lutaram pela mudança política foram atendidos. Nos primeiros anos, uma onda de insatisfação gerou duras críticas aos políticos e partidos, que foram acusados de “inocuidade política”, “vazio ideológico”, “corrupção” e “incapacidade técnica e administrativa”. A oposição, comandada em grande parte pelos intelectuais, foi “simplesmente varrida da vida pública e dos meios oficiais para a margem e a miséria, sob o estigma de anti-social e pernicioso”.<sup>124</sup> No caso de Bilac, os ataques que desferiu pela imprensa contra o Governo de Floriano levaram o poeta ao seu exílio em Minas Gerais.

Nesse período, início da década de 90, Bilac estava começando a aparecer de forma mais contínua na imprensa. Como já exposto, assim como explicita em carta enviada a Alberto de Oliveira em 1887, Bilac aparentava não gostar muito do trabalho nos jornais e revistas. Ao menos num primeiro momento, parte da observação de Milliet no que concerne a contribuição do poeta para os jornais parece estar correta: o jornalismo apareceu como uma oportunidade para ganhar dinheiro, mais pela necessidade do jovem expulso de casa e sem dinheiro do que pelo gosto. Bilac iniciou seu percurso jornalístico cedo. Nos anos em que estudou medicina, começou a escrever para a *Gazeta Acadêmica*, jornal de distribuição

---

<sup>122</sup> Sevcenko, 1983, p.79.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p.87.

restrita e produzido por estudantes da Faculdade de Medicina, tornando-se um dos “mais ativos redatores” do jornal.<sup>125</sup> A proposta do jornal era trazer conteúdo de interesse para os alunos de medicina, mas acabou voltando-se mais para assuntos literários. Os primeiros versos de Bilac foram publicados nesse jornal, em meados de 1883. Além do jornal estudantil, Bilac participou de alguns outros periódicos na década de 80, como a *Gazeta da Sapucaia*, *O Vassourense*, *A semana* e o já citado *Vida Semanária*. Em *A Semana*, revista literária de Valentim Magalhães, Bilac publicou alguns dos versos que apareceriam em seu livro de 88.

No entanto, foi durante a década de 90 que Olavo Bilac despontaria de vez para o jornalismo. Dos diversos jornais e revistas que fez parte, os jornais *Gazeta de Notícias* e *A Notícia* são os periódicos em que repousam a maior parte do seu trabalho. O jornal de Ferreira Araújo foi responsável por reformas consideráveis na imprensa da época: “maior qualificação dos colaboradores assalariados, transformações nas disposições gráficas do periódico, bem como no estilo de se transmitir as notícias”.<sup>126</sup>

Ser poeta já não é, como era há bem pouco tempo, – ai! de nós que começamos há dez anos! – uma profissão desprezível, como a de jogador de roleta ou de chefe de bordel. E é justo que dessa geração, cujos esforços principiam a ser aplaudidos e pagos na devida conta, se espera a glória maior da literatura brasileira.  
Parece que uma nova época chegou.<sup>127</sup>

A aproximação de Bilac com a poesia e com os círculos literários boêmios do Rio de Janeiro foi um dos motivos que levou o pai do poeta a expulsá-lo de casa. Essa também foi uma razão encontrada pelo irmão de Amélia para impedir o noivado dos dois. O jornal de Araújo, considerado por Nelson Werneck Sodré como o “melhor jornal brasileiro da época”,<sup>128</sup> abriu um espaço significativo para os literatos, sendo considerado um veículo bastante importante para se quebrar o paradigma de pensamento que divulgava o trabalho literário como algo menor, reservado aos boêmios, encarado como uma fase transitória durante os anos de faculdade e não uma profissão digna.<sup>129</sup> Araújo também era escritor, participava do jornal com crônicas, crítica teatral e apresentando impressões de viagens. Além disso, o periódico participou de campanhas políticas e sociais, como a luta pela Abolição da

---

<sup>125</sup> Magalhães, 1974, p.27.

<sup>126</sup> Dimas, 2006, p. 47.

<sup>127</sup> Bilac, 2006a, p.71.

<sup>128</sup> Sodré, 1999, p.274.

<sup>129</sup> Broca, 1957, p. 103-107.

escravidão.<sup>130</sup> Intelectuais e literatos de respaldo fizeram parte de sua carreira no jornal, como foi o caso de Paula Ney, Artur Azevedo, José do Patrocínio, Coelho Netto. *O Ateneu*, livro de destaque de Raul Pompeia, foi publicado pela primeira vez, em formato de folhetim, nas páginas da *Gazeta de Notícias*, bem como outros trabalhos de romance.<sup>131</sup>

[Ferreira de Araújo] foi também um soldado combatente, e dos mais brilhantes, A sua maneira de escrever criou escola. Aliavam-se no seu estilo a força e a graça, a impetuosidade e a leveza, a solidez e a malícia. Ele, sozinho, era capaz de escrever todo um jornal, da primeira página à última. Desde o artigo de fundo até o folhetim humorístico, passando pela crônica política, pela crítica, pelo conto e pelo *mot de la fin*<sup>132</sup>

José Veríssimo, fazendo um balanço da imprensa brasileira até 1900, afirmava que o jornal de Ferreira Araújo influenciou diversos outros jornais de mesmo formato, mas foi o que obteve um maior êxito: “jornal barato, popular, livre de compromissos partidários ou semelhantes, e também o jornal fácil de se fazer, sem sistema na distribuição de matérias, à portuguesa”.<sup>133</sup> Ainda segundo Veríssimo, a imprensa literária no Brasil iniciou-se nos primeiros anos do séc. XIX, mas grande parte dos periódicos, apesar do elevado número, tiveram caráter efêmero, devido, atesta, à “escassa cultura e geral analfabetismo”.<sup>134</sup> A *Gazeta de Notícias* não foi um periódico propriamente literário, trazia em suas folhas notícias de interesse geral, mas foi um dos primeiros a empregar em larga escala os literatos. A remuneração ao trabalho intelectual parou de ser vista com espanto, e o estatuto do poeta e do escritor mal quisto, tido como vagabundo, também sofreu uma mudança significativa. Sobre a geração literária de seu tempo, Bilac questiona-se: “que fizemos nós?” Afirma que haviam transformado um simples passatempo em profissão, haviam forçado “as portas dos jornais”, vencendo a “inépcia e o medo dos editores”, estabeleceram um preço pelo trabalho e se firmaram como artistas de uma sociedade à qual estavam perfeitamente integrados.<sup>135</sup>

A venda de livros não era garantia de sobrevivência para os escritores. Claro que alguns autores faziam sucesso, a exemplo de Bilac, mas mesmo nesses casos, o número de exemplares vendidos era bastante restrito. Uma obra de poesia de um autor brasileiro considerada satisfatória chegava a vender 1000 exemplares e uma de prosa vendia 1100. Bilac

---

<sup>130</sup> Sodré, *op. cit.*, *id.*, *ibid.*

<sup>131</sup> Dimas, 2006, p. 48.

<sup>132</sup> Bilac, 2006b, 340.

<sup>133</sup> Veríssimo, 1900, p. 41.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p.42.

<sup>135</sup> Bilac, 1927, p. 78.

foi um dos que saiu da regra, conseguiu a marca de 4000 exemplares em um ano.<sup>136</sup> Números bastante baixos até para os padrões da época. Situação que levava Bilac a concluir: “até hoje no Brasil, temos tido talento, mas não temos quase trabalho. Exceção feita de dois ou três escritores que, quando morrerem, deixarão um espólio razoável de livros”.<sup>137</sup>

Para Sevcenko, a situação dos literatos (“paladinos malogrados”) começou a mudar quando “a equação entre a penetração de vultosos recursos econômicos e humanos encontrou um equilíbrio harmonioso com a expansão da produção e da exportação agrícola”.<sup>138</sup> Momento em que os intelectuais, muito por conta de uma influência direta do Barão de Rio Branco, passaram a ocupar cargos no Itamaraty e em setores administrativos paralelos, medida considera importante, pois “contribuiriam para consolidar a imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu incondicional”.<sup>139</sup> A proximidade com a sede do governo federal também oferecia diversas oportunidades para que os literatos trabalhassem, desde cargos burocráticos mais simples até empregos de representação, comissões e delegações diplomáticas. O governo também passou a apoiar instituições literárias e organizações culturais, bem como a oferecer suporte à maneira de mecenato para os grandes expoentes das letras. Data desse período (1905) a criação de uma sede própria da Academia Brasileira de Letras (que havia sido criada alguns anos antes) para um lugar fixo, com apoio governamental.

As conferências literárias também surgem como um indício da profissionalização da literatura nesse momento. Tal costume teria se iniciado na França, por volta da década de 70 do século XIX. No Brasil, há relatos jornalísticos reportando a realização da prática de conferências pelo menos desde 1875. Porém, é a partir de 1905 que essas conferências começam a ficar mais populares e rotineiras. Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac e Coelho Netto organizaram a primeira conferência em agosto de 1905, no Instituto Nacional de Música. Daquela data em diante, todos os sábados, por volta das 16 horas, o público carioca poderia acompanhar, mediante pagamento, grandes expoentes da literatura nacional palestrando sobre os mais variados temas. As conferências alcançaram grande sucesso, fazendo com que elas se tonassem uma “mania” (termo usado por Bilac). Em crônica para a revista *Kosmos*, Bilac satiriza a situação.

---

<sup>136</sup> Sevcenko, 1983, p. 88.

<sup>137</sup> Bilac, 2006a, p.71.

<sup>138</sup> Sevcenko, *op. cit.*, p.94.

<sup>139</sup> *Id., Ibid.*

Jesus! Em setembro – informa-me um amigo das estatísticas – houve, só no Rio de Janeiro, quarenta e oito conferências! E, se considerarmos que não há atualmente, no Brasil, uma só cidade, ou vila, ou freguesia que não tenha os seus conferentes e as suas conferências, reconheceremos que não haverá exagero em computar em mil, ou dois mil, ou cinco mil o número das “palestras” que ilustram este primaveril e chuvoso setembro.

(...)

Que se inventará ainda de novo, em matérias de conferências?

(...)

E de recorde em recorde chegaremos a extremos inconcebíveis. Por exemplo: o conferente A anunciará, que, no fim da sua conferência, comerá à vista da assistência um boi inteiro e beberá quatro tonéis de cerveja; e o conferente B prometerá dar um relógio Patek Philippe e mais uma nota de quinhentos mil réis a todos os curiosos que tiverem a coragem de ouvi-lo do princípio ao fim sem tossir, sem espirrar e sem bocejar.<sup>140</sup>

Além do número excessivo, as conferências também foram acusadas de fúteis. Esses eventos, no entanto, foram vantajosos para que o público leitor entrasse em contato com seus autores favoritos, para que alguns literatos fossem lançados, além de abrir uma porta interessante para a divulgação de ensaios que posteriormente seriam lançados em formato de livro, como foi o caso de *Conferências Literárias* de Olavo Bilac. Nem todos os temas tratados eram “divagações de pura forma, floreios ‘literários’ inconsequentes”.<sup>141</sup>

Contudo, foi o fenômeno do “novo jornalismo” e da entrada maciça dos intelectuais dentro dos jornais que marcou mais profundamente a profissionalização dos literatos. Graças às novas técnicas de impressão e edição, os veículos de imprensa reduziram seus custos significativamente. A nova abordagem dada às reportagens, um “acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria”,<sup>142</sup> atraiu cada vez mais os leitores, criando um público burguês cada vez mais assíduo, que também passou a consumir as revistas ilustradas com maior frequência. Forma-se uma “opinião pública urbana”, que via nos intelectuais uma referência orientadora. Os intelectuais viam seu poder de ação social crescer e ansiavam “levá-lo às últimas consequências”.<sup>143</sup> Olavo Bilac surgiria como um dos principais cronistas do dia a dia carioca, atrevendo-se a discorrer sobre temas completamente diversificados.

---

<sup>140</sup> Bilac, crônicas. *Em Revista Kosmos*, setembro de 1907.

<sup>141</sup> Broca, 1960, p. 138.

<sup>142</sup> Sevecenko, *op. cit.*, p. 94.

<sup>143</sup> *Ibid.*, p. 95.

## 2.4 USO DOS ANTIGOS NA CRÔNICA E NA SÁTIRA

O poeta que reclamava da vida de “fancaria” do jornal acabou se tornando um grande colaborador de diversos periódicos, passando a defender o jornalismo ferrenhamente. Ocupou, na *Gazeta de Notícias*, o prestigiado lugar de Machado de Assis, quando esse se aposentou da vida na imprensa. Em 1897, dizia Machado em *A Semana*: “há cerca de cinco anos que vos digo aqui ao domingo o que me passa pela cabeça, a propósito da semana finda, e até sem propósito. Parece tempo de repousar o meu tanto”.<sup>144</sup> “Depois de uma obra de anos”, era tempo de descansar. No meio desse mesmo ano, a Academia Brasileira de Letras seria criada, tendo Machado de Assis como um de seus grandes mentores e fundadores. Afastava-se dos jornais, mas não de um projeto intelectual de maiores proporções, do qual Bilac também faria parte.

Olavo Bilac já escrevia para a *Gazeta de Notícias* desde 1890, mas, nesse ano, apesar de colaborar quase que diariamente no tempo em que passou no periódico, ficou apenas alguns meses dentro do jornal. Foi a partir de 1893 que sua colaboração passou a ser mais frequente. Com a aposentadoria de Machado de Assis, Ferreira de Araújo convocou Bilac para ser seu principal substituto. Anos depois, relembando os seus primeiros anos de *Gazeta*, Bilac mudaria o tom ao falar sobre a colaboração aos jornais. Mais que “a necessidade de ganhar dinheiro”, trabalhar para o jornal de Ferreira de Araújo passava a ser motivo de orgulho.

Crônica de saudades...

O aniversário da *Gazeta* vem lembrar-me o tempo em que, desconhecido e feliz, com a cabeça cheia de versos, eu parava muitas vezes ali defronte, naquela feia esquina da travessa do Ouvidor, e ficava a namorar, com olhos gulosos, essas duas portas estreitas que, para a minha ambição literária, eram as duas portas de ouro da fama e da glória. Nunca houve dama, fidalga e bela, que mais inacessível parecesse ao amor de um pobre namorado: escrever na *Gazeta*! Ser colaborador da *Gazeta*! Ser da casa, estar do lado da gente ilustre que lhe dava brilho! – que sonho!

(...)

Não era pois o desejo de ganhar dinheiro que me impelia para esta formosa *Gazeta*(...).

É que a *Gazeta*, naquele tempo, era consagradora por excelência. Não era eu o único que a namorava; todos os da minha geração tinham a alma inflamada nessa mesma ânsia ambiciosa. Não era o dinheiro que queríamos: queríamos

---

<sup>144</sup> Machado de Assis, 1897.



consagração, queríamos fama, queríamos ver o nosso nome ao lado daqueles nomes célebres.<sup>145</sup>

Diversos seriam os veículos, entre jornais e revistas, que contariam com a colaboração de Bilac: *O Álbum*, *A Bruxa*, *Careta*, *Cidade do Rio*, *A Cigarra*, *O Combate*, *Correio Paulistano*, *Correio do Povo*, *Diário Mercantil* (SP), *Diário de Notícias*, *A Estação*, *O Estado de São Paulo*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Sapucaia*, *Jornal da Exposição*, *Kosmos*, *O Malho*, *O Mequetrefe*, *A Notícia*, *Novidades*, *Opinião Mineira*, *A Quinzena*, *A Rua*, *A Semana*, *O Vassourense*, *Vida Semanária* (SP), entre outros. Entre poesias, crônicas, críticas teatrais, críticas literárias, contos, Bilac contribuiu consideravelmente com o jornalismo durante aproximadamente 25 anos de sua vida (1883 – 1908).

Relembrando dos seus primeiros dias de trabalho na *Gazeta de Notícias*, em 1890, Bilac relata que ele e Pardal Mallet foram convidados para o jornal sob certa desconfiança: “singular ideia essa, de meter dois macacos em loja de louça!”.<sup>146</sup> Existia um sentimento de incredulidade quanto ao trabalho daqueles intelectuais, pois pesava a acusação de serem panfletários. Essa crítica é justificada por conta de um jornal “de conteúdo vermelho” (palavras de Bilac), que haviam criado meses antes, com a colaboração de Luís Murat e Raul Pompeia. Intitulado *A Rua*, o jornal, que viveu apenas 7 exemplares, trazia um editorial “atrevido” no seu primeiro número (13 de abril de 1889), em que os redatores, ainda inflamados com a recente abolição da escravidão e ansiosos pela república próxima, pregavam “a continuidade reformista em contexto que mal se esquivara da instituição escravocrata”.<sup>147</sup> Também atacavam as “instituições burguesas” que afrontavam os “interesses da minoria poderosa”, além de clamarem pelo “desmembramento federalista deste vasto território”.<sup>148</sup>

Uma dessas participações em jornais de tendência mais política acabou, aliada a outros fatores, levando Bilac à prisão. Em 1892, Pardal Mallet e Lopes Trovão, então deputado, fundaram o jornal antiflorianista *O Combate*. Lopes Trovão abandonou o jornal, motivando a alteração editorial, que passou a ter Bilac como secretário e Pardal Mallet como redator-chefe. Eram constantes os elogios a Deodoro da Fonseca nas páginas do jornal e, em contrapartida, ferrenhos ataques contra o Ministro da Marinha, Custódio José, e contra Floriano Peixoto

---

<sup>145</sup> Bilac, Crônica. Em *Gazeta de Notícias*, 2 de agosto de 1903.

<sup>146</sup> *Id., Ibid.*

<sup>147</sup> Dimas, 2006, Ensaios, p. 38.

<sup>148</sup> *Id., Ibid.*

apareciam nas páginas do periódico.<sup>149</sup> Responsável pela sessão “Vida Fluminense” do jornal e escrevendo sob o pseudônimo de Pierrot, Olavo Bilac não poupou seu tinteiro para desferir fortes ofensas contra o “Marechal de Ferro” e seu governo. Anos mais tarde, em 1906, rememoraría sua participação no jornal com certo ar de arrependimento.

Há muitos anos, tínhamos Pardal Mallet e eu um jornal diário, revolucionário, vermelho, terrível, - *O Combate*, por amor do qual fomos parar, como dois conspiradores perigosíssimos, - ele na fronteira do Peru, a ver tartarugas, e eu na fortaleza da Laje, a ver navios.<sup>150</sup>

No início de abril de 1892, as pressões para que Floriano Peixoto convocasse novas eleições aumentaram, questionava-se a legitimidade de seu governo. Floriano chegou à presidência após a renúncia de Deodoro da Fonseca. Deodoro, insatisfeito com o congresso, dissolveu-o em novembro de 1891. Não tardou para que uma revolta se formasse. No Rio Grande do Sul, um grande aliado seu, Júlio de Castilho, foi deposto. No Rio de Janeiro, uma revolta comandada pelo almirante Custódio de Mello envolveu boa parte da frota da baía de Guanabara. Deodoro, sem muitas alternativas de revide, renunciou ao seu mandato. Floriano, então vice-presidente, assumiu o cargo e ficou responsável por controlar a crise. Porém, uma Carta recém-promulgada dizia que, caso o presidente morresse ou renunciasse antes de dois anos de mandato, novas eleições deveriam ser convocadas, fazendo com que o mandato de Floriano se tornasse ilegal.

Um golpe de Estado planejado para 1 de abril de 1892 não chegou a se concretizar, mas, no dia 7 de abril, foi apresentado um manifesto por treze oficiais-generais do Exército e da armada pedindo a Floriano uma nova eleição. Acusados de descumprirem o dever de defenderem a “honra da pátria, de incitar a desordem e desacreditar o país no estrangeiro”<sup>151</sup>, foram reformados e afastados das fileiras. Em 10 de abril, vários manifestantes, com a intenção de sair da casa de Deodoro, na Lapa, para o Itamarati, clamavam pela volta de Deodoro. O governo decretou estado de sítio e várias ordens de prisão foram expedidas contra congressistas, generais, jornalistas. Dentre esses, figurava o nome de Olavo Bilac, que foi preso na noite desse mesmo dia. Muitos foram enviados para a Amazônia, como foi o caso de Mallet e José do Patrocínio, outros foram mandados para um “exílio interno em Tabatinga”.

---

<sup>149</sup> Magalhães, 1974, p.147.

<sup>150</sup> Bilac, 2011, p. 384.

<sup>151</sup> McCann, 2004, p.50.

Bilac foi levado para interrogatório, que durou várias horas, e depois ficou detido na Fortaleza da Laje durante quatro meses.

Após sua libertação, Bilac continuou criticando o governo de Floriano por intermédio do jornal *Cidade do Rio*, diário fundado pelo abolicionista José do Patrocínio, que já havia voltado de sua deportação à Amazônia. Em meados de agosto, o poeta acaba se afastando do jornal por não concordar com o apoio do periódico ao ex-ministro da Marinha Custódio José de Melo, que havia rompido laços com Floriano.<sup>152</sup> Bilac voltou a escrever para a *Gazeta de Notícias*, que, em comparação ao jornal de patrocínio, era bastante moderada. Fato que não impediu nova prisão de Bilac depois que a *Cidade do Rio* publicou o manifesto da Armada, que se encontrava em estado de rebelião desde 6 de setembro, comanda pelo almirante Custódio de Mello.<sup>153</sup>

Dessa vez, foram poucos dias de cárcere. Porém, devido ao estado de Sítio da capital, Bilac e outros intelectuais estavam constantemente sob o risco de voltar para a prisão. Em novembro, Luís Murat, Bilac e Guimarães Passos publicaram uma edição de *Cidade do Rio* carregada de críticas a Floriano e fugiram logo em seguida. Bilac se exilou em Ouro Preto e Luís Murat e Guimarães Passos foram para Buenos Aires. A princípio, o estado de sítio do governo de Floriano só atingia o Rio de Janeiro e Niterói, depois foi estendido para São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Portanto, Bilac estava seguro em Minas Gerais.<sup>154</sup>

Antônio Dimas acredita que o exílio de Bilac foi decisivo para uma “transformação temática e ideológica do cronista”.<sup>155</sup> Realmente, durante seus anos de exílio, como já exposto, as temáticas de suas crônicas giram em torno do cotidiano e de suas viagens por Minas Gerais, bem como a exaltação do passado mineiro e a reflexão sobre a história dos lugares que visitou. O desprezo que passou a sentir pela política profissional é verificado em algumas crônicas que fala sobre o assunto. Em seus anos de cruzada nacionalista, tal ojeriza seria exposta como pressuposto ideológico de sua campanha: o afastamento da política pequena, do “p” minúsculo, e a defesa da política de “p” maiúsculo, a qual todos deveriam tomar partido, pois se tratava da luta pela defesa do Brasil.

---

<sup>152</sup> Simões, 2006, p.51.

<sup>153</sup> Magalhães, 1974, p.156; Simões, 2006, p. 52.

<sup>154</sup> Magalhães, 1974, p.156-157.

<sup>155</sup> Dimas, 2006, p. 21.

Durante esse interregno forçado em Minas Gerais, Bilac continuou escrevendo para a *Gazeta de Notícias* e, após sua volta, seu volume de trabalho nos jornais aumentou gradativamente. Com a mudança temática, o jornalista Bilac não mais escreveu crônicas políticas à maneira como fazia em *O Combate* ou em outros jornais de tendência militante. Tornou-se comentarista do cotidiano carioca. De sua pena saíam assuntos dos mais diversos, em sua maioria versando sobre temas voltados ao contexto diário da cidade do Rio.

A crônica dos jornais carrega certo caráter efêmero, não sendo feita, a princípio, para durar: o jornal impresso é um objeto de circulação constante, em que as notícias se atualizam e se desatualizam diariamente. O próprio material em que é apresentado não é de qualidade elevada, diferentemente das páginas de um livro: o jornal deteriora-se rapidamente assim como o seu conteúdo. Não necessariamente, no entanto, o fim da crônica encontra-se no periódico, por isso a afirmação de Afrânio Coutinho de que a crônica “não é indissolúvelmente ligada ao jornal”, pois “esse prazer decorre da sua leitura mesmo em livro”<sup>156</sup>: quando colocada no formato de livro, ela ganha uma longevidade maior. Olavo Bilac compilou parte do seu trabalho como cronista em três livros: *Crônicas e Novelas* (1894), *Crítica e Fantasia* (1904) e *Ironia e Piedade* (1916). Mesmo assim, esses livros trazem apenas uma ínfima parte do extenso material que Bilac deixou nos jornais.

A crônica nasceu do “folhetim”, um espaço vazio dentro do jornal originalmente dedicado ao divertimento, em que aparecem diferentes formas e modalidades de “diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e monstros, se propõem charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza; aberto às novidades, nele se criticam as últimas peças, os livros recém saídos”.<sup>157</sup> Esse espaço diminuiu gradativamente de tamanho, ganhando “certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância”.<sup>158</sup> Antônio Cândido atesta o fato de que a crônica é considerada um gênero menor, mas não considera isso como algo depreciativo, pelo contrário. Para Cândido, essa é uma das melhores características da crônica, pois “por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo dia”.<sup>159</sup>

Deixando de lado a crônica da política com “p” minúsculo, sem, no entanto, abandonar a política como pauta, Olavo Bilac volta-se a essa “sensibilidade de todo dia”

---

<sup>156</sup> Coutinho, 1975, p.305.

<sup>157</sup> Meyer, 1992, p.96.

<sup>158</sup> Cândido, 1992, p.15.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 13.

carioca, expressando opiniões, que pendulavam entre a ironia, o sarcasmo, o tom sério, o humor mais ácido, a fala mais branda, sobre assuntos variados, desde crônicas ligadas ao contexto sociopolítico do Rio de Janeiro, até os assuntos mais banais do cotidiano da cidade em que vivia, passando também por relatos de viagens à Europa, que muitas vezes entravam em comparações entre as cidades europeias e o Rio de Janeiro. Em mais de uma oportunidade, Bilac apresenta reflexões metalinguísticas sobre o próprio ofício de cronista, “sempre de modo brincalhão, como se estivesse se ironizando ou se desqualificando”.<sup>160</sup> Em crônica de 1908, já ao final de sua carreira jornalística, o cronista admite que o “ofício de comentar a vida humana” tinha sua utilidade.

O cronista então se revela. Diferentemente da poesia, que se pretendia impassível, a escrita diária do jornal apresenta linhas opinativas de Bilac, onde se encontra uma rica fonte de estudo para compreendermos o pensamento do poeta acerca dos mais variados assuntos, configurando-se também em importantes documentos para se analisar a história do Rio de Janeiro e do início da República brasileira. Apesar de Bilac afirmar que não eram os cronistas que escolhiam os seus assuntos, mas sim “a própria vida, com o seu tumultuoso atropelo e seu irresponsável capricho”,<sup>161</sup> a pauta refletia os interesses e a orientação dos jornais em que escrevia, bem como certos interesses da elite intelectual carioca da qual fazia parte. Porém, isso não se configura necessariamente numa regra, porquanto se verifica que, algumas vezes, ao apontar soluções para os problemas do Rio de Janeiro, Bilac contesta os interesses do sistema vigente.<sup>162</sup>

Muitas das ideias ali expressas, mesmo que dispersas ao longo dos vários anos de carreira, ajudam a compor o quadro de pensamento que Bilac iria divulgar durante o período de suas campanhas nacionalistas. A questão sanitária, por exemplo, ocupou parte considerável da reflexão de Bilac acerca dos melhoramentos que ele divulgava como essenciais para a cidade do Rio de Janeiro. Com grande empolgação, Bilac passa a elogiar as medidas sanitárias e reformistas que passaram a acontecer na capital durante o final dos séculos XIX e os anos iniciais do século XX. Tendo como base uma noção temporal do progresso, acreditava o cronista que o Brasil encontrava-se atrasado civilizacionalmente se comparado às grandes potências europeias. Visto sob esse ângulo, as medidas sanitárias e as

---

<sup>160</sup> Dimas, 2006, p.41.

<sup>161</sup> Bilac, Crônica. *Em Gazeta de Notícias*, 21 de dezembro de 1902.

<sup>162</sup> Dimas, 2006, p. 51.

reformas promovidas são tomadas como elementos fundamentais para equiparar o Brasil às nações “civilizadas” daquele período.

As reformas urbanas faziam parte do plano governamental de modernização da cidade e de prevenção das doenças que assolavam os cidadãos cariocas. A situação sanitária do Rio de Janeiro era bastante calamitosa. Atentos aos principais acontecimentos das grandes cidades do globo, os intelectuais da República observavam com grande aflição a situação em que se encontrava o Rio de Janeiro. Essa elite exigia que soluções imediatas fossem tomadas com o intuito de inserir o Brasil na economia, na sociedade e na cultura dos novos tempos. Modernizar a velha cidade colonial era preciso.

Parece um paradoxo, mas não é: o caráter de uma população depende diretamente do aspecto da cidade em que ela vive. O curso das ideias do homem que atravessa uma rua tem de ser fatalmente regulado pelo espetáculo que os seus olhos vão contemplando. Os paralelepípedos malfeitos, pesados, feios, de arestas duras dão forçosamente ideias também duras e pesadas. Quem os contempla, fica absolutamente incapaz de ter um pensamento fino, sutil, engenhoso. Em qualquer grande capital, o aspecto das ruas largas, claras lisas, planas, calçadas a betume e asfalto, alegra a alma, dilata o espírito, dá origem de ideias nítidas e brilhantes.<sup>163</sup>

O cais também era um problema. Sua modesta estrutura não permitia que grandes embarcações se atracassem a ele, fazendo com que tomassem uma medida improvisada de um sistema de transbordo, que era lento e dispendioso.<sup>164</sup> As pequenas ruas estreitas não permitiam que fosse criado um sistema viário mais eficiente de distribuição das mercadorias para os terminais ferroviários, comércios e armazéns. Quanto à população, observa-se um crescimento demográfico bastante acentuando. Entre 1890 e 1900, a população passa de 522 651 habitantes para 691 565. Em 1920, esse número bateu a casa do milhão, chegando a 1 157 873.<sup>165</sup> A velha estrutura da cidade não estava preparada para receber esse número massivo de pessoas. As casas do centro encontravam-se abarrotadas de gente, era o lugar onde a população humilde morava, enfurnando-se aos montes em lugares minúsculos. As condições de moradia eram completamente insalubres, ajudando na dispersão de focos endêmicos de

---

<sup>163</sup> Bilac, Crônica. *Em A Notícia*, 3 de janeiro de 1902.

<sup>164</sup> Sevckenko, 1983, p.28.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p.52.

variadas doenças, como a varíola, febre tifoide, hanseníase, escarlatina, tuberculose, febre amarela, entre outras.<sup>166</sup>

Desde a década de 90 do século XIX, iniciou-se um processo de reforma urbana que visava sanar esses problemas. Porém, foi no início do novo século que vieram as reformas mais significativas, com a onda de demolições e reformas promovidas pelo governo do prefeito Pereira Passos. Bilac foi um dos grandes entusiastas dessas obras, claramente alinhando-se ao governo nesse novo empreendimento. Por trás desse projeto escondia-se uma política segregacionista que contribuiu para o afastamento da população pobre do centro urbano. As reformas seguiram padrões da *Art-Nouveau*, típica da sociedade da *Belle Époque*. Em 1904, o grande símbolo desse momento é inaugurado: a Avenida Central. Costumes e tradições da sociedade colonial e do Império passam a ser ferozmente rejeitados, como pode ser verificado pelos ataques contra a cultura popular e costumes considerados “bárbaros” e “incultos”: a venda ambulante de alimentos foi proibida; criação de porcos dentro dos limites urbanos, a realização de cordões sem autorização no carnaval, entre diversos outros costumes, foram condenados.<sup>167</sup> O centro transforma-se no lugar de encontro dessa elite aburguesada, onde as reformas tinham imposto um padrão estético europeu (especialmente afrancesado), com seus jardins e avenidas. A demolição dos grandes casarões do centro, que à época já eram pensões baratas onde habitavam os populares humildes, ocasionou uma verdadeira crise habitacional, inflacionando o preço dos aluguéis. Sem condições para cobrir os novos gastos, a população se viu obrigada a se afastar cada vez mais do centro elitizado.<sup>168</sup> Com grande satisfação, Bilac comemora a chegada dessas mudanças.

O Brasil entrou – e já era tempo – em uma fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o “conforto”, já encontram quem lhes abra as portas desta terra, de onde andavam banidas por um decreto da indiferença e da ignorância coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar, e já está passando, por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados. Esta revista acompanhará – se o público assim auxiliá-la – essa letra metamorfose da lagarta em borboleta.<sup>169</sup>

---

<sup>166</sup> *Ibid.*, p.52-57.

<sup>167</sup> Needell, 1993, p. 57.

<sup>168</sup> Sevecenko, 1983, p.30-34.

<sup>169</sup> Bilac, Crônica. Em *Revista Kosmos.*, janeiro de 1904.

Cerca de 1800 prédios foram demolidos, deixando parte dos populares de baixa renda desabrigados.<sup>170</sup> As medidas governamentais, apesar de sanarem problemas crônicos que acometiam a sociedade carioca, trouxeram diversos outros problemas, principalmente para as classes marginalizadas. Aos que reclamavam dos investimentos excessivos que estavam sendo despendidos com a “regeneração” urbana, Bilac respondia: “quando se trata de salvar um doente, não é razoável estar discutindo o preço do remédio (...). Gastemos à farta, não contemos o dinheiro, arruinemo-nos! Dessa ruína há de sair a nossa salvação (...). Só há hoje um problema: é o do saneamento”.<sup>171</sup> Quanto à população pobre que sofria com as reformas, Bilac tratava a situação com indiferença, demonstrando que esse era um preço pequeno a ser pago por um bem maior. Em 1904, o governo lançou a campanha da vacinação obrigatória contra a varíola. Os agentes de saúde invadiam as casas, desinfetavam o ambiente, removiam os doentes e aplicavam a vacina contra a varíola a força. Essa situação aumentou significativamente a insatisfação dos populares, que temiam a ação dos agentes de saúde. Procedeu à ação do governo uma série de revoltas que ficariam conhecidas como “A revolta da Vacina”, em que populares insurgiram-se contra o governo e contra os agentes públicos de saúde. Bilac responde ao ocorrido defendendo o governo e lamentando as perdas materiais que Avenida Central tinha sofrido.

O que primeiro me entristeceu, naquela amargurada manhã de 14, quando já estava armado o motim criminoso, foi o aspecto da Avenida. Por ali viera, num tropel destruidor, o bando dos *Pratas Pretas* e dos *Troviscos*, ao serviço dos ambiciosos e dos retóricos, levando tudo de roldão diante da sua estúpida fúria.

Passando pela Rua Senador Dantas, a alcateia arrancara, torcera, espezinhara, destruíra todas as pobres árvores pequenas, que ainda fracas e humildes, dentro e suas frágeis grades de ferro, só pediam, para crescer e dar sombra, um pouco de sol ao céu, um pouco de umidade à terra e um pouco de carinho aos homens.

Já com essa brutalidade sem nome, o bando feroz mostrara bem claramente a natureza do seu instinto e das suas intenções... Na Avenida, as suas vítimas foram os postes de iluminação elétrica. Árvores e luz, para quê? Para perfumar e purificar a atmosfera? Para auxiliar, iluminar, animar o trabalho? Mas o pântano só quer a podridão, e a alfurja só quer a treva: abaixo às árvores, e extinga-se a luz!

(...)

E eu perguntava a mim mesmo, embrutecido pelo espanto, que mágoa, que ressentimento, que receios, e que despeito pudera levar esta gente a um ato de tão completa insensatez, obrigando todo o Brasil a perder em um dia o que ganhara em quinze anos, revoltando-se contra um governo que só quer dar luz, avenida, saúde, árvores, limpeza dignidade ao povo, dando trabalho

---

<sup>170</sup> Sevecenko, 1983, p. 34.

<sup>171</sup> Bilac, Crônica. Em *A Notícia*, 12 de março de 1903.



aos que querem trabalhar, provendo os lares de pão, preparando a grandeza futura de uma pátria, que só ainda não é grande e bela por ser suja e despovoada...<sup>172</sup>

Ignorando completamente os verdadeiros motivos dos revoltosos e o número de mortos, feridos e presos que a revolta deixou, Bilac tratou os rebeldes simplesmente como baderneiros, que não conseguiam enxergar os benefícios que o governo estava trazendo. Para ele, a revolta tinha sido deflagrada por picuinha política e aproveitadores, que se beneficiaram da situação para contestar o governo e sublevar as massas. Alguns dos sobreviventes foram deportados para o Acre. Bilac enxerga nessa feita, de maneira sarcástica, somente benefícios para os condenados: “muitos desses, que vão para o Acre contra a sua vontade, hão de abençoar um dia a mão que os arranca ao ócio e à malandragem, impelindo-os ao trabalho que redime todas as culpas”.<sup>173</sup> Em oposição à poesia, a crônica diária não mais se encontra em um lugar atemporal, distante, mas está presente nos acontecimentos diários da vida carioca, apresentando o jornalista opinativo. Mas, se a temática principal da crônica volta-se ao presente e não mais ao passado, haveria espaço para a Antiguidade ou para o passado longínquo dentro das linhas do jornal? Antônio Dimas acredita que não: “nessa nova função, Bilac se tornaria aguerrido formador de opinião e se despediria das helenizações que tanto preencheram (e estigmatizaram, de forma apressada, sem dúvida) sua poesia”.<sup>174</sup> Uma primeira leitura mais rápida numa crônica de Bilac de 1904 parece confirmar a assertiva de Dimas. Contrariando o seu “amor ao passado”, o poeta-cronista elabora um texto ficcional, relatando o seu encontro com o fantasma da Tradição. Era o dia da inauguração da Avenida Central, quando Bilac percebeu um vulto “merencório e fúnebre, que andava sem tocar o solo com os pés, esquivando-se impapável entre os transeuntes, cosendo-se com as paredes, deslizando sem rumos e sem peso, como um fantasma que era”.<sup>175</sup> “Intrigado e curioso”, Bilac deixa as festividades de lado e vai atrás do fantasma para descobrir o que ele queria. Quando o enxerga de maneira mais nítida, descreve sua aparência para os leitores: “era alto e corcovado, muito velho, magro como um caniço; a pele, amarela e seca, parecia um papiro polissecular da Babilônia ou do Egito”. Continua a perseguir o fantasma, beco atrás de beco, por diversas ruas, em que no solo “apodreciam cadáveres de gatos e de cães, entre revoadas e moscas”, e onde as casas, “encostadas umas às outras, amparando-se mal, abria as janelas

---

<sup>172</sup> *Id.*, Crônica. *Em Gazeta de Notícias.*, 20 de novembro de 1904.

<sup>173</sup> Bilac, Crônica. *Em A Notícia*, 29 de novembro de 1904.

<sup>174</sup> Dimas, 1996, p. 11.

<sup>175</sup> Bilac, Crônica. *Em Gazeta de Notícias*, 13 de março de 1904.

imundas, como bocas desdentadas”.<sup>176</sup> Finalmente, após árdua busca, Bilac consegue alcançá-lo. Vira para o espectro e interpela-o para descobrir quem é.

– Eu sou a Tradição, eu sou o passado, eu sou a Prudência! Saí hoje da minha furna, para ver de perto o Progresso. Oh! O progresso! Pobre desta cidade! Pobres destas boas casas que morrem! Pobres destas boas ruas que desaparecem! Pobres das minhas alegrias que se esvaem! Esta avenida, menino, vai ser o caminho largo da Perdição! O caminho do Céu é estreito e feio como o Escorrega; o caminho do inferno é que é amplo, rasgado, cômodo, bonito! Pelas veredas apertadas só passam as almas puras, mas pelas avenidas largas passam todas as multidões pecadores...

Bilac passa a desferir ataques verbais ao fantasma, afirmando que ele deveria desaparecer de vez, assim como as “casinholas” e os “cochicholos” estavam desaparecendo. O passado e a tradição, dessa maneira, aparecem em contraposição ao ideal de progresso advogado por Bilac. Essa tradição, ultrapassada e suja, transformar-se-ia na analogia que Olavo Bilac encontra para vociferar contra a situação de calamidade pública, com pestes, habitações precárias, mau cheiro, sistema sanitário de péssima qualidade, que imperava no Rio de Janeiro. Atacando o passado, Bilac defendia o progresso. O passado rejeitado por Bilac, assim, não é entendido de forma generalizante. Bilac não ataca toda e qualquer tradição, mas sim a tradição “retrógrada”, que se opõe à ideia de civilidade e do tempo do progresso. Dessa maneira, por mais que ele defenda a tradição e o passado como elementos importantes para a constituição do ideal nacional e, por consequência, do progresso, pois afirmar-se enquanto nação civilizada é encaixar-se dentro da lógica progressista do tempo, Bilac não defende todas as tradições, mas seleciona uma tradição específica, elitizada, burguesa e com raízes greco-romanas. Seguindo essa lógica, as “helenizações” não são abandonadas da crônica, apesar de não aparecerem tão frequentemente quanto na poesia parnasiana, apenas aparecem com outros objetivos, ancoradas numa noção de tempo diferente daquela da poesia. Do tempo distante e enclausurado para o tempo do progresso.

Uma apropriação curiosa da Antiguidade por Bilac aparece quando o cronista resolve comentar a febre esportiva que surgia no Rio de Janeiro da *Belle-Époque*. O culto ao corpo pulula em associações esportivas de futebol, de remo e de outros esportes. A educação física passa a ser obrigatória nas escolas, e as pessoas começam a se exercitar em casa, nas academias, nas associações atléticas. O esporte associou-se à regeneração promovida pelo

---

<sup>176</sup> *Id., Ibid.*

governo de Pereira Passos, logo, era sinônimo de boa conduta social, de saúde, de limpeza, de higiene mental e corporal e de civilização.<sup>177</sup> Nesse frenesi esportivo, Bilac reflete sobre a “mania” da prática de esportes no Rio de Janeiro e no mundo, aproveitando para fazer comparações entre os jogos olímpicos modernos e os da Antiguidade.

Jogos Olímpicos...

É impossível escrever ou ler essas duas palavras, sem evocar a idade de ouro da humanidade, no berço daquela Grécia divina, cuja misteriosa e indivisível saúde arde perpétua, por um milagre psíquico, na alma de todo o homem que pensa. Tal é o prestígio das coisas da Hélade Antiga, que cada um de nós, fechando os olhos, vê reproduzirem-se todo o cenário, toda a gente, toda a história, todos os costumes dessa remotíssima idade. É que cada um de nós, artistas e poetas, sempre te dentro da própria alma um pouco da alma da gente do Peloponeso...<sup>178</sup>

Depois passa a descrever a cultura do corpo na Antiguidade, destacando seus principais elementos e concluindo que não há comparação entre os jogos olímpicos da “velha Hélade” (“formosa e ofuscante visão!”) e os jogos da “triste idade moderna”: “ninguém espera que os jogos olímpicos de Montevidéu, este ano, possam competir, em beleza e majestade, com os do Peloponeso”.<sup>179</sup> Servindo de anteparo comparativo, a civilização helênica novamente é retomada de maneira elogiosa, sendo apresentada ao público em sua superioridade em relação ao mundo moderno. O culto à beleza e ao corpo, nessa situação, atrela-se ao ideal sanitário propagandeado por Olavo Bilac, pois elogiar a Beleza Antiga e cultuar as práticas desportivas cariocas, também se atrelavam aos ideais de saúde defendidos por muitos, e que faziam parte do contexto reformista carioca. Em outras situações, a Antiguidade também é retomada para outros fins, como para compor crônicas satirizando e ironizando os mais variados temas do cotidiano carioca. Temos o exemplo de uma crônica de Bilac de 14 de julho de 1901, assinada pelo pseudônimo “s.a.”, em que o tema é utilizado de forma irônica para fazer uma crítica à Guarda Nacional.

Em verdade, os oficiais da nossa milícia cívica, reunidos, formariam um exército mais numeroso que o de Xerxes, o qual, segundo Heródoto, enchia de um vazio e temeroso formigueiro humano toda a planície de Critala, na Capadócia.

---

<sup>177</sup> Sevecenko, 1998, p. 568-571.

<sup>178</sup> Bilac, 1904, p.111.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p.113.

Com essas tropas, nós engoliríamos a Argentina, o Chile, o Uruguai, o Paraguai; iríamos à América do Norte quebrar meia dúzia de castanhas na boca de Mac Kinley e de Porfírio Diaz; passaríamos à Europa, e derrotaríamos todas as grandes potências; e em pouco tempo, completando a frase de Monroe, clamaríamos com orgulho: “a América é dos americanos, e todo o mundo é do Brasil!”.

Infelizmente, todos esses guerreiros são como aquele bom coronel que deslumbrava outrora a inocência do cronista. Todos eles são fazendeiros, ou médicos ou jornalistas, ou... nada; e se são capazes de manejar, com rara perícia, um arado, uma lanceta, ou uma pena, são absolutamente incapazes de empunhar e descarregar uma carabina.<sup>180</sup>

A poesia satírica de Olavo Bilac é tema ainda pouco explorado pela crítica. Alvaro Santos Simões Júnior elaborou minucioso estudo só para tratar do assunto, defendendo que a poesia satírica constituiu-se em gênero à parte dentro da obra bilaquiana, diferenciando-se da poesia parnasiana e da crônica. Pelo menos desde 1887, ou seja, antes de lançar *Poesias*, o poeta já assinava poesias satíricas, sob o pseudônimo de Phebo-Apolo, que apareceram na seção “Cartas do Olimpo” no jornal *A Semana*, de Valentim Magalhães. Durante o período dedicado ao jornalismo, Bilac corriqueiramente iria escrever poesias de teor humorístico para os jornais. Essas poesias, a exemplo da crônica, traziam conteúdo dedicado ao Rio de Janeiro, como pode se verificar em poesia que se segue.

Também no Olimpo as hepatites,  
Graves e túrgidas, florescem:  
Também nos chega o humano mal...  
- Leitor! Talvez não acredites:  
Porém os deuses adoecem  
Como qualquer pobre mortal...

Eu, semideus (porque os poetas  
São mais do céu do que da terra),  
A uma hepatite sucumbi.  
Bichas, pomadas e dietas...  
À congestão declarei guerra:  
Lutei, clamei, suei: venci!

Por mais de um mês teve-me ao colo  
Papai Orfeu. Quanto carinho  
Tive dos médicos de lá!  
Sisudo e de óculos, Apolo  
Me receitou, em vez de vinho,  
Um garrafão de Robinat.

Uma das musas, pressurosa,

---

<sup>180</sup> Bilac, 2006a, p. 431.

Deu-me um pichel de Parykina,  
Com tantas lágrimas no olhar!...  
Outra, porém, mais carinhosa,  
Deu-me a beber podofilina,  
E deu-me os seios a beijar.

Assim, à cama acorrentado,  
Na enfermaria do Parnaso,  
Longe da rua do Ouvidor,  
Fiquei dos homens apartado.  
E nada vi, pois só fiz caso,  
Pobre de mim! Da minha dor!

Não assisti à debandada  
Da Nuvem negra dos doutores.  
Ah! foi-se cólera! Não vi  
Cair em calma, regalada,  
Livre dos desinfetadores,  
A região do Pirai

Para evitar disenterias  
Houve este esplêndido remédio:  
Jogou-se às chamas um selim...  
Olá! folgai, mercadorias!  
Folgai, selins! morreu de tédio...  
O coma-vírgula por fim...

Não assisti ao reboiço  
Que houve entre poules e pelotas...  
Foram-se as acumulações!...  
Ai! Quanta gente sem serviço,  
As pernas troca e pui as botas  
Com o fechamento dos frontões!...

Ah! não vi nada e nada vejo!  
Como sorris, convalescença!  
Sol de verão, como sorris!  
Nada mais peço e desejo,  
Do que, liberto da doença,  
Abrir ao sol a alma feliz...<sup>181</sup>

A “Crônica do Olimpo”, assinada sob o pseudônimo de Fantasio, apresenta uma desculpa do poeta pela ausência das páginas dos jornais nos últimos tempos. Uma hepatite reteve o semideus, poeta que é, no Olimpo e na enfermaria do Parnaso, por isso não se dedicou ao ofício de cronista comentador dos acontecimentos da cidade, tendo que se dedicar aos cuidados pessoais no colo de “papai Orfeu”. Porém, não se tratava somente de uma retratação aos seus leitores que Bilac apresentava. Ele também apresenta uma abordagem

---

<sup>181</sup> Fantasio, 14 de fevereiro de 1985, p.2, 2ª coluna.

satírica ao suposto surto de cólera que ocorria no sudeste de Minas Gerais, ironizando as medidas que as autoridades sanitaristas do Rio de Janeiro tomaram para tentar evitar que a suposta epidemia chegasse a terras cariocas, como observado a partir da sexta estrofe.<sup>182</sup> Enquanto Olavo Bilac se protegia na enfermaria do Parnaso, a população arcava com as péssimas condições sanitárias da capital, ficando a mercê de iminentes surtos de diversas doenças. Mesmo que o suposto surto de cólera não veio a ser confirmado, causando discussões acaloradas entre diversos veículos de imprensa sobre a existência ou não da propagação descontrolada da doença, a poesia expõe a fragilidade do sistema de saúde da época.<sup>183</sup>

Nota-se que os personagens míticos receitam remédios para o poeta se tratar: Apolo, em substituição ao vinho, recomendou que Bilac se medicasse com um “garrafão de Robinat”, já uma musa “pressurosa” o ofereceu “Parykina”. “Robinat” e “Parykina” são remédios que a *Gazeta de Notícias* anunciava em suas páginas.<sup>184</sup> Não é absurdo supor que Bilac aproveitou a situação para também fazer propaganda dos produtos, já que esse é o período em que se inicia a indústria publicitária no Brasil. Bilac não hesitou em prestar seus serviços de poeta para elaborar propagandas em formato de versos para empresas. Para Sussekind, esse é mais um reflexo da profissionalização dos homens de letras do Brasil.<sup>185</sup> Apolo traveste-se de “homem-sanduíche” e anuncia os remédios que a população deveria tomar para combater as pestes. Uma atitude que seria impensada dentro da poesia parnasiana.

O poeta-jornalista não abandonou a civilização greco-romana em sua produção jornalística, mas a apresentou sob perspectivas diferentes. Há de se observar, assim, um contraste: de um lado, o poeta do estilo sério, da forma perfeita, dos temas descritivos, inspirado pelas musas da Grécia resplandecente, afastada no tempo e no espaço e, em contrapartida, o cronista no “turbilhão das ruas”, que critica a cidade em que mora, galhofeiro, que comenta o cotidiano utilizando-se da ironia e da sátira, que usa referências da Antiguidade para fazer chacota da guarda municipal ou das autoridades sanitárias do Rio de Janeiro, que não vê problemas em vender Apolo como garoto propaganda de remédios. Para cada estilo, uma maneira de se portar; para cada atitude, um gesto diferente de apropriação da tradição das sociedades da Antiguidade clássica.

---

<sup>182</sup> As observações sobre a poesia e sobre o contexto de elaboração foram feitas por Alvaros Santos Simões Júnior, em obra que o autor analisa a produção de poesias satíricas de Olavo Bilac. Simões Jr., 2007., p. 126-133.

<sup>183</sup> Simões, 2007, p. 126-133.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p.130.

<sup>185</sup> Sussekind, p.58-71.

A vida nos jornais termina de maneira brusca em 1908. Bilac interrompe a colaboração que matinha com a *Gazeta de Notícias* e com a revista *Kosmos* em represália às acusações que sofreu da imprensa de ter sido favorecido de forma indevida pelo Itamaraty. O poeta teria recebido cerca de 27 contos de réis para, com a ajuda de Medeiros e Albuquerque, criar a “Agência Americana”, que tinha como objetivo informar os homens de negócio sobre as variações nas bolsas de valores internacionais. Muito chateado com as acusações que sofreu, Bilac parte rapidamente para uma viagem à Europa. Após seu retorno ao Brasil, Bilac não ficou em inatividade: continuou publicando livros para crianças, participando de eventos solenes, discursando para diferentes públicos. Porém, os seus últimos anos de vida seriam marcados principalmente pela sua famosa campanha pela defesa nacional, em que viajaria ao redor do Brasil fazendo discursos em louvor à pátria nascente e a favor do serviço militar obrigatório.

### **3. A CRUZADA CÍVICA DE OLAVO BILAC**

#### **3.1 O PERCURSO PROPAGANDISTA DO POETA**

Em 26 de dezembro de 1939, passou a vigorar o decreto-lei n. 1.908, que estabeleceu uma data anual no calendário brasileiro para se comemorar o dia do reservista. A data não foi escolhida por acaso, coincidia com nascimento de Bilac, que, nos dizeres da lei, havia sido “pioneiro na execução da Lei de serviço militar”, “grande poeta” e “esclarecido propagandista”. A *Gazeta de Notícias* soltou uma nota entusiástica, afirmando que: “foi, finalmente, instituído o Dia de Bilac, que será, deste ano em diante, a data de 16 de Dezembro, comemorativa do nascimento do glorioso poeta patricio, cuja voz despertou o Brasil”.<sup>186</sup> Aliada à força do decreto, diversos eventos foram promovidos pelo governo em caráter nacional. No Rio de Janeiro, a “Comissão Nacional de Homenagens à Memória de Olavo Bilac” divulgou uma programação ampla para dezembro de 1939.

Ao poeta do Brasil e aos ideais que ele exaltou.

Iniciam-se, hoje, com a maior imponência e com amplitude nacional, as grandes homenagens promovidas pelo exército brasileiro à memória de Olavo Bilac.

(...)

Dia 16, pela manhã junto à herma do Passeio Público: Alvorada, pelos clarins do 1o. Regimento de Cavalaria; colação de coroas de flores em nome

---

<sup>186</sup> *Gazeta de Notícias*, 15 de dezembro de 1939, p. 3.

do Exército, Escola Militar, Colégio Militar e C.P.O.R.; hino à Bandeira cantado por 100 alunas do Instituto de Educação; discurso de um aluno da Escola Militar; discurso do escritor Luiz Edmundo; Hino Nacional.

Às 20 horas, no Club Militar; Sessão cívica e recepção; agradecimento da mocidade ao poeta do Brasil. A mesa será presidida pelo melhor aluno da Escola Militar, ladeado pelos melhores alunos da Escola Naval, Colégio Militar, C.P.O.R. [Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva], academias superiores, Instituto de Educação, Colégio Pedro II, Escolas Secundárias, Escolas Públicas Municipais e Particulares. Falarão oradores inscritos e serão recitadas várias poesias de Bilac.

Dia 27, às 17 horas: Conferência do jornalista Paulo Filho, no Palácio Tiradentes.

Dia 28, às 9 horas: Romaria ao túmulo do poeta, no cemitério S. João Batista. Às 15 horas: No Colégio Militar: Inauguração, no salão de honra, da 'Alegoria a Olavo Bilac', sendo orador, nesse ato, o tenente-coronel Ruy Almeida, representando o corpo docente do Colégio Militar.

Sessão solene: Abertura da sessão pelo general Pedro Cavalcanti de Albuquerque, inspetor geral do Ensino no Exército; oração do professor Miguel Daltro dos Santos, do corpo docente do Colégio Militar; conferência do professor Fernando Magalhães, da Academia Brasileira de Letras e presidente de Defesa Nacional, sobre o tema 'Bilac e a Defesa Nacional'.

- Entre as muitas adesões que têm chegado à Comissão Nacional de Homenagens à memória de Olavo Bilac, convém salientar a valiosa contribuição do sr. Jorge Santos, redator chefe da 'Ilustração Brasileira', que pôs as colunas desse tradicional órgão de imprensa ilustrada carioca à disposição dos promotores das homenagens ao poeta do Brasil.<sup>187</sup>

Em São Paulo, "o governo de São Paulo, desejando colaborar nas homenagens que o Exército está prestando ao grande patriota, levará a efeito, nesta capital, amanhã, várias solenidades comemorativas".<sup>188</sup> Além dessas programações oficiais, organizadas pela "Comissão nacional de Homenagens à memória de Olavo Bilac" e encabeçada pelo Ministro Eurico Gaspar Dutra, outros eventos não previstos também foram promovidos, todos em homenagem ao poeta.

Alguns anos mais tarde, em 1965, outro decreto, dessa vez instituído pelo presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, seria estabelecido com vistas a comemorar o centenário de nascimento do poeta. O decreto dava grande importância à celebração e novamente retomava o lado "propagandista" e ativista de Bilac. Dentre as ações tomadas para comemorar o centenário, esteve a reedição, em 1965, pela Biblioteca do Exército do Rio de Janeiro, do livro *A Defesa Nacional*, originalmente lançando em 1917 pela Liga da Defesa Nacional (LDN).

---

<sup>187</sup> *Id.*, 16 de dezembro 1939, p. 7.

<sup>188</sup> *Folha da manhã*, São Paulo, 27 de dezembro de 1939.



A edição de 1965 traz em seu prefácio uma nota intitulada “O que significa este livro”, escrita pelo poeta Carlos Maul, que chegou a conhecer Bilac em vida e já havia participado das comemorações de 1939. O autor justifica a reedição do livro baseando-se, “por imperativo lógico”, em dois argumentos principais: o primeiro decorre diretamente do centenário do poeta; o segundo é o “cunho de atualidade que transcende do que em 1915 proclamou ao Brasil inteiro o que ele precisava de ouvir, numa hora de angústias e de perplexidade, para compreender a necessidade de sua defesa e a opção por um destino”.<sup>189</sup> O autor compara e aproxima dois momentos distintos da história do Brasil, argumentando que, em ambos, a pátria brasileira esteve diante de um perigo que teve de ser enfrentando. No primeiro momento, no caso do contexto enfrentado por Bilac, Maul analisa que “estávamos diante do perigo, despreparados para enfrentá-lo e vencê-lo”. Porém, se referindo ao seu próprio período, Maul afirmava que “agora nos vemos organizados, mas em face de circunstâncias muito mais graves do que aquelas a que Olavo Bilac se referia no seu extraordinário apostolado cívico”.<sup>190</sup> O texto continua tecendo elogios à campanha empreendida pelo poeta, enfatizando a atualidade daqueles discursos para o momento em que se vivia, e explicitando a importância que o poeta exerceu para a constituição de um Exército novo. Lê-se em Maul:

tornava-se necessário oferecer à mocidade destes dias o alimento espiritual que a aproximasse daquele que propiciara o advento do Exército Novo. As gerações que sucederam à de 1915 não devem perder de vista que o mal não dorme, que as ameaças perduram, se repetem, multifomes e multânimes, através das idades e a vigilância é obrigação precípua dos povos que não desejam morrer ou aviltar-se. Há uma completa pedagogia de civismo, para todos os tempos, na doutrinação do poeta. Nesta altura, já não lhe ouviremos a voz sonora e enérgica, mas lhe guardaremos os ecos impressos para sempre nestas páginas em que nos ensina o que temos de fazer para que a Pátria não desapareça do mundo.<sup>191</sup>

Em tom alarmista quanto à necessidade de se estar sempre atento aos males que ameaçam a sociedade, Maul vê nos escritos de Bilac uma pedagogia cívica completa e atemporal, que coloca o poeta em um lugar eterno, onde os ensinamentos se propagariam para todas as gerações pósteras. Ao longo do texto, fica latente a conexão que o autor traça entre o

---

<sup>189</sup> Maul *apud* Bilac, 1965, p. 13.

<sup>190</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>191</sup> *Ibid.*, 18.

apostolado cívico de Bilac e o regime militar vigente à época. Numa tentativa de legitimar o governo, Maul apropria-se das ideias de Bilac e as associa ao pensamento do regime militar que teve início em 1964.

Esses dois períodos de apropriação da memória de Bilac (1939 e 1965), guardadas as suas especificidades, apresentam elementos em comum. Primeiro, trata-se de duas iniciativas instituídas por meio de decretos-leis que foram aprovados durante regimes autoritários. Também é de se notar que, apesar dos documentos e das comemorações fazerem referências à vasta produção de Bilac e a sua importância intelectual e literária, a apropriação da memória de Bilac que se faz é majoritariamente referente ao seu pensamento cívico-militar. Mais especificamente, referente aos últimos anos de sua vida, período em que se dedicou às campanhas em defesa do serviço militar obrigatório. Em ambos os momentos de retomada do pensamento bilaquiano, as comparações giram em torno, principalmente, de questões militares e da relação entre a sociedade e o Exército.

Podem-se observar, nessas apropriações, inflexões quanto à ideologia e à memória bilaquiana. Parece plausível crer, como observa Patrícia Santos Hansen, que “Bilac simpatizaria com o Estado Novo se ainda fosse vivo, considerando as políticas sociais, a promoção do civismo e a mobilização da juventude”<sup>192</sup>, mas esse alinhamento de ideias não é um pressuposto para filiar o pensamento de Bilac ao Estado autoritário getulista, além de ser uma hipótese meramente especulativa para ilustrar o argumento da autora. Quanto ao texto de Maul, fica mais evidente a tentativa de paralelismo entre as ideias de Bilac e a ideologia militar do regime, dando a entender que o poeta certamente seria simpatizante ao Estado militar. No entanto, como veremos em momento posterior, Olavo Bilac, assim como explicitado em seus discursos dirigidos à juventude, era contra a ditadura de uma casta militar.

Partindo dessas duas abordagens das ideias de Bilac, fica evidente que se tentou colocar o poeta em um lugar de destaque dentro da história da constituição do pensamento militar brasileiro, principalmente no que tange à sua ação ativista em favor do serviço militar obrigatório. Ainda hoje, o seu nome figura entre os Patronos do Exército brasileiro e sua campanha é lembrada como “dimensão maior da sua personalidade, centrada em profundo patriotismo e dedicação ao Brasil”.<sup>193</sup>

---

<sup>192</sup> Hansen, 2011, p. 29. Disponível em : <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342394.PDF>

<sup>193</sup> Brasil, s/d. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/olavo-bilac-servico-militar>

A campanha de Bilac concentra-se principalmente nos últimos anos de sua vida. O famoso discurso inaugural de sua cruzada cívica, de 9 de outubro de 1915, ocorreria aproximadamente 3 anos antes do dia de sua morte, 18 de dezembro de 1918. Porém, se Bilac inicia essa campanha em momento tardio de sua vida, as ideias que ele propagaria durante esse período já estavam em pauta para o poeta anos antes. Aparecem em suas publicações para os jornais, nos seus livros didáticos voltados ao público infanto-juvenil, em suas crônicas e em discursos esporádicos.

Bilac foi pioneiro na elaboração de livros infanto-juvenis no Brasil para fins didáticos. Se Monteiro Lobato é reconhecido como o grande autor desse gênero na primeira metade do século XX, Bilac foi o autor brasileiro que mais produziu obras para crianças e jovens até o aparecimento de Lobato. Em entrevista para João do Rio, em *O momento literário*, o autor de *Caçador de Esmeraldas* resalta a importância desse tipo de produção, principalmente para sanar o que ele considerava um dos grandes problemas do país: a falta de instrução primária. Quando João do Rio chega à residência de Bilac para realizar a entrevista, o poeta estava trabalhando, já havia perdido a noção de há quanto tempo escrevia.

- Versos?

- Oh! Não, meu amigo, nem versos, nem crônicas — livros para crianças, apenas isso que é tudo. Se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto. Talvez sejam ideias de quem começa a envelhecer, mas eu consagro todo o meu entusiasmo — que é a vida — a este sonho irrealizável.<sup>194</sup>

A oportunidade de iniciar seu trabalho nessa área surgiu por conta de um caso curioso. Quando Bilac se viu obrigado a exilar-se em Minas Gerais para fugir do Governo de Floriano Peixoto, teve que, por falta de recursos, pedir auxílio a sua mãe para realizar a fuga. A mãe, temendo pelo bem estar de seu filho, penhorou suas joias para conseguir o dinheiro necessário. Ao retornar ao Rio de Janeiro, descobriu que as joias de sua mãe iriam a leilão. Assim, sem alternativas, resolveu pedir ajuda a Coelho Netto. O colega, por sua vez, teve a ideia de apresentar duas propostas ao livreiro Francisco Alves: se propôs a escrever, juntamente com Olavo Bilac, um romance ou um livro de contos escolares para publicação. A segunda proposta foi aceita. Com o pagamento adiantado de metade do valor que havia sido

---

<sup>194</sup> Bilac *apud* João do Rio, s/d, p. 4.

combinado, as joias foram salvas. O resto do pagamento veio com a entrega dos manuscritos de *Contos pátrios*, de coautoria de Olavo Bilac e Coelho Netto, lançado em 1894.<sup>195</sup>

Em carta a Afonso Arinos, datada do início de 1895, Bilac, entusiasmado, relata ao amigo que estava escrevendo contos infantis.

Eu vivo aqui numa faina bárbara. Meti-me em casa, e vivo como um caramujo. Há uma diferença: o caramujo dentro da sua carapaça dorme como um porco que é, e eu dentro da minha casa trabalho como um burro que sou. Meti ombros a uma empresa formidável, que me está ensopando de suor as barbas e a alma. Imagina que se trata disto: fazer um livro de contos (educação cívica!!!) que possa ser adotado como livro de leitura nas escolas. Calcula: fazer literatura que as crianças entendam e que, ao mesmo tempo, não seja fancaria! Oh! Estou acabrunhado já, e faze ideia: apenas dois contos estão feitos!<sup>196</sup>

A carta para Afonso Arinos e a entrevista para João do Rio expõem a seriedade e empolgação com que Bilac tratava a questão. A defesa de uma instrução primária de qualidade, baseada na lógica militar, no civismo e na moral, seria um dos pontos fortes da campanha nacionalista que Bilac empreenderia a partir de 1915; os seus livros didáticos já apresentavam o moral e o civismo como referências básicas do conteúdo. Em *Contos Pátrios*, livro de coautoria com Coelho Netto, muitos temas explorados trabalhariam com problemas ligados à história do Brasil, defesa de fronteiras e questões relacionadas ao exército. Sob um mesmo ponto de vista ideológico, essas temáticas também reapareceriam em seus discursos da cruzada cívica. Nesse sentido, há uma organicidade, uma coerência e uma complementaridade entre as ideias do Bilac produtor de literatura didática e o Bilac defensor do serviço militar obrigatório nos anos do seu apostolado cívico. Por enquanto, não nos aprofundaremos nas ideias propagadas, mas sim no percurso de Bilac durante essa campanha. Convém, para tal objetivo, falar um pouco sobre a situação do exército à época.

Uma das principais bandeiras levantadas pela campanha de Bilac era relativa à obrigatoriedade do serviço militar. Apesar de ter sido aprovada em 1908, a lei do sorteio militar, até meados de 1915, continuava a ser pouco aplicada. Em verdade, os que serviam às

---

<sup>195</sup>Esse episódio é relatado por Humberto Campos, em seu diário secreto, ao comentar o falecimento do livreiro Francisco Alves. Humberto Campos conta que quem lhe relatou essa história foi o próprio Coelho Netto. O livreiro enviava para Coelho Netto e Olavo Bilac, todos os anos, na época do natal, um conto de reis como forma de agradecimento aos autores que escreveram *Contos Pátrios*. Campos, 1954, p. 74.

<sup>196</sup>Bilac *apud* Magalhães, 1974, p. 187.

forças armadas, o faziam obrigados, por necessidade financeira ou por falta de influência política. Bilac, em crônica de 27 de outubro de 1907, expõe a situação.

É fato incontestável que todo o brasileiro, de certa cultura, prefere morrer a ser soldado. Todos nós gostamos muito de uma bonita farda, cheia de galões e de alamares, e de uma bonita espada, e de um bonito título de coronel, major, capitão ou tenente. Mas, quando se trata de ser, não um oficial, mas um simples soldado, sujeito ao jugo feroz da disciplina, e obrigado ao duro trabalho da faxina, do exercício, das paradas, - o caso muda de figura, e todos nós achamos que essa ocupação não é digna da nossa inteligência, das nossas letras, da nossa educação.<sup>197</sup>

“Pau furado”, título dessa crônica, significava espingarda ou, simplesmente, tudo que se relacionava ao exército. “Ter medo do pau furado”, como explica Bilac, significava ter medo do serviço militar obrigatório. A lei do serviço militar obrigatório, como estava redigida em 1907, antes da sua aprovação em 1908, isentava do serviço militar obrigatório “padres e frades, os homens diplomados e os funcionários públicos”, o que tornava a lei, para Bilac, “positivamente inconstitucional, inexecutável e absurda”. Assim, restariam somente os “capitalistas e os operários” para cumprir o serviço militar. Os capitalistas salvam-se, analisa o poeta, por suas influências e pelo dinheiro, “de modo que a classe única, que vai empunhar o ‘pau furado’, e fazer faxina, e apanhar soalheiras e chuvaradas, e ‘aprender a morrer’, é a classe dos humildes, dos pobres, dos trabalhadores que penam muito e ganham pouco, - a classe das eternas bestas de carga”.<sup>198</sup>

Brigas, roubos e bebedeiras aconteciam com frequência nos quartéis, o que aumentava a aversão que a população tinha do recrutamento. As condições para o serviço, as instalações, os baixos soldos e outros fatores também contribuíam significativamente para uma ojeriza geral do serviço na caserna. Os alojamentos eram horríveis, vários improvisados e com condições sanitárias precárias. Até meados da segunda metade do século XIX, os que eram recrutados se viam obrigados a servir por 9 anos, e os voluntários por 6. Contudo, as deserções, baixas por doença (malária, parasitas, tuberculose, beribéri, peste bubônica, subnutrição), incapacidade física e morte eram constantes, tornando o quadro de contingente bastante deficitário. Além do mais, a prática de castigos físicos para conter as indisciplinas

---

<sup>197</sup> Bilac, 2006b, p. 95.

<sup>198</sup> *Id., Ibid.*

ainda era recorrente dentro das guarnições. Surras com espada flexível ou de vara, o “marche-marche” (marchar por horas em pátio juncado de telhas), confinamento por dias na solitária a pão e água, pancadas de palmatórias nas mãos e nos pés eram algumas das punições aplicadas aos soldados. Muitos, enquanto confinados na solitária, ainda eram retirados de suas celas para serem açoitados. Para alguns dos detidos, o suicídio parecia ser o caminho mais curto para acabar com o sofrimento.<sup>199</sup> Essa procedência rígida parecia ser uma das únicas maneiras que o oficialato concebia para conseguir impor sua disciplina rigorosa na tentativa de transformar os recrutas em soldados. No Império, criou-se uma nova lei em 1874, que em seu artigo 136, proibia os castigos corporais.<sup>200</sup> Porém, essas punições continuaram a ser praticadas “no exército e na marinha até muito mais tarde”.<sup>201</sup>

A lei de 1874 previa o alistamento universal e sorteio para cobrir as vagas não preenchidas. No entanto, a lei admitia isenções. Para os tempos de guerra e paz, estavam isentos os que pagassem certa quantia em dinheiro, apresentassem substitutos, fossem bacharéis, estudantes das faculdades estabelecidas no Império e eclesiásticos de ordem sacra. Para os tempos de paz, a lei ainda admitia outras isenções: pescador de profissão de alto mar, costa ou rios navegáveis; proprietários de fábricas, de fazendas; caixeiros viajantes; entre outras exceções.<sup>202</sup> Para efeitos práticos, como pode se verificar, a lei continuou afetando principalmente as pessoas desprovidas de recursos financeiros ou influência política.

A situação após a aprovação da lei de 1908, como já exposto, parecia continuar estagnada. A respeito disso, Leitão Carvalho testemunha que, até o final da primeira quinzena do século XX, principalmente nordestinos fugidos da seca, pessoas desocupadas das grandes cidades que viam no serviço militar uma forma de emprego, criminosos enviados pela polícia e pessoas inaptas para o trabalho eram os principais recrutados pelo Exército.

Porém, a questão do recrutamento e as condições para o serviço dentro da caserna não eram os únicos problemas do Exército. Ao final da guerra de Canudos, em 1897, o Exército encontrava-se aos frangalhos. Sem dinheiro para os reparos mais básicos, muitos oficiais se queixavam da situação deplorável das forças armadas. Parte da sociedade civil parecia pouco se importar com a situação, sem muitas preocupações quanto ao destino nada positivo que as corporações militares tinham pela frente caso prosseguissem em crise. No entanto, alguns

---

<sup>199</sup> McCann, 2004, p. 112.

<sup>200</sup> Brasil, 1875. Disponível em:  
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56637&norma=72488>

<sup>201</sup> Carvalho, 2005, p. 21.

<sup>202</sup> Brasil, 1875. Disponível em:  
<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56637&norma=72488>

acontecimentos, como a crise do Acre, o medo de uma intervenção estrangeira e o evidente atraso militar em relação às outras forças armadas das principais potências mundiais da época, foram alguns dos fatores que contribuíram para se pensar em reformas significativas no intuito de modernizar o exército brasileiro.

Na presidência de Campos Sales (1898–1902), o Ministro da Guerra João de Medeiros Mallet assumiu o ministério com ideias diversificadas para a renovação do Exército. Mallet criticou a falta de experiência de guerra, enfatizou a importância do treinamento de tiro ao alvo, frisou a importância de um corpo de oficiais de nível intelectual elevado, além de pedir armamentos modernos e melhoria das instalações para os batalhões. Com a política monetária restritiva do Governo de Campos Sales, muitas das ideias, num primeiro momento, foram impossibilitadas de ser aplicadas. Porém, as ideias de Mallet foram importantes no sentido de fornecer “a base intelectual para as iniciativas de reforma até a Primeira Guerra Mundial”.<sup>203</sup>

A efetiva campanha pela modernização e reformulação do Exército e as primeiras tomadas de medidas significativas para o remodelamento militar iniciaram-se no ministério de Hermes da Fonseca (1906-1909). O projeto havia começado com Mallet, mas foi a partir da gestão de Hermes da Fonseca que a iniciativa pela reforma ganhou novo ânimo. O marechal já havia tido um papel importante na contenção da revolta dos insurgentes da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, no Rio de Janeiro. A escola de oficiais foi fechada após a revolta e, só seria reaberta em 1911, mas em Realengo. O ensino para oficialato da escola era bastante contestado por muitos militares de alta patente. Reclamava-se que, durante a fase de treinamento, não se formavam efetivamente militares preparados com o raciocínio bélico. O que, na verdade, “produzia a escola eram bacharéis fardados, a competir com bacharéis sem fardas das escolas de Direito. Esses oficiais gostam de ser chamados de doutores dentro do próprio Exército”.<sup>204</sup> Não existia um ensino especializado na prática de combate ou em disciplinas militares. A Escola Militar, principalmente após a entrada do positivismo, “privilegiava disciplinas teóricas e o ensino de generalidades sem qualquer relação direta com a atividade militar”,<sup>205</sup> como o estudo de matemática, letras e filosofia. Com o fechamento da escola da Praia Vermelha, restava a Escola de Guerra de Porto Alegre, para onde o ensino dos oficiais foi transferido. Seguindo parâmetros do novo regulamento da escola militar de 1905, inspirado pelas ideias de Mallet, a nova escola deveria prezar pelo ensino mais técnico e

---

<sup>203</sup> McCann, 2004, p.107.

<sup>204</sup> Carvalho, 2005, p. 25.

<sup>205</sup> Domingos, 1980, p.46.

prático da vida militar. A intenção era acabar com o “bacharelismo militar”, dar fim aos “doutores tenentes” e “doutores coronéis”, e promover o ensino do tiro, a atuação em combate, o manejo em cima do cavalo. O ensino, no entanto, continuou estagnado nas velhas bases da educação do “bacharelismo”, priorizando as disciplinas teóricas e não as práticas militares. Mesmo assim, o passo inicial para as reformas havia sido dado.

Foi durante o ministério de Hermes da Fonseca que se aprovou, em 1908, a lei do sorteio militar. O ministro também foi o responsável por outra medida significativa para a modernização do Exército: o estreitamento dos laços com potências militares estrangeiras. Já como presidente, o Marechal foi convidado a assistir as grandes manobras militares do Exército Alemão, presididas pelo Kaiser. Na oportunidade, foi acertado com o Kaiser que uma missão militar viria ao Brasil, fato que nunca se concretizou. Desse período de aproximações, o envio de oficiais para treinamento no exterior, por influência do Ministro Rio Branco, deve ser destacado. Considerado altamente organizado e moderno, o Exército Alemão recebeu, para treinamento, grupos de jovens oficiais brasileiros. Foram enviados três grupos: um em 1906, outro em 1908 e o último em 1910, somando um total de 34 oficiais formados entre arregimentados alemães.

O último grupo viria a se tornar o mais importante, não somente pelo número de oficiais que foram enviados (21), mas pela influência que exerceria no desenvolvimento de uma nova concepção militar brasileira. O grupo foi enviado para a Alemanha em junho de 1910, a tempo de se encontrar com Hermes da Fonseca em território alemão, e retornou em outubro de 1912. Antes do retorno dos oficiais, alguns membros se reuniram e traçaram planos para divulgar no Brasil os conhecimentos adquiridos no exterior. Entre as ideias propostas, Leitão de Carvalho sugeriu a criação de uma revista que divulgasse os conhecimentos do grupo. Três oficiais resolveram tocar a proposta para frente: Parga Rodrigues, Bertoldo Klinger e Leitão de Carvalho.

A ideia só tomaria forma no Brasil. As primeiras reuniões do grupo foram realizadas no Clube militar. A revista veio a ser fundada, oficialmente, em setembro de 1913, sendo batizada pelo Capitão Mário Clementino de *A Defesa Nacional* (ADN). Dos 12 dirigentes iniciais da revista, 7 haviam estagiado na Alemanha. Na revista, o grupo de oficiais divulgava suas principais ideias sobre a modernização do Exército, difundia os regulamentos do



Exército alemão e seu sistema de treinamento, lutava pelo sorteio militar, pela educação militar, pelo afastamento da política e pela defesa nacional.<sup>206</sup>

O grupo foi recebido, no meio militar, com reações diferentes. Apoiadores, como alguns jovens oficiais da Escola de Guerra de Porto Alegre, aderiram à campanha, bem como parte do oficialato superior. No entanto, os fundadores da ADN e suas propostas foram recebidas com resistência por outros setores militares. O nome *jovens turcos*, pelo qual ficaram conhecidos, surgiu de modo pejorativo, cunhado pelos adversários para detrá-los. Era uma alusão aos oficiais turcos reformadores do Império Otomano. O apelido irônico viria a ser acatado pelos ex-estagiários do Exército alemão, pois, como expõe o próprio Bertoldo Klinger, os patriotas turcos também haviam aprendido na Alemanha e “havia transformado radicalmente as instituições e até seculares usos e costumes da sua amada terra”.<sup>207</sup> Sobre os adversários dos *jovens turcos*, Klinger apresenta sua opinião firme.

O grosso desses nossos adversários era apenas “do contra” – contra o trabalho racional, eficiente – não eram elementos realmente brazilófilos (sic), eram encruados, crônicos, incompetentes vadios; por isso tinham que ver com maus olhos esses “inovadores”, deveras incômoda, contrária ao doce sossego, ou a alguma fama entre cegos... A nossa resposta era prosseguir, trabalhar, produzir: pregação e ação. E aos poucos fomos angariando adeptos.<sup>208</sup>

Um vasto programa de reforma foi entregue pelos *Jovens Turcos* ao ministro da guerra de Wenceslau Braz (1914-1918), o General José Caetano de Faria, em 1914. Simpático à campanha dos jovens, o ministro chegou a nomear um dos *turcos*, Leitão de Carvalho, como oficial de gabinete. Uma ajuda importante para a divulgação dessas ideias, no entanto, viria do meio civil. O Capitão Gregório da Fonseca sugeriu o nome de Olavo Bilac para participar da campanha sobre o sorteio militar, que seria largamente também defendida pelos *turcos*. Muitas das ideias dos *turcos*, aliás, assemelhavam-se aos ideais que Bilac propagaria. Frank D. McCann, em seu estudo sobre o Exército brasileiro, coloca as ideias dos *jovens turcos* e as de Bilac como diferentes em relação às concepções do papel do Exército na sociedade. Contudo, apesar de guardarem suas especificidades, veremos que existem diversos pontos de contato entre os dois ideais. Além do mais, a influência que os *jovens turcos* exerceram sobre

---

<sup>206</sup> Carvalho, 2005, p. 27.

<sup>207</sup> Klinger, 1958, p. 63.

<sup>208</sup> *Id.*, *Ibid.*

o ministro da Guerra foi essencial para as reformas no Exército. Nesse sentido, Olavo Bilac, com toda sua popularidade e respaldo dos meios civis, foi importante para que parte do público aceitasse as ideias propagadas.

A campanha cívica de Bilac, não por acaso, inicia-se em São Paulo. Dois seriam os motivos principais que explicam isso: “o grande surto de progresso que então se acentuava, não somente ali mas em todo estado, e o desenvolvimento intelectual que corria paralelo com esse progresso”.<sup>209</sup> Ao falar para a sociedade paulistana, Bilac era, assim, igualmente ouvido no Brasil. Raymundo Magalhães também sugere que a campanha iniciou-se em São Paulo “precisamente por ter sido [a capital], em 1909/1910, o principal reduto do civilismo”.<sup>210</sup> A revista *O Pirralho* deu ampla cobertura à visita do poeta. Em sua edição de número 203, de 02 de outubro de 1915, anuncia, com empolgação, a iminente chegada de Bilac.

São Paulo vai decerto ter uma das melhores emoções de arte que se possam oferecer no Brasil. (...) Bilac não vem a São Paulo há três ou quatro anos. A sua viagem é, pois, mais do que nunca desejada pelos paulistas. A sua fama hoje já é a fama que faz glória ao país onde nasceu. Bilac é um consagrado fora das nossas fronteiras.<sup>211</sup>

O jornal *Correio Paulistano*, em sua coluna “Crônica social”, de 8 de outubro de 1915, também reportou elogiosamente a chegada de Bilac, assim como o *Estado de São Paulo*, que em sua coluna “Artes e Artistas”, anunciou Bilac como “o nosso grande poeta”. Contudo, esses elogios dirigiam-se majoritariamente à produção literária de Bilac. Nos periódicos consultados, em momento algum se fala sobre alguma possível intenção do poeta de iniciar uma campanha cívica em São Paulo, mas anunciavam, em suas colunas artísticas ou em colunas sociais, a agenda do poeta em saraus e eventos parecidos. Bilac chegou à cidade em 7 de outubro, acompanhado do poeta Amadeu Amaral, com a intenção, segundo reporta o *Correio Paulistano*, de participar do Sarau que foi realizado no dia 8, no salão Germânia, onde leu parte do novo livro de poesias que ainda estava sendo elaborado (*Tarde*).<sup>212</sup> A nova produção foi recebida com euforia, destacando-se a “maturidade” dos versos. Nos dias que se seguiriam, no entanto, o destaque das colunas de jornais e revistas passariam a ser outros, motivados por um discurso que iniciou a “cruzada cívica” de Olavo Bilac.

---

<sup>209</sup> Broca, 1992, p. 327.

<sup>210</sup> Magalhães Jr, 1974, p. 365.

<sup>211</sup> *O Pirralho*. São Paulo, 2 de outubro de 1915, p. 5.

<sup>212</sup> *Correio Paulistano*. São Paulo, 8 de outubro de 1915, p.2 .

Nº 205

S. Paulo, 30 de Outubro de 1915

ANNO V

# O PIRRALHO

300 rs.



== CAMPANHA NACIONALISTA ==



O CHEFE DA CRUZADA

Caricatura de Olavo Bilac como o “chefe da cruzada” estampada na capa da revista *O Pirralho*.  
Fonte: *O Pirralho*, 30 de outubro de 1915.

Em 9 de outubro, Bilac discursou para os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, no largo do São Francisco, onde o próprio poeta estudara anos antes, sem nunca, no entanto, ter podido concluir o curso. O discurso “repercutiu profundamente de norte a sul” do país, consagrando Olavo Bilac como o “apóstolo de um novo Brasil”.<sup>213</sup> Patrícia Santos ressalta que o discurso ficou famoso e “deixou marcas na memória tanto dos que o presenciaram como de toda uma geração que dele somente ouviu falar”.<sup>214</sup> De fato, a repercussão nos meios de comunicação foi imediata e estrondosa. Se, antes do dia 9, a divulgação dos compromissos do poeta na cidade limitava-se a pequenas notas soltas em crônicas sociais, a campanha iniciada nesse mesmo dia passaria a ocupar parte significativa do editorial dos periódicos de São Paulo e do Brasil do mês de outubro daquele ano. O Discurso pronunciado na Faculdade de Direito foi transcrito para diversos jornais, e o conteúdo das reportagens ressaltava a importância de defender aquelas palavras, de se iniciar um real esforço coletivo pela aplicação do serviço militar obrigatório e da lei do sorteio de 1908.

Se “o discurso no dia 9 de outubro [pegou] a plateia de surpresa”, não é menos verdade que, mesmo inesperado, foi bem acolhido pelo público.<sup>215</sup> É importante notar que a figura de Bilac e seu respaldo popular foram importantes para que o alcance das suas palavras fosse amplo. Sobre esse aspecto, uma crônica da época já atentava para a questão.

- Ora suponha (não é difícil) que, pela primeira vez, eu lhe fale com sinceridade. (...) Mas suponha que eu lhe vou falar com sinceridade, agora, sobre o serviço militar obrigatório que o discurso do poeta Olavo Bilac pregou aos estudantes de São Paulo e que entusiasmou a população do Rio. Não lhe confiarei se acho bom nem se acho mau o serviço militar obrigatório. Confio-lhe apenas isto: se outra criatura, que não Bilac, se o senhor por exemplo, fizesse aquele discurso, as mesmas palavras não acordariam os ecos que acordaram. Portanto, não é o serviço militar que está entusiasmando, neste momento, os brasileiros, - é a atitude do poeta mais amado dos Brasileiros.

- ‘Talvez...’

- ‘O senhor não acredita? O meu amigo Homero Prates costumava dizer que a opinião pública não tem opinião. Concordo com ele. Que calor, hein?’

- ‘Insuportável’.

O amor é uma religião mútua.<sup>216</sup>

---

<sup>213</sup> Broca, 1992, p. 330.

<sup>214</sup> Hansen, 2011, p. 120. Disponível em: <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342394.PDF>

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>216</sup> *Fon-Fon*, 23 de outubro 1915, p. 34.

O texto, assinado pelo pseudônimo Remy de Gourmont, deixa bastante claro o argumento do autor. Ele acredita justamente que a figura central para que a campanha ganhasse repercussão nacional foi Olavo Bilac, e não qualquer outra pessoa. Não podemos afirmar com tanta certeza assim que o fator principal tenha sido Bilac à frente da campanha ou que se fosse outra pessoa não teria tido a mesma repercussão. Outros fatores também contribuíram decisivamente para que a campanha começasse com bom acolhimento: o receio da falta de uma defesa em período de guerra, o esforço reformista dos *jovens turcos*, o apoio de setores civis e militares, o apoio do Ministro da Guerra. No entanto, certamente, contar com a figura de uma pessoa popular e bem aceita por diversos grupos sociais foi muito importante.

Depois da famosa data identificada como o início da campanha nacionalista de Bilac, seguir-se-iam, aproximadamente, dois anos e meio de campanha ao redor do Brasil, entre discursos, jantares e homenagens oferecidas ao poeta. Além da consequência imediata da boa repercussão em jornais e periódicos, a revista *O Pirralho* relatou o esforço de jovens de São Paulo para montar um grupo na capital “em prol dos nossos grandes ideais”, o *Centro Nacionalista*.

A mocidade acadêmica de S. Paulo, tendo à frente Júlio Mesquita Filho, Sarti Prado, Antônio Pereira Lima e Clóvis Ribeiro, fundou o *Centro Nacionalista*, destinado a trabalhar em prol dos nossos grandes ideais. Olavo Bilac, sem dúvida nenhuma, acendeu o fogo sagrado do patriotismo no coração da nossa mocidade e ela, forte, titânica, resoluta, levantou-se e iniciou incontinenti a obra aconselhada pelo príncipe dos nossos poetas. Que ela não perca o entusiasmo com quem principiou seu trabalho em prol da causa sagrada, são os votos que faz *O Pirralho*, que também é moço e, compartilhando dos sentimentos dos acadêmicos, declara que está à inteira disposição do *Centro Nacionalista*, prompto a coadjuvar com o melhor dos seus esforços os moços que ora se reúnem em redor da nossa bandeira, para defesa da nossa nacionalidade, hoje em dia completamente abandonada e postergada.<sup>217</sup>

Nessa mesma edição, a revista faz um apelo para que “não paremos no deslumbramento produzido pela palavra mágica de Bilac e sim trabalhemos com todas as nossas forças para que logo esteja definitivamente implantado em nosso país o serviço militar obrigatório”. A revista *A Cigarra*, em sua edição de 16 de outubro, trouxe uma crônica inteiramente dedicada ao poeta. A crônica, apesar de não fazer referência direta ao serviço

---

<sup>217</sup> *O Pirralho*, 30 de outubro 1915. p. 3.

militar obrigatório, comenta sobre a época “nefasta” que se vive no Brasil, em que “Bilac, numa hora de graves apreensões, via nitidamente o esfacelamento do amado Brasil”.<sup>218</sup> O ministro da Guerra, General Caetano Faria, e o General Bento Ribeiro, então chefe do Estado-Maior, apressaram-se em telegrafar para Bilac apoiando a campanha. Caetano Faria dizia que aplaudia a iniciativa do notável intelectual de pregar o “serviço militar obrigatório como fonte de ressurreição de um Brasil forte pelo patriotismo de seus filhos”.<sup>219</sup>

Nem todas as manifestações foram elogiosas. O jornal carioca *O Paiz* trouxe na sua capa do dia 17 de outubro de 1915, um longo texto assinado por Oscar Lopes, comentando o discurso de Olavo Bilac. Lopes ressaltou a importância daquelas palavras, acrescentando que o verbo bilaquiano havia sido bem apreendido pela sociedade carioca. Contudo, nessa mesma página, o deputado baiano Eduardo Ramos, em sua coluna *Prosas de Cassandra*, sob o pseudônimo de Deador Mosar, aponta possíveis contradições no apostolado do poeta. Esse seria apenas o primeiro de vários artigos do deputado que confrontariam a campanha de Bilac. Atacando o que ele considerava um discurso exagerado sobre a situação do Brasil, Eduardo Ramos se propõe a mostrar as incoerências do discurso. Lembra, por exemplo, que, se Bilac critica o fato de que os legisladores, quando da abolição do sistema de escravidão, pouco fizeram para amparar os ex-escravos libertos, não lhes assegurando instrução, trabalho e outros benefícios, o movimento emancipatório, do qual Bilac também fez parte, muito menos ensejou qualquer esforço para que esses direitos fossem assegurados. E sobre a “degenerescência” de caráter, o autor de *Prosas de Cassandra* não consegue enxergar, com tanta clareza quanto Bilac, que existe um real estado de calamidade. Para contestar a assertiva do poeta, o “analista sereno” Eduardo Ramos propõe-se a “ponderar classe por classe das que compõem a entidade nacional”. Para verificar o tom jocoso e irônico da sua crítica, vejamos o exemplo da sua análise sobre uma possível degeneração da “família no Brasil”.

Acaso a família no Brasil terá sido atingida pela infecção degenerescente? Creio que a afirmativa não tenha entrado nos desígnios do ilustre homem de letras. A família brasileira mantém todas as suas virtudes tradicionais. Não é de presumir que o Sr. Bilac, homem do mundo, fino, cavalheiro e tolerante, leve o seu rigor ao extremo de atribuir à corrupção dos costumes domésticos o uso de vestidos lateralmente abertos até cinquenta centímetros acima da fímbria, deixando entrever a parte mais inocente das pernas divinamente formosas das damas da melhor sociedade, que os trazem em visitas e saraus. Esses figurinos são acomodações transitórias da moda com a moral, que de

---

<sup>218</sup> A cigarra *apud* Hansen, 2011, p. 121. Disponível em : <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342394.PDF>

<sup>219</sup> Caetano Faria *apud* Magalhães, 1974, p. 368.

estação a estação mudam, com assentimento dos mais severos, os sítios convencionais do pudor. A corrupção arguida não está, pois, na família.<sup>220</sup>

Da ideia do poeta de ver no Exército um formador de caráter, Ramos discorda categoricamente.

O seu ideal [de Bilac] agora é corrigir todas essas misérias iniciando a campanha pela regeneração do caráter nacional, obtida com o serviço militar obrigatório. Também sou por ele.

Mas peço licença para fazer uma ligeira advertência, a saber: que não é o Exército que faz o caráter, mas, pelo contrário, é o caráter que faz o Exército.<sup>221</sup>

Além dessas críticas, outras surgiram. Em 1916, o deputado federal Maurício de Lacerda acusou Bilac de receber dinheiro para fazer sua campanha, o chamando de “trovador de estrelas, caçador de ricas pedras e outras coisas que almoedam preciosidades nacionais”. Tachava a campanha de ser uma “palhaçada” e afirmava veementemente que era de conhecimento geral que “o Sr. Bilac vive há muito tempo às custas das verbas secretas. Foi à Europa por conta dessas verbas e recebeu doze contos de reis para ir ao Rio Grande do Sul!”<sup>222</sup>. Diante das acusações, o governo publicou uma nota no *Diário Oficial* em que dizia que o Ministério da guerra “não despendera nenhuma quantia, direta ou indiretamente, para auxiliá-lo na campanha em favor do serviço militar”.<sup>223</sup>

Apesar das críticas à campanha e a Bilac, pode-se dizer que a campanha, em seu teor propagandístico, foi bem sucedida. Nem todos os pontos que Bilac pregava foram atendidos, mas, juntamente com outras medidas reformadoras já destacadas, a luta pelo serviço militar obrigatório ganhou novo fôlego. Ainda em 1916, os esforços de Bilac culminariam na criação da Liga da Defesa Nacional (LDN), da qual Bilac também era membro fundador. Oficialmente, a liga foi fundada em 7 de setembro, quando seu Diretório Central se reuniu pela primeira vez no salão nobre da Biblioteca Nacional. A data, escolhida a dedo, fazia referência à independência do Brasil, dando o “complemento e o remate da obra de 7 de setembro de 1822”.<sup>224</sup> Pedro Lessa e Miguel Calmon foram os idealizadores da LDN, e Olavo Bilac o tribuno mais famoso e entusiasmado. Dentre os membros, ainda haviam

---

<sup>220</sup> Ramos, 17 de outubro de 1915, p.1. Em O Paiz, 17 de outubro 1915, p. 1.

<sup>221</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>222</sup> Lacerda *apud* Magalhães, 1974, p. 396.

<sup>223</sup> McCann, 2004, p.230.

<sup>224</sup> Capella, 1985, 235.

representantes do Exército, como é o caso do ministro Caetano Faria, deputados, representantes do comércio, da agricultura e da indústria, magistrados, representantes do mundo acadêmico, dirigentes esportivos, entre outros.

Ainda em 1916, seria realizado o primeiro sorteio tendo por base a Lei do Sorteio de 1908. Bilac, após temporada de viagens pelo sul do país, regressa ao Rio sendo recebido por “verdadeira multidão de civis e militares”, incluindo o General Caetano Faria. Menos de um mês depois, em dia 17 de dezembro, realizaram o primeiro sorteio militar no quartel general do Rio de Janeiro.

Bilac continuaria sua pregação e seus trabalhos junto à LDN, mas sua saúde debilitada o afastaria de muitas atividades. Tentou-se fornecer um panorama desse período da vida do poeta, em que se dedicou à sua “cruzada cívica”. Na próxima parte, discutir-se-ão melhor as ideias que foram pregadas.

### 3.2 O EXÉRCITO COMO SOLUÇÃO PARA TODOS OS MALES

“O serviço militar, – na armada, como no exército regular e na guarda nacional, – deve ser um sacrifício imposto a todos os cidadãos”.<sup>225</sup> Nessa crônica, Bilac atacava o serviço militar brasileiro por achar que o peso caía somente nas costas dos humildes, sem influência política e sem dinheiro. Em outro texto, de 25 de novembro de 1907, o autor fala sobre as isenções do serviço militar, que ele considerava abomináveis. A crítica que Bilac faz não é ao conceito de serviço militar, mas sim ao modelo de serviço militar brasileiro, que ele considerava inadequado por isentar pessoas ricas e com influência política, quando ele entendia que “tal iniciativa só merecia os mais vivos aplausos, se realmente a lei, que se prepara, tornasse extensiva a todos a lei do serviço militar”.<sup>226</sup> Segundo ele, diferentemente da Europa, onde “ser soldado é um dever cívico, que todos cumprem com satisfação e orgulho”,<sup>227</sup> no Brasil, o serviço militar era uma espécie de castigo, destinado somente aos pobres e “incuráveis”.

Essa posição não se configura necessariamente em contradição com o pensamento que ele viria a defender nos anos de campanha. As críticas giram em torno do modo como é

---

<sup>225</sup> Bilac, 2011, p. 213.

<sup>226</sup> Bilac, 2006b, p.95 .

<sup>227</sup> Bilac, 2011, p. 213



operada a lei e a quem a legislação atinge. Contudo, nessas mesmas crônicas, o autor não hesita ao falar da importância do serviço militar. A atitude é reformista: não quer eliminar o serviço militar, nem o Exército, mas defende severas reformulações estruturais. As isenções que ele atacou em 1907 seriam suprimidas da redação final do texto, aproximando a lei do pensamento de Bilac, que acreditava que um verdadeiro Exército deveria ser composto por todo o conjunto de cidadãos.

No entanto, se o ataque às leis e ao Exército brasileiro não configuram, necessariamente, contradição de ideias, o pensamento bilaquiano apresentado em seus discursos durante os anos de campanha tornar-se-ia, pelo menos em comparação com as crônicas, mais refinado quanto ao papel do Exército na sociedade e à importância do serviço militar obrigatório.

O discurso de 9 de outubro de 1915 reúne grande parte das ideias que seriam divulgadas durante os anos de “pregação”. Já se falou, de modo mais abrangente, dos principais objetivos da campanha de Bilac: a defesa de uma reestruturação do Exército, a real aplicação da lei de sorteio do serviço militar e a defesa nacional. Em um período conturbado politicamente, num contexto de guerra mundial, a campanha, apesar das críticas, obteve uma grande aceitação de diversos grupos sociais. Como já exposto no capítulo anterior, Bilac fez uma visita a Portugal em 1916. No curto espaço de tempo que passou em Lisboa, foi recebido com falas entusiasmadas, retribuindo a recepção com discursos que afirmava a importância de se preservar a irmandade das duas nações, de lutar pela “raça latina”, pela sua história e tradição. Então, lutar por esses objetivos pregados, lutar pela formação de um verdadeiro Estado-Nação brasileiro, lutar pela defesa nacional, pressupunha não abandonar as raízes greco-latinas, mas aceitá-las como formadoras da base da cultura brasileira, embasada na lógica do tempo linear e progressivo. Contudo, essa não é a única relação com a Antiguidade que aparece nos discursos. O conceito de soldado-cidadão, chave para entender o pensamento de Bilac acerca do papel do Exército na sociedade, apresenta similaridades com o conceito de *hoplita* da Antiguidade, o soldado-cidadão da Grécia Antiga. Para entender essa relação que se pretende traçar, é imprescindível, antes, esmiuçar os principais pontos que Bilac expôs em sua propaganda.

“A guerra atual é o argumento mais óbvio para a prova da necessidade em que achamos de ver vigorar em nosso país a lei do serviço militar”, dizia um colunista da revista

*O pirralho*, em reportagem intitulada “O apelo de Olavo”.<sup>228</sup> É de se notar, no entanto, que Bilac aponta diversos diagnósticos acerca dos males que afetavam a sociedade brasileira para tentar defender o seu ponto da necessidade de um serviço militar obrigatório. Para ele, a necessidade do serviço da caserna extrapolava a exigência de um uso meramente defensivo. O poeta enxergava no Exército a solução para os principais problemas que o Brasil enfrentava, enxergava uma salvação.

Se o público da Faculdade de Direito esperava uma fala sobre poesia, o que se ouviu foi algo completamente diferente. Nas palavras do homenageado, ele não estava ali para “improvisar algumas frases de brilho fugaz, que morressem aqui ao nascer, música sem ideias, fútil e amável cortesia sem fundo e sem eco”, pois o momento que viviam “não quer discursos ociosos e retumbantes, sonoridades entontecedoras, rolando na esterilidade do vácuo. O que se exige agora é a simplicidade de ideias fortes em palavras claras, que, na sua dura tristeza, tenham, com revolta, um estímulo para a esperança, para a crença e para o heroísmo”.<sup>229</sup> Realmente, os discursos eram bastante claros e objetivos, pois, para Bilac, a solução deveria ser imediata, e o público, entendendo o seu recado, deveria aderir à campanha. O “momento vivido” não era outro senão o da primeira grande Guerra na Europa. O poeta expõe que a sociedade paulistana, que estava se modernizando vertiginosamente à época, não conseguia entrever o “caos, a confusão e os perigos” que prejudicavam a “inconsistente pátria”, justamente porque vivam numa rica metrópole, “entre o sorriso e a gala da vida culta”. Economicamente, São Paulo era o Estado mais forte da República. No primeiro censo econômico realizado em 1920, a produção industrial e agrícola do Estado já representava mais de dois sétimos da produção total do país, mais do que o dobro das cifras de Minas Gerais, que era o Estado que vinha em segundo lugar.<sup>230</sup> O desenvolvimento econômico de São Paulo era evidente, e Bilac temia que a relação dos paulistanos com esse crescimento pudesse ser um problema para uma nacionalidade inconsistente e nascente: “não vos deixeis deslumbrados do magnífico progresso desta cidade e deste Estado; São Paulo não é todo o Brasil; e a verdadeira grandeza de um país não é a sua riqueza”.<sup>231</sup> Porém, para o poeta, o que o assustava não era a falta de dinheiro, de trabalho organizado e produtivo em outras regiões do país: “ainda há muita ventura e dignidade nas casas em que não há pão; mas

---

<sup>228</sup> *O Pirralho*, 16 de outubro 1915. p. 2.

<sup>229</sup> Bilac, 1965, p. 23.

<sup>230</sup> Love, 2000, p. 131.

<sup>231</sup> Bilac, 1965, p. 24.

nada há, quando não há amor e orgulho”.<sup>232</sup> É nesse momento do discurso que ele passa a apresentar de maneira mais clara seu diagnóstico sobre a situação brasileira.

O que me amedronta é a míngua de ideal que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinteresse; sem desinteresse, não há coesão; sem coesão, não há pátria.

Uma onda desmoralizadora de desânimo avassala todas as almas. Não há em cada alma a centelha criadora, que é a consciência da força e da bondade; e de alma para alma não há uma corrente de solidariedade, de crença comum e de entusiasmo, que congregue todo o povo em uma mesma aspiração. Hoje, a indiferença é a lei moral; o interesse próprio é o único incentivo o ‘arrivismo’, - hediondo estrangeirismo com que se exprime uma enfermidade ainda mais hedionda, - epidemia moral, que tende a transformar-se e a enraizar-se como endemia, envenena todo o organismo social e mata todos os germes da dedicação e da fé: cada um quer gozar e viver sozinho, e crescer, prosperar, brilhar, enriquecer depressa, seja como for, através de todas as traições, por cima de todos os escrúpulos.<sup>233</sup>

Já encontramos acima vários dos pontos que seriam mais atacados durante a campanha. A falta de um ideal, a onda desmoralizadora do desânimo, o “arrivismo” e os individualismos são elementos que, segundo Bilac, colaboravam para construção de um estado geral de pouca coesão, em que as pessoas não eram solidárias umas com as outras, não criavam laços de afinidades com um ideal único e, por consequência, a construção de uma pátria unida acabava sendo prejudicada. Em seu discurso realizado alguns dias depois na Faculdade de Medicina, também em São Paulo, o orador compara a “indiferença” a uma doença: o cancro. A evolução do “flagelo social”, da doença, poderia ser verificada pelo aumento do “desânimo, do egoísmo, da autolatria, do amor exagerado do luxo e do dinheiro, da falta de patriotismo e do aniquilamento do caráter próprio pelo desdém dos interesses sagrados da comunhão”.<sup>234</sup> O corpo social, para Bilac, sofria de uma doença terrível, que atravancava a busca pela união nacional. A denúncia do “arrivismo”, que envenenava “todo o organismo social”, aparecia recorrentemente em diversas outras crônicas de autores diferentes, bem como um ataque a um “rude materialismo”, à “febre de vencer”. Verifica-se essa característica como típica da sociedade analisada: a “dissolução das formas tradicionais de solidariedade social”,<sup>235</sup> em que muitas relações sociais eram medidas por “padrões econômicos e mercantis, compatíveis com a nova ordem da sociedade”. Em diferentes

---

<sup>232</sup> *Id., ibid.*

<sup>233</sup> *Ibid.*, p. 24-25.

<sup>234</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>235</sup> Sevcenko, 1983, p.39.

periódicos, muitos argumentavam, assim como Bilac, que os laços de solidariedade estariam sendo abruptamente cortados, enquanto o “arrivismo” crescia cada vez mais.

E os políticos profissionais, pastores egoístas do rebanho tresmalhado, nada fazem para impedir a dispersão; e, quando não se aproveitam do regabofe generalizado, e quando se locupletam, imitando a gula comum, apenas se contentam com a passiva e ridícula vaidade do mando fictício...

Esse é o espetáculo que nos deparam as classes cultas. As outras, as mais humildes camadas populares, mantidas na mais bruta ignorância, mostram só inércia, apatia, superstição, absoluta privação de consciência. Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores. A maior extensão do território está povoada de analfabetos; a instrução primária, entregue ao poder dos governos locais, é, muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanário, um os instrumentos da maroteira política. Quanto à instrução profissional, - essa, na maior parte dos estados da União é um mito, uma fábula, uma ficção. Lembrai-vos que, se a escravidão foi um crime hediondo, não foi menos estúpido o crime praticado pela imprevidência e pela incapacidade dos legisladores, dando aos escravizados apenas a liberdade, sem lhes dar o ensino, o carinho, o amparo, a organização do trabalho, a habilitação material e moral para o exercício da dignidade cívica...<sup>236</sup>

O poeta-orador acusava as classes cultas de nada fazerem para alterar esse sintomático estado, apregoava contra os “políticos profissionais”, compadecia-se das classes mais humildes, que, de acordo com seu diagnóstico, nada podiam fazer, pois viviam em total inércia, analfabetismo e ignorância, além de sofrerem com a falta de instrução primária e profissional. Bilac assumia, assim, o papel de “professor do entusiasmo” e ferrenho combatente dos males.<sup>237</sup> Já constatava, em crônica de 1903, que “tudo é preferível à apatia em que se afogam todas as forças de caráter. (...) Os entusiasmos, embora passageiros e platônicos, são uma escola de civismo”.<sup>238</sup> A ideia era entusiasmar sua audiência por meio da pregação cívica e torná-la “escoteira da fé”. A pregação do “entusiasmo” não é apresentada como a solução para o “arrivismo” e os outros problemas apontados. O entusiasmo servia apenas como ferramenta oratória e retórica, que o ajudava a apresentar o que ele acreditava ser a solução concreta para o problema.

Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada.

---

<sup>236</sup> Bilac, 1965, p. 25.

<sup>237</sup> *Ibid.* p. 37.

<sup>238</sup> Bilac, 2006a, p. 533.

Os imigrantes europeus mantêm aqui a sua língua e os seus costumes. Outros idiomas e outras tradições deitam raízes, fixam-se na terra, viçam, prosperam. E a nossa língua fenece, o nosso passado apaga-se... Há sete anos, houve um rebate ansioso e febril. Na tribuna e na imprensa, vibrou um alto chamamento, um toque de alarma a todas as energias adormecidas. E uma lei apontou à nossa esperança o entreluzir de uma promessa de salvação: a lei do sorteio militar, se não a providência completa do serviço militar obrigatório, ao menos um ensaio salutar, o primeiro passo para a convalescença e para a cura. Então, como ainda hoje, eu considerava que era esse o único providencial remédio para o nosso definhamento. Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo de militarismo político. O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis: a estratocracia é impossível, quando todos os cidadãos são soldados. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da *democracia*; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de 'abc' e do banho, - animais brutos, que de homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotinhos da sociedade a caserna seria a salvação.<sup>239</sup>

A defesa do serviço da caserna apresentado por Bilac não propõe somente uma reforma militar para que os clarões das vagas desocupadas nas frentes de batalhas possam ser preenchidos. Muito menos é uma proposta voltada apenas para se pensar a defesa nacional. São elementos que também estão inseridos dentro da lógica da proposta, mas o projeto exposto visa ampliar a função do Exército para além dos usos meramente defensivos. Assim, a intenção colocada é a de promoção de uma reforma social, da instrução primária e profissional, da defesa nacional, da defesa coesiva e coletiva do Brasil, da aprendizagem de civismo e patriotismo. Todos os males até então apresentados por Bilac, como egoísmo, a autolatria, "arrivismo", elementos que atravancavam a criação de uma verdadeira nacionalidade, seriam superados pela força da caserna, bem como tantos outros problemas sociais, como o analfabetismo e a falta de condições sanitárias. Assim, a seu ver, a função defensiva das Forças Armadas era menos importante que a função de ensinar. Em sua concepção militar, Bilac conseguiu reunir o grosso de sua ideologia, pontos cuja essência já aparecia em sua obra há anos. Defendendo a instrução militar, defendia, por extensão do seu pensamento, a reestruturação social do Brasil.

---

<sup>239</sup> Bilac, 1965, p. 26.

Bilac via na língua portuguesa um elemento de coesão. Por isso citar o fato de que “os imigrantes europeus mantêm aqui sua língua e seu costume”.<sup>240</sup> Em conferência realizada em Curitiba, no *Centro de Letras*, em 17 de novembro de 1916, o assunto é colocado de forma mais clara. Falando em nome da LDN, que, à época, já havia sido criada, o conferencista chama a atenção para um dos objetivos da liga: “promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras, e a criação de escolas primárias nossas, nos núcleos coloniais”.<sup>241</sup> Diferentemente do primeiro discurso, aqui, Bilac não enxerga como grande problema o fato de os estrangeiros manterem “sua língua e seu costume”, pois a LDN e os defensores da língua não podiam “operar um milagre impossível, transformando em brasileiros todos os imigrantes, todos os forasteiros, que vêm trabalhar conosco: porque o seu patriotismo (...) deve ser intangível”.<sup>242</sup> Contudo, os “filhos desses estrangeiros” deveriam, sim, tornarem-se verdadeiramente brasileiros.

Abrimos o Brasil a todo mundo: mas queremos que o Brasil seja Brasil!  
Queremos conservar a nossa raça, o nosso nome, a nossa história, e,  
principalmente, a nossa língua, que é toda a nossa vida, o nosso sangue, a  
nossa alma, a nossa religião!

(...)

Se queremos defender a nacionalidade, defendendo o solo, é urgente que  
defendamos também, e antes de tudo, a língua, que já se integrou no solo, e  
já é base da nacionalidade

(...)

Nós, homens de pensamento e de palavra, de inteligência criadora, e de  
cultura educadora, devemos ser os primeiros defensores do nome nacional,  
os bandeirantes da nossa honra e os escoteiros do nosso ressurgimento.<sup>243</sup>

A língua, enquanto um dos elementos de coesão nacional, de identidade de uma população e de ligação intrínseca com o solo brasileiro, deveria ser defendida primeiramente pelos literatos, porque, enquanto “artífices da palavra”, a “organização das forças protetoras” para a defesa das “fronteiras da nossa literatura” era papel desses intelectuais das letras. Nota-se, nesse discurso, uma analogia com a função militar: classificando os literatos como pensadores da organização e o povo como “Exército da defesa” da língua, uma retomada da ideia do intelectual participativo e do dever moral que eles tinham para com a sociedade.

---

<sup>240</sup> *Id.*, *Ibid.*

<sup>241</sup> *Ibid.*, p. 112.

<sup>242</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 113-114.

O ambiente da caserna deveria fornecer ainda os elementos para a instrução da higienização, do saneamento e da boa educação. Como comentador do dia-a-dia em suas crônicas, Bilac já tinha colocado sua opinião sobre a questão do saneamento público, principalmente na época da revolta da vacina e das reformas promovidas pelo governo de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, como exposto no capítulo 2. Ele volta a defender essa mesma opinião de anos anteriores, colocando-se firme em favor das melhorias sanitárias que o Exército poderia promover para os habitantes. O desenvolvimento material da estrutura e dos recursos da cidade e do país para os melhoramentos de higiene é visto sob uma perspectiva de progresso e de engrandecimento nacional, que se encaixa na lógica higienista defendida por diversos intelectuais na época.

É interessante notar que, apesar da defesa explícita do serviço militar obrigatório para toda a sociedade, Olavo Bilac se diz “antimilitarista”. No entanto, ele defende sua posição de “antimilitarista” argumentando que a proposta dele contrapõe-se a ideia de uma supremacia dos militares em casta. Defender o serviço militar generalizado, segundo ele, é justamente o oposto de entregar o poder somente a um grupo de pessoas, pois, se todos os cidadãos se tornam soldados, não há mais uma diferenciação entre os grupos, logo, não há supremacia relegada a um grupo diferente dos outros. Esse seria o triunfo da “democracia”. A ideia de democracia, aqui, pode ser entendida como promoção do nivelamento entre todos os cidadãos, em que não há diferenciação de classes porque todos seriam soldados. Caberia ao exército promover esse nivelamento, transformando todos em cidadãos-soldados. Assim, o Exército acolheria o homem “maltrapilho”, que, depois de alguns anos de instrução e treinamento, sairia como um cidadão completamente formado, “filtrado”.

Como já dissemos, muitas ideias defendidas por Bilac se assemelhavam as ideias que apareciam nas páginas da revista *A Defesa Nacional*, de lavra dos *jovens turcos*. Os *turcos*, por exemplo, acreditavam que existiam dois tipos de política: uma com “p” e outra com “P”. A política menor, ou “politicagem”, referia-se à política partidária, realizada em benefício próprio e não por um interesse comum, em que não haveria choque de princípios, mas sim de individualidades.<sup>244</sup> Os militares deveriam se afastar desse tipo de política, pois suas querelas só causariam desgaste na instituição. A outra política, essa sim, era considerada importante, pois ela engrandeceria o Exército. Dizia respeito à participação dos militares nas grandes

---

<sup>244</sup> Capella, 1985, p. 82.

transformações pelas quais o País estava passando e em que os militares, enquanto corporação, deveriam atuar de “forma coesa, sem quebra de hierarquia”.<sup>245</sup>

Em 1916, na palestra “O Exército e a política”, Bilac apresenta reflexão bastante parecida com essa dos *turcos*. Afirma que existe “política e política”. Primeiro, falando sobre a política boa, explicita que deve ser aberta para todos: é a política que “paira acima dos interesses privados e partidários, acima da cobiça do mando e da vaidade, exercitando-se nobremente num plano superior onde imperam a necessidade nacional e o interesse coletivo”.<sup>246</sup> Essa é a política que os militares já haviam participado “na guarda do território e da nacionalidade, na abolição do cativo, na proclamação e na defesa da República”.<sup>247</sup> A outra política, a “politicagem”, deve ser “vedada” aos militares, pois trata-se da política partidária, uma “linha tortuosa que as ambições impõem às camarilhas sem programa e aos corrilhos sem bandeiras”.<sup>248</sup>

Os *turcos* também acreditavam que ainda não existia uma nação formada, mas sim um “aglomerado de gente sem orientação definida, sem unidade, sem coesão, movido ao sabor dos interesses de um pequeno número em detrimento do bem estar material e moral da imensa maioria”.<sup>249</sup> A solução para essa situação, assim como apontado por Bilac, também passava pela caserna. O serviço militar obrigatório, para os *turcos*, era o carro chefe para que as propostas restauradoras funcionassem dentro do Exército e solucionassem todos os problemas expostos na primeira parte do capítulo, além de também para a sociedade. O serviço militar, assim como acreditavam os *turcos*, era educador por excelência, pois ensinava os valores patrióticos, morais, civis, a disciplina, a ordem, o sentimento de coesão, entendido como necessário para uma nação em formação. Pressupondo uma visão mais abrangente do papel do Exército, referia-se à caserna, ora como “escola”, ora como “casa”, ora como “laboratório”: “escola normal do patriotismo, casa onde todo o cidadão deve rematar os seus hábitos de disciplina e de trabalho, e laboratório dos músculos fortes, desprendimento e amor à pátria”.<sup>250</sup> Dessa perspectiva, o Exército não era visto simplesmente como um órgão de defesa, era entendido como uma instituição que carregava responsabilidade social muito importante: uma entidade por onde deveria passar a parte masculina da população, aprimorando sua conduta disciplinar, noção de dever e patriotismo. Ao exército caberia a

---

<sup>245</sup> *Ibid.*, p. 82-84.

<sup>246</sup> Bilac, 1965, p. 108.

<sup>247</sup> *Ibid.*, p. 109.

<sup>248</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>249</sup> Capella, 1985, p. 72-73.

<sup>250</sup> *Ibid.*, p. 183.



responsabilidade de desenvolver os homens em sua integridade social, física, cívica e moral. No fim do treinamento, o recruta estaria formado como um cidadão completo, um “soldado-cidadão”.

Podemos verificar que parte considerável das ideias de Bilac e dos *joventes turcos*, de maneira mais sucinta e organizada, seriam contempladas pelo Estatuto da Liga da Defesa Nacional, assim como aparece em seu artigo primeiro.

Art. 1. A Liga da Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro em 7 de Setembro de 1916, independente de qualquer credo político, religioso ou filosófico, e destinada, dentro das leis vigentes do país, a congregar os sentimentos patrióticos dos Brasileiros de todas as classes, tem por fim:

- a) manter em todo Brasil a ideia da coesão e integridade nacional, procurando facilitar e desenvolver as comunicações morais e materiais entre as unidades da Federação;
- b) propagar a educação popular e profissional;
- c) Difundir, nas escolas primárias, profissionais secundárias, superiores, civis, militares e religiosas, assim como em todos os lares, oficinas, corporações e associações, a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo;
- d) defender o trabalho nacional, a lavoura, a indústria, o comércio, as ciências e artes e interessar-se por todas as questões que importarem à prosperidade, à segurança e dignidade da paz.
- e) combater o analfabetismo, o alcoolismo, a vagabundagem e a dissolução dos costumes;
- f) desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar e sustentar associações de escoteiros, linhas de tiros e batalhões patrióticos, quando autorizados por lei;
- g) apoiar, pela persuasão e pelo exemplo, a execução das leis de preparo e organização militar;
- h) aconselhar e facilitar a instrução militar em colégios, escolas, faculdades, academias, externatos, internatos, seminários, orfanatos, institutos de assistência pública e particular, associações de comércio, indústria, beneficência esportes e diversões.
- i) estimular e avivar o estudo e o amor da História do Brasil e das nossas tradições;
- j) fazer a propaganda da Liga no lar e em público, por meio de conferências, comícios, livros, folhetos, revistas, jornais, festas públicas e prêmios;
- k) publicar um catecismo cívico, e livros de educação patriótica, destinados à infância e adolescentes, para distribuição gratuita;
- l) robustecer o sentimento da pátria entre os Brasileiros residentes no estrangeiro;
- m) promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no Brasil, e a criação de escolas primárias nos núcleos coloniais.<sup>251</sup>

---

<sup>251</sup> *Liga da Defesa Nacional* apud Hansen, 2011, p. 125.

A Liga da Defesa Nacional, pensada por um grupo de militares cujo núcleo era o grupo dos *jovens turcos*, é a concretização institucional da aproximação entre militares e civis, e que contava com a contribuição importante do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria, além de figuras ligadas a diferentes grupos sociais. Dentre essas três concepções semelhantes pensadas pelos *jovens turcos*, pela liga da defesa nacional e por Olavo Bilac, uma característica essencial nos chama a atenção: o Exército como a “cura” para enfrentar os principais problemas do Brasil.<sup>252</sup> Mais que isso, num momento em que o conceito de cidadania ampliava-se no Brasil e no mundo, a caserna aparece como um instrumento para se alcançar a cidadania plena. O cidadão só se tornaria completo se passasse pela experiência do serviço militar: essa era fórmula para se tornar soldado-cidadão.

### 3.3 A CONVOCAÇÃO DOS EFEBOS: O HOPLITA BRASILEIRO E A IDEIA DE UM EXÉRCITO CÍVICO

O conceito de soldado-cidadão, no Brasil, desenvolveu-se, de acordo com José Murilo de Carvalho, durante a Questão Militar, no final do Império. Difundida, em um primeiro momento, por jornais republicanos, numa tentativa de “incitar os militares a intervir na política e de criar embaraços ao governo imperial”, a díade consagrou-se com o manifesto “Ao parlamento e à Nação”, de maio de 1887, redigido por Rui Barbosa.<sup>253</sup> A ideia, acrescenta José Murilo de Carvalho, “casava-se muito bem com o positivismo civilista dos jovens oficiais e alunos de Benjamin Constant”.<sup>254</sup> O conceito servia como “instrumento de afirmação militar” e respondia a certo anseio de marginalidade e ressentimento que os oficiais sentiam em relação à sociedade civil, principalmente em relação à elite política. O soldado deveria ser considerado um cidadão pleno, por isso um soldado-cidadão, com direito de participar da vida política “partidária”.

Esse conceito, também caracterizado como intervenção reformista, era rechaçado tanto por Bilac quanto pelos *jovens turcos*, que acreditavam que os militares deveriam ficar alheios aos assuntos políticos partidários. Além do mais, os positivistas, também tratados como “bacharéis”, foram alvos de ataques da revista ADN e de outros reformadores, que criticavam

---

<sup>252</sup> A adoção do termo “cura” é conveniente, pois coincide com o período brasileiro pelas campanhas de saneamento e higienização. Como já apareceu antes, Olavo Bilac também se servia da analogia médica. O Brasil estava doente e o Exército era a cura contra o “cancro”.

<sup>253</sup> Carvalho, 2005, p.38.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p.39.

o excesso de teoria e a falta de prática no ensino das academias militares. Propõe-se, assim, o uso de outro conceito de soldado-cidadão, parecido com a noção propaga pelos *jovens-turcos* e por Bilac e, por analogia, semelhante também à ideia de soldado-cidadão desenvolvida na Antiguidade grega. Essa é uma concepção de Exército que almeja sanar as mazelas sociais, curando as doenças do Brasil, promovendo o patriotismo e o civismo e desenvolvendo um conceito de cidadania atrelada ao militarismo. Para desenvolver o argumento, será frutífero discutir o próprio conceito de cidadania para entender como ele era aplicado no período.

T. H. Marshall divide o conceito de cidadania em três aspectos para tentar entender o seu desenvolvimento durante os séculos XIX e XX: civil, político e social. O civil seria composto pelos elementos necessários à liberdade individual, à vida, ao pensamento, ao livre direito de ir e vir, à propriedade e o direito à justiça; já o político relacionar-se-ia com o direito de participar do exercício do poder, “como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleito dos membros de tal organismo”; e o social estaria ligado a toda característica que envolvesse “desde o direito mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”, direito à educação, ao trabalho, à saúde.<sup>255</sup>

“Nos velhos tempos”, segundo Marshall, esses três direitos estavam todos conectados a um só (não se confundiam, mas se amalgamavam). Ao longo dos anos e em períodos diversos, os elementos da cidadania distanciaram-se uns dos outros e passaram a “parecer elementos estranhos entre si”. Assim, Marshall acredita que se podem separar os períodos de formação de cada um desses direitos em séculos diferentes: direitos civis no século XVIII, políticos no século XIX e sociais no século XX. O aparecimento dos direitos civis liga-se às contendas do “liberalismo clássico” nos séculos XVII e XVIII. Tocqueville, Stuart Mill, John Locke e Stuart Mill representam bem o desenvolvimento desses direitos, que se formaram paralelamente ao crescimento da economia de mercado. A conquista dos direitos políticos, a partir de uma análise do desenvolvimento histórico linear apresentado por Marshall, aparece posteriormente à conquista dos direitos civis. “Seu apogeu acompanha os desdobramentos de longo prazo da Revolução Francesa, aprofunda-se com a liberal-democracia e consolida-se com a expansão do direito ao voto nos séculos XIX e XX”.<sup>256</sup> Já a conquista dos direitos sociais, por sua vez, origina-se dos embates e demandas dos trabalhadores, dos pensadores

---

<sup>255</sup> Marshall, 1967, p. 63-64.

<sup>256</sup> Delgado, 2008, 333.

socialistas (de diferentes matizes) e dos reformistas que objetivaram alcançar esses direitos. “As lutas por direitos sociais desdobraram-se ao longo da segunda metade do século XX e culminaram com a implantação do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) em vários países do hemisfério norte”.<sup>257</sup>

José Murilo de Carvalho faz uma observação importante acerca da obra de Marshall. O contexto analisado por Marshall é predominantemente inglês. Porém, o caso de cada país para o surgimento da cidadania, entendida como um fenômeno histórico, dar-se-á de maneira diferente, não necessariamente seguindo uma linha reta, mas tropeçando em desvios e retrocessos. Assim, o caso brasileiro apresenta diferenças em relação ao caso do desenvolvimento da cidadania na Inglaterra. Há, no Brasil, ao menos duas diferenças significativas: maior ênfase no direito social em relação aos outros direitos; modificação na sequência de obtenção dos direitos (o social precedeu os outros).

Após a independência de 1822, a economia brasileira continuou a ter sua base nas grandes propriedades latifundiárias dependentes do trabalho escravo. Esse era um ambiente pouco favorável para o pleno exercício da cidadania. O escravo não poderia ser considerado um cidadão, levando em conta que os seus direitos civis básicos eram completamente negados. Existia, entre o escravo e o senhor, uma população livre, mas que também carecia de certos direitos civis, sociais e políticos. O senhor, claro, era livre e tinha o direito votar, mas a falta de uma noção de igualdade e de uma noção de cidadania o descaracterizaria como cidadão. O senhor não admitia o direito dos escravos.<sup>258</sup>

No que tange à constituição de 1824, que regeu o país até o fim da monarquia, pode-se verificar uma expansão dos direitos políticos. A constituição foi construída sob influência de ideias de outras constituições, como a francesa de 1791 e a espanhola de 1812. Também foram constituídos os três poderes clássicos que vigoram até os dias atuais: Executivo, Legislativo e Judiciário. Porém, a inserção de um quarto poder, o Moderador, demonstra certo resquício de “absolutismo”. Tal constituição também regulava os direitos políticos de participação, direitos de quem podia votar e ser votado. A esse respeito, o número de pessoas habilitadas a votar era relativamente alto. Excluindo-se escravos e mulheres, uma grande parte da população masculina adulta do período podia votar. As restrições quanto à renda dos votantes não eram absurdamente muito rigorosas, a renda mínima que se exigia para que uma pessoa pudesse votar era relativamente baixa. Contudo, o real alcance desse direito ao voto é

---

<sup>257</sup> *Id., ibid.*

<sup>258</sup> Carvalho, 2012, p. 21.

questionável. Grande parte da população brasileira ainda era analfabeta, as pressões em cima dos votantes era grade, as eleições ocorriam de maneira completamente atabalhoada, sendo que muitos resultados eram fraudados, ocorriam casos de pessoas votando mais de uma vez ou de votos de pessoas falecidas sendo contabilizados. A atitude do votante não era de uma sociedade política, no sentido de que o seu voto era considerado mais um ato de lealdade, gratidão ou obediência forçada, do que o exercício de uma livre escolha individual. Tinham os que barganhavam seus votos, tomando consciência da importância política que representava o voto para os políticos. Mas isso também não significa uma escolha livre que visava um bem coletivo maior, mas sim uma escolha de interesses materiais individuais, que era concedida ao candidato que oferecesse mais.

Essas eleições eram indiretas e em dois turnos. Ou seja, os votantes elegiam os eleitores no primeiro turno e, no segundo turno, os eleitores elegiam os deputados e senadores. Uma lei aprovada em 1881 mudou essa situação, fazendo com que o voto passasse a ser direto. Todavia, analfabetos foram excluídos do processo eleitoral e a renda mínima exigida para os eleitores também aumentou. Nessa perspectiva, há um retrocesso dos direitos políticos que seria mantido durante a República Velha. Apesar da constituição republicana de 1891 ter revogado a exigência mínima de renda, o fator de maior exclusão, o analfabetismo, persistia. Militares de baixa patente, mulheres, mendigos e membros de ordens religiosas continuavam sem o direito ao voto. Parte considerável dos trabalhadores era imigrante, estrangeiros sem direito ao voto, ou ex-escravos, em sua maioria analfabetos.<sup>259</sup>

Pouco tempo antes da proclamação da República, a escravidão foi abolida. Mas, na prática, a situação dos ex-escravos pouco se alterou. Não foi criada uma política efetiva de amparo aos recém-libertos. Sem moradia, sem escola, sem emprego, parte dessa população acabou retornando às fazendas. Essa libertação não trouxe realmente uma igualdade efetiva. Com a proclamação da República, o quadro geral ficou estagnado.

A grande propriedade continuou fazendo parte da realidade brasileira durante o período e os “Coronéis” tinham grande influência política em suas regiões. O sistema partidário regionalizado reforçava esse sistema elitizado com bases no patrimônio. O novo regime federalista era restritivo, uma concepção individualista era predominante e excluía a população dos espaços públicos de atuação política. No fim das contas, os direitos civis eram restritos à elite, bem como os direitos políticos e sociais. A falta de instrução primária e

---

<sup>259</sup> *Ibid.*, p. 38-45.

profissional era generalizada, e as condições de saúde, apesar da grande campanha pelo saneamento no Rio de Janeiro e as efetivas mudanças estruturais da cidade, ainda bastante precárias. Além do mais, a política de Pereira Passos para a urbanização e restauração do Rio de Janeiro foi completamente excludente, favorecendo principalmente a elite carioca e enxotando a população pobre do centro da capital.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil e foram trabalhar nas fábricas trouxeram consigo uma bagagem organizacional, ideológica e política baseado em correntes socialistas. No início da República, essas correntes ajudaram a pensar a luta dos trabalhadores por melhores condições sociais, civis e políticas, mas a resposta governamental foi assegurada pela autoridade policial. A marca essencial dessa República velha foi a exclusão de muitos em favorcimento de uma elite oligárquica que comandava a política e a economia do País. O pleno exercício da cidadania, por certo, era ilusório.

A ideia de soldado-cidadão surge nesse contexto excludente da Primeira República. Tratado como o “triumfo completo da democracia”, o serviço oferecido pela caserna, segundo esses conceitos apresentados, parte de um pressuposto inclusivo e condicionante: abriu-se a oportunidade para que todos os homens alcançassem a cidadania plena, mas esse direito só seria concedido aos que se apresentassem ao Exército. Quando todos se tornassem soldados, o “medo do militarismo” não faria mais sentido de existir, pois

seria infantil e irrisório que todos os cidadãos [tivessem] medo de si mesmos, das sombras de si mesmos.

O nosso sonho, o nosso desejo será isto, que espero, será uma realidade. O exército nacional será um laboratório de civismo, uma escola da humanidade, dentro do patriotismo; uma escola de energia nacional. Ambicionamos que todos os brasileiros passem pelo quartel revezando-se; que cada um dê ao menos um ano da sua vida ao serviço da vida da pátria. Queremos que dentro do quartel haja uma aula primária; e que ao lado de cada quartel haja uma aula profissional. Ao cabo do seu tempo de aprendizado cívico, cada homem será um homem completo, um cidadão, com a sua inteligência adestrada, com a sua capacidade armada para o trabalho, com a sua consciência formada, com os seus músculos fortalecidos, com a sua alma enobrecida. No quartel, cada homem encontrará a sua completa cultura indispensável.<sup>260</sup>

A proposta é clara e objetiva. O Exército seria a reunião perfeita de todos os elementos necessários para transformar o homem em cidadão. Além disso, nivelaria os níveis sociais por

---

<sup>260</sup> Bilac, 1965, p. 137-138.

meio da sua instrução para todos e, assim, a República brasileira atingiria a “vitória da democracia”. Ao final dos anos de serviço, todos os requisitos básicos para se tornar um cidadão completo seriam alcançados. Como já dissemos, essa é uma concepção que lembra o conceito de soldado-cidadão vindo da Antiguidade, aquele do guerreiro *hoplita*.

Assim como no Brasil do início do século XX, e pensando também num contexto mundial, o período de surgimento do conceito de soldado-cidadão na Antiguidade grega coincide com o momento em que aparece uma noção mais refinada de igualdade entre os membros que habitavam a cidade. Essa foi uma das características fundamentais da cidade-Estado grega, a *polis*. As origens da *polis* remontam ao século IX a.C., momento em que “se podem entrever as alterações mais importantes”.<sup>261</sup> Nessa época, que marca o último período dos chamados *séculos obscuros*, pode-se observar a metalurgia do ferro já consolidada, sendo utilizada até mesmo em ritos religiosos, grande expansão da agricultura, o refinamento da arte cerâmica, crescimento demográfico significativo, tudo atestado por evidências arqueológicas. O território, a *chôra*, muito importante também para a concepção da cidade-Estado grega, nasce com os agrupamentos de aldeias e populações, os sinecismos, que os Antigos atribuíam à origem da *polis*. E perto do centro dessas futuras cidades desenvolveram-se os santuários e os cultos aos heróis.<sup>262</sup>

Esses santuários e esses cultos aos heróis fundadores representavam certo pensamento de unidade da comunidade e percepção de uma origem comum. Muitas vezes, a *ágora*, centro político e religioso da *polis*, viria a ser criada perto desses lugares fundadores da cidade. A percepção de uma origem e de uma idade dos heróis que já não existe mais demonstra a tomada de consciência de um passado separado e diferente do presente. O desaparecimento de uma figura real central, que concentrava todo o poder, parece ter sido também essencial para a mudança estrutural e do pensamento. Sem a figura centralizadora, verifica-se a divisão da sociedade em funções especializadas, delimitadas em aspectos distintos, e que o “ajustamento cria difíceis problemas de equilíbrio”.<sup>263</sup> O ordenamento dessa sociedade, resultado da substituição da realeza por um mundo aristocrático, em sua multiplicidade de funções distintas, dar-se-ia por meio de duas noções opostas e complementares: o poder de conflito e o poder de união, *Eris-Philia*. Ao mesmo tempo em que se promoviam os valores de luta, de rivalidade e de concorrência, esses valores associavam-se ao sentimento de pertencimento e

---

<sup>261</sup> Mossé, 1989, p. 35.

<sup>262</sup> *Ibid.*, 1989, p. 141-145.

<sup>263</sup> Vernant, 1992, p. 29.

dependência a uma mesma comunidade, sentimento de unidade. Esse conflito, *agón*, vai ser verificado na guerra, na religião e na política. No campo político, a *ágora*, a praça pública, seria o lugar por excelência do exercício do debate, do conflito da oratória, em que grupos semelhantes mediam seus discursos no combate da palavra. “Esse espírito igualitário, no próprio seio de uma concepção agonística da vida social, é um dos traços que marca a mentalidade da aristocracia guerreira da Grécia e que contribui para dar à noção do poder um novo conteúdo.”<sup>264</sup>

O advento da *polis*, situado aproximadamente entre o século VIII e VII a.C., acentua muitas dessas características que vinham se esboçando desde o século IX. Uma primeira característica fundamental da *polis* é a preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder. A palavra, por intermédio da *peithó*, da força da persuasão, torna-se o meio pelo qual se estabelece o comando e o domínio sobre outrem. Essa força de persuasão pressupõe o conflito entre elementos diferentes, entre posicionamentos distintos que são defendidos com o auxílio de um pensamento argumentativo. As decisões, antes tomadas por um soberano, agora são estabelecidas por meio do debate.

Outra característica essencial desse momento é “o cunho de plena publicidade dada às manifestações mais importantes da vida social”.<sup>265</sup> Distingue-se, assim, um domínio público, em que os interesses comuns se opunham aos interesses privados; e práticas abertas, que ocorriam à luz do dia, que se opunham aos processos. Práticas, ritos e conhecimentos que antes eram relegadas aos sacerdotes ou aos detentores da *arché* (princípio, poder), passam para a esfera pública. As leis, antes definidas pela aristocracia ou pelo rei, tornam-se públicas por meio de sua redação, dando a elas um caráter de fixidez e impedindo que fossem alteradas ao gosto dos antigos governantes.

Atrelada a essas duas características, força da palavra e desenvolvimento de diversas práticas públicas, aparece um terceiro elemento do período. Mesmo que os habitantes da comunidade apresentem diferenças de origem, classe ou função, de certa maneira, no plano político, eles aparecem como semelhantes entre si. E é justamente essa similaridade entre os diferentes personagens que cria a unidade da *polis*, “porque, para os gregos, só os semelhantes podem se encontrar mutuamente unidos pela *Philia*, associados numa mesma comunidade”.<sup>266</sup> Os que participavam do Estado seriam definidos como *hómoioi*, semelhantes. No século VI

---

<sup>264</sup> *Ibid.*, 1992, p. 32.

<sup>265</sup> *Ibid.*, 1992, p. 35.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p. 42.



a.C., essa condição encontraria sua expressão no conceito de *isonomia*: “a igual participação de todos os cidadãos no exercício do poder”.<sup>267</sup>

Na história da *polis*, o conceito de *isonomia* já servia aos círculos aristocráticos para demarcar, em contraposição ao poder (*arché*) de um só, o poder dividido igualmente entre uma elite de poucos, expressando que os membros dessa oligarquia eram semelhantes entre si. Assim, essa elite guerreira é a primeira a estabelecer uma paridade entre a função guerreira e o direito de participar dos negócios públicos, o direito de participar do exercício da *arché*.

Essa elite guerreira também estabeleceria uma forma de combate bastante característica desse momento de transformações. Em Homero, podemos ver o relato dos combates baseado nos grandes feitos individuais, em que o *herói*, tomado pelo furor, *lyssa*, e pela desmedida, *hybris*, parte para os combates individuais, realizando feitos magníficos. Sua glória seria gravada para a eternidade; os aedos, inspirados pelas musas, cantariam suas realizações extraordinárias. Porém, na *polis*, uma nova forma de combate é estabelecida, não mais baseada no *ethos* heroico. Pelo contrário, se antes o caráter predominante era a individualidade, a nova concepção militar preza a luta em grupo, apoiando-se no comedimento, na *sophrosyne*, no controle do individual em nome da disciplina comum. A individualidade e o furor desmedido passam a ser condenáveis, não representam mais o valor do novo guerreiro. O importante é manter-se dentro da formação coletiva e combater unido como um só, frente a frente, escudo a escudo, marchando em conjunto e no mesmo ritmo. Esse seria o combate do *hoplita*, do soldado-cidadão da Antiguidade.

A função militar deixou de ser exclusividade de uma nobreza guerreira possuidora de cavalos, os *hippeis*. Os que conseguiam cobrir as despesas do seu próprio equipamento passaram a adquirir um status que os colocava em equivalência à antiga aristocracia guerreira. “Na *polis*, o estado do soldado coincide com o de cidadão: quem tem seu lugar na formação militar da cidade igualmente o tem na sua organização política”.<sup>268</sup> Assim, o mesmo caráter de igualdade que se via dentro da falange, em que os soldados se destacavam pela união e não pela individualidade, também se expressa na cidade pelo direito que os soldados-cidadãos adquiriram de participar dos assuntos públicos.

---

<sup>267</sup> *Id.*, *ibid.*

<sup>268</sup> *Ibid.*, p. 43.

O caso espartano foi ainda mais singular no que concerne ao papel do Exército para a formação de um pensamento igualitário. Diferentemente de outras cidades gregas, Esparta não se destacou pela filosofia. Em relação à escrita, embora a legislação regulamentasse quase todos os aspectos da vida, a ortografia nunca chegou a ser unificada.<sup>269</sup> A legislação espartana era de caráter prioritariamente consuetudinário e oral. Somente as leis fundamentais e solenes foram colocadas sob a forma escrita, a grande *rhētra*.<sup>270</sup> A Esparta clássica foi essencialmente uma comunidade de semiletrados. A característica principal da cidade, e que mais foi destacada na historiografia de diferentes períodos, foi, certamente, a relação criada com um Estado forte e guerreiro, por seus preceitos educacionais bastantes severos, que tinham como base um ensino profundamente militarizado e organizado.<sup>271</sup>

Entre os séculos VIII e VII, Esparta era uma cidade de ideais aristocráticos e ostentação de riquezas.<sup>272</sup> A função guerreira ainda assentava-se na tradição nobiliárquica dos cavaleiros e do combate individual. Porém, entre os séculos VII e VI, ocorreu uma ruptura que ficou conhecida como “revolução do século VI”. As mudanças não aconteceram de uma hora para outra, mas se relacionaram com diversas transformações estruturais que vinham acontecendo desde o século VIII, e que ajudaram a compor o quadro geral da sociedade guerreira do século VI. O Exército *hoplita*, condição necessária para a “revolução”, por exemplo, é introduzido como técnica de combate já no século VII.<sup>273</sup> A ostentação do luxo, característico da sociedade nobre, passa a ser rechaçado, e Esparta fecha-se ao comércio estrangeiro, proibindo o uso de metais preciosos.<sup>274</sup> Suas instituições fixam-se na função guerreira comunitária, e o Exército de soldados-cidadãos torna-se o grande símbolo dessa sociedade.

A igualdade não era uma virtude somente de combate, em que os soldados perfilavam-se lado a lado em simetria. Em Esparta, os *hómoioi*, semelhantes, eram todos os cidadãos adultos do sexo masculino que haviam passado por um ciclo de vida comum, que incluía, entre outras características, um ensino rigoroso, baseado na obediência, disciplina e aprendizagem de pressupostos do militarismo profissional; em princípio, todos tinham direito a um pedaço de terra de igual tamanho, constituindo uma *isomoira*; participavam de irmandades de soldados conhecidas como *sissitias*, refeições comunitárias. A educação militar

---

<sup>269</sup> Marrou, 1975, p. 33.

<sup>270</sup> Jaeger, 1989, p. 77.

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 75

<sup>272</sup> Vernant, 1992, p.45.

<sup>273</sup> Finley, 1989, p. 27.

<sup>274</sup> Vernant, 1992, p. 45.

iniciava-se ainda na infância, quando, aos sete anos de idade, os pequenos espartanos eram colocados sob os cuidados do Estado até a sua formação completa como *hoplita*.<sup>275</sup> Voltar-se-á a esse último ponto em momento oportuno.

É de se notar que em ambos os momentos, o período republicano analisado no Brasil e o contexto de surgimento do *hoplita* grego, constrói-se uma relação direta entre uma definição de cidadão e a necessidade da formação militar para que a plenitude da participação política seja alcançada. O conceito de cidadania, assim, amplia-se para mais membros da sociedade, mas nunca é desvinculado da formação militar. Sabemos da relação que Olavo Bilac construiu com a Antiguidade por meio da sua poesia, das suas crônicas e das suas palestras literárias. Seria o caso de enxergar, aqui, outra relação entre Bilac e a Antiguidade? Não foi o que pensou Leila Capella. Para a autora, esse modelo de Exército do soldado-cidadão bilaquiano em nada se assemelha ao modelo dos *hoplitas* da Antiguidade.

A defesa nacional, concebida sob essa forma mais ampla, requer um tipo específico de Exército e de soldado. Sua constituição *está muito distante dos exércitos comandados pelos grandes chefes da Antiguidade*: o modelo mais próximo é o exército napoleônico, cujo pressuposto organizacional básico é o conceito de nação armada. Sua condição de possibilidade está em que nesse momento estão sendo construídas, ideologicamente, as nações, as quais se tornarão, daí para a frente, a referência básica para as relações estabelecidas no interior das formações sociais e destas entre si.<sup>276</sup>

Realmente, alguns discursos de Bilac e dos *jovens turcos* aproximam-se da ideia de uma nação armada.

Dizia Michelet um dia: “a França é um soldado!”. De todas as nações deve dizer-se o mesmo. Cada nação deve ser um soldado sempre armado, sempre alerta, sempre vigilante: não um soldado de conquista, nem de terror, como uma ameaça constante contra o sossego dos vizinhos e dos hóspedes, mas um soldado de defesa, como uma constante segurança para o sossego dos donos e dos amigos da casa.

Pelas vossas tradições, meus amigos, já podeis dizer que: “o Rio grande é um soldado!”. Esperemos que, em breve, seguindo toda a nossa Pátria o vosso exemplo, possamos com razão dizer: “o Brasil é um soldado!”<sup>277</sup>

---

<sup>275</sup> Marrou, 1975, p. 42.

<sup>276</sup> Capella, 1985, p. 205.

<sup>277</sup> Bilac, 1965, p. 105.

Não há como ignorar, no entanto, que o modelo da Antiguidade e o proposto por Bilac, como apresentados até então, carregam fortes similitudes. E não seriam frequentes as referências à Antiguidade na obra de Bilac? No primeiro capítulo, falou-se que na França pré-revolucionária, o ideal de liberdade da arte grega estudado por Winckelmann foi readaptado ao contexto político francês, transformando o que seria arte em política e vice-versa. Assim, propõe-se que o modelo do *hoplita* da Antiguidade e do soldado-cidadão bilaciano não só sejam vistos como semelhantes, mas o que se observa é que ambos os modelos partem de uma dimensão clássica. Assim, a referência à Antiguidade, dentro da propaganda cívica de Bilac, para além dos usos literários, é utilizada com objetivos políticos, fundindo-se às concepções modernas de Exército. Retornemos aos discursos.

Lembrai-vos sempre este princípio velho como a civilização, que já professava Aristóteles, há vinte e dois séculos: “toda a sociedade humana é uma associação de família, cujo único fim é conseguir uma coesão capaz e inventar a felicidade comum”. Não sois somente rio-grandenses: sois brasileiros. A terra em que viveis não pode sugerir-vos um estreito provincianismo, um amor nativo de curta envergadura.<sup>278</sup>

E em outro trecho do mesmo discurso, prossegue:

Há sempre um perigo nacional. As nações, como os homens, por mais robusta que sejam, estão sujeitas a doenças iminentes e traiçoeiras. A vida é uma estada desconhecida, em que o viajante, a cada passo, adivinha uma surpresa e uma emboscada: em cada cotovelo da trilha, aparece o monstro, que Édipo entestou no caminho de Tebas.<sup>279</sup>

Aqui reaparece a velha fórmula da História como mestra da vida. A Antiguidade, nesse sentido, é utilizada como elemento retórico de autoridade para Bilac compor sua argumentação. No primeiro trecho, o conferencista usa o exemplo dos escritos de Aristóteles para mostrar sua preocupação com o excesso de sentimento regionalista no Rio Grande do Sul, pois, antes de rio-grandenses, aqueles que ali estavam eram brasileiros e deveriam ter o sentimento de unidade e pertencimento à nação. No segundo trecho, a tradição do teatro grego aparece em formato de advertência. Em outra conferência, dessa vez realizada em Lisboa, durante um banquete, o poeta expõe: “não desejo que desta ágape se diga que foi um arremedo do ‘Banquete de Platão’, formosas, mas fúteis divagações socráticas sobre o amor...

---

<sup>278</sup> *Ibid.*, p. 103.

<sup>279</sup> *Ibid.*, p. 105.

Nesta época, a arte pela arte seria uma monstruosidade moral”.<sup>280</sup> Novamente ele se utiliza da fórmula exemplar, mas, dessa vez, fala de um exemplo de algo que não deve ser seguido, diferentemente das utilizações anteriores. Dessa forma, a Antiguidade é retomada tanto para ser utilizada como exemplo positivo, quanto como um exemplo negativo, de uma atitude que pode ser considerada abominável.

Esse uso do passado helênico não diz respeito necessariamente ao conceito do novo Exército que estava sendo proposto por Bilac e pelos *jovens turcos*. Uma demonstração mais significativa a esse respeito é o uso da ideia de efebria brasileira trabalhada por Bilac em sua campanha.

Vede que na Europa, hoje, quando a guerra abre diariamente largos claros nas fileiras dos combatentes, os governos chamam às armas as mais novas classes do Exército, as falanges doas adolescentes, reservas fulgentes da primavera nacional: aqui, outra desgraça, mais triste, oprime o país; e outra morte, pior, escasseia os filhos válidos, - desgraça de caráter e morte moral; e já que os varões, incapazes ou indiferentes, deixam o Brasil devastado sem guerra e caduco antes da velhice, - venham aos campos os *efebos*, em que o ardor sagrado contrabalance a experiência, em que o ímpeto da fé supra a imaturidade dos anos!<sup>281</sup>

O foco principal da campanha destinava-se a atingir a juventude, a “efebria” brasileira, que iria compor as falanges do Exército cívico. Esse projeto de renovação, que via no serviço militar obrigatório a grande solução para todos os males que afligiam o Brasil, também intencionava reformar o Ensino primário pela mesma lógica militarista, expandindo-se para além dos muros da caserna e propondo uma nova concepção de sociedade. A ideia era que a escola também fosse propagadora do ideal militar. Assim, quando os jovens chegassem ao Exército, já teriam recebido o pensamento cívico, militar, físico e patriótico básicos. Proposta muito parecida pregavam os editores da ADN, que acreditavam que “espaços próprios para a construção do espírito militar deveriam ser a caserna e a escola, cujos processos atuavam de forma correlata no tempo e no espaço”.<sup>282</sup> Dessa maneira, a concepção do soldado-cidadão seria introduzida desde a mais tenra idade.

Durante anos, a precariedade do ensino primário foi uma das grandes preocupações de Bilac, senão a maior. Em seus livros de conteúdo pedagógico, verifica-se que diversas ideias

---

<sup>280</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>281</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>282</sup> Capella, 1985, p. 203.

ali contidas relacionam-se diretamente com as concepções de ensino que seriam por ele defendidas em seus discursos nacionalistas. Em 1910, em parceria com Manuel Bomfim, Bilac lançou “Através do Brasil”, uma obra “de leitura para o curso médio das escolas primárias”, como expõem os autores na nota de “advertência e explicação”. O livro conta o périplo de dois irmãos, Carlos e Alfredo, que partem de Recife, percorrendo várias regiões brasileiras, em busca do pai adoecido. A viagem termina no sul do país, em Pelotas, onde pai e filhos se reencontram. Durante o longo caminho percorrido pelos jovens, as regiões são apresentadas com “cenários e costumes mais distintivos da vida brasileira”.<sup>283</sup> A intenção dos autores, como aparece nos comentários explicativos, é que o livro pudesse ser usado como base para que o professor narrasse a história do Brasil, detendo-se nas diferentes regiões, costumes e “tipos brasileiros”. Nessas poucas páginas de advertência que antecedem o início da história, Bilac e Bomfim propõem que o uso do livro seja ancorado no ensino do civismo, da boa moral e do nacionalismo.

Em *Contos Pátrios*, livro que escreveu em parceria de Coelho Netto<sup>284</sup>, muitos contos são dedicados ao papel do soldado, à defesa das fronteiras, ao patriotismo e assuntos correlatos. O conto *O Recruta*,<sup>285</sup> que se passa durante a Guerra do Paraguai, mostra claramente o ideal do Exército como regenerador dos indivíduos. O conto traz a história de Anselmo, “um rapaz de 22 anos”, que viveu toda sua vida no campo. Nunca aprendera a ler, havia sido criado pelo trabalho braçal, “de enxada em punho”, lutando contra a terra, lidando com bois. “Fizera-se colosso” graças aos exercícios praticados desde a infância; era forte, tinha uma “musculatura possante” e a capacidade de “abater um touro com um soco”. Quando chegou a notícia da guerra, os que habitavam o sertão foram tomados pelo temor. Falava-se sobre o recrutamento “como na morte, com espanto e medo”.

Quando a junta de recrutamento chegou à região, muitos fugiram. Anselmo não. “Não era covarde”, mas quando se viu recrutado, o temor lhe afligiu. O que lhe amedrontava não era o recrutamento em si, mas o fato de se ver obrigado a abandonar sua terra, sua família. “Para a sua alma inculta e primitiva de filho da roça, a Pátria não era o Brasil: era o pedaço de terra que ele regava com o suor de seu rosto. Que tinha ele com o resto do mundo?”. Não

---

<sup>283</sup> Bilac; Bomfim, , 2000, p. 43.

<sup>284</sup> Os contos que utilizaremos são todos de lavra de Bilac.

<sup>285</sup> Bilac, 1931, p. 81.

fazia sentido para o jovem “vestir uma farda, e ir morrer abandonado e desconhecido (...) por causa de questões que não eram suas”.<sup>286</sup>

Anselmo e os novos recrutas partiram para o Rio de Janeiro. No primeiro dia de quartel, o jovem não conseguiu dormir direito. Agitava-se, segurava o grito e pensava em fugir. Quando conseguiu finalmente dormir, depois de muito chorar, foi acordado logo em seguida, nas primeiras horas do dia, para iniciar o seu treinamento. Após o terceiro dia de exercícios, na medida em que ia se habituando à rotina e ao cotidiano do quartel, o jovem inicia uma transformação pessoal: passa a ficar mais atento à disciplina, a se interessar mais pelos assuntos do quartel; começa a entender que a Pátria era maior que o seu sertão. Em nada mais lembrava aquele “caipirinha bisonho” de antes. Quando a guerra chegou e Anselmo teve que partir para frente de Batalha,

então, ali, a ideia sagrada da Pátria se apresentou, nítida e bela, diante da alma de Anselmo. E ele, compreendendo enfim que a sua vida valia menos que a honra da sua nação, pediu a Deus, com os olhos cheios de lágrimas, que o fizesse um dia morrer gloriosamente, abraçado às dobras daquela formosa bandeira, toda verde e dourada, verde como os campos, dourada como as madrugadas da sua terra.<sup>287</sup>

O conto mostra como Anselmo, antes bisonho, inculto e primitivo, que só se importava com o seu próprio sertão, após um período na caserna, em que teve contato com outros soldados, aprendeu a disciplina e a solidariedade, aprimorando-se e regenerando-se com a força da caserna. Compreendeu perfeitamente os desígnios do serviço militar, o dever de obrigação e o sentimento patriótico. Tornara-se um nacionalista, civilizado, culto e consciente do seu dever para com a pátria amada. Outro aspecto importante que aparece é a hombridade de Anselmo, a sua virilidade: expressão de um estereótipo da masculinidade cívica da caserna. No caso, as características físicas de Anselmo já haviam sido adquiridas no sertão, mas o conteúdo regenerador só é preenchido dentro da caserna. Anselmo só se tornou um homem completo com o serviço militar.

Outro aspecto importante que não aparece nesse conto, mas que pode ser verificado em outros, é a valorização da infância precoce, em que as crianças tornam-se homens tão logo se veem numa situação adversa. Em *Um Homem*, Jorge, uma criança de apenas 10 anos, perde

---

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 86-87.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p. 94-95.

seu pai repentinamente. A mãe do menino, aos prantos, trava um diálogo com Jorge sobre a nova situação em que a família se encontrava.

— Não temos mais ninguém, meu filho! Não temos mais ninguém neste mundo!

Jorge apurou o corpo, e, com os olhos enxutos e a bela face tranqüila, perguntou:

— E então eu, mamãe? E então eu não sou um homem?

E havia na face e na voz desse menino de dez anos uma tal resolução de uma tal coragem que a velha senhora, já sem chorar, teve nos lábios um sorriso de orgulho. Beijou a testa do filho. E traçando, com a mão direita, sobre ele, uma cruz, murmurou:

— Tu és um homem, meu filho! Deus te abençoe, meu filho!<sup>288</sup>

Em *Através do Brasil*, os irmãos Carlos e Alfredo, passam por situação semelhante quando se afastam do pai. Ao fim da viagem, os garotos não encontram somente o pai, mas também tomam consciência de sua hombridade, da sua nação, de seus deveres cívicos e patrióticos. Percebe-se, ainda, em outras produções, certa valorização da juventude face à velhice. E esse é o tom de Bilac ao convocar a efebria brasileira: “os varões, incapazes ou indiferentes, deixam o Brasil devastado sem guerra e caduco antes da velhice”. Em *Poesias Infantis*, tal relação é verificada em três poemas: *A infância*, *A Mocidade* e *A velhice*.

A Infância

O berço em que, adormecido,  
Repousa um recém-nascido,  
Sob a cortina o véu,  
Parece que representa, para a mamãe que o acalenta,  
Um pedacinho do céu.

Que júbilo, quando, um dia,  
A criança principia,  
Aos tombos, a engatinhar...  
Quando, agarrada às cadeiras,  
Agita-se horas inteiras  
Não sabendo caminhar!

Depois, a andar, já começa,  
Quer correr, vacila, cai  
Depois, a boca entreabrindo,  
Vai pouco a pouco sorrindo,  
Dizendo: mamãe... papai...

Vai crescendo. Forte e Bela,

---

<sup>288</sup> *Ibid.*, p. 45.



Corre a casa, tagarela,  
Tudo escuta, tudo vê...  
Fica esperta e inteligente...  
E dão-lhe, então, de presente  
Uma carta de A.B.C...

A Mocidade  
A mocidade é como a Primavera!  
A alma, cheia de flores, resplandece,  
Crê no Bem, ama a vida, sonha e espera,  
E a desventura facilmente esquece.

É a idade da força e da beleza:  
Olha o futuro, e ainda não tem passado:  
E, encarando de frente a Natureza,  
Não tem receio do trabalho ousado.

Ama a vigília, aborrecendo o sono;  
Têm projetos de glória, ama a Quimera;  
E ainda não dá frutos como o outono,  
Pois só dá flores como a primavera!

A velhice  
O Neto:  
Vovó, porque não tem dentes?  
Porque anda rezando só,  
E treme, como os doentes  
Quando tem febre, vovó?

Porque é branco o seu cabelo?  
Porque se apoia a um bordão?  
Vovó, porque, como o gelo,  
É tão fria a sua mão?

Porque é tão triste o seu rosto?  
Tão trêmula a sua voz?  
Vovó, qual é seu desgosto?  
Porque não ri como nós?

A Avó:  
Meu neto, que és meu encanto,  
Tu acabas de nascer...  
E eu, tenho vivido tanto  
Que estou farta de viver!

Os anos, que vão passando,  
Vão nos matando sem dó:  
Só tu consegues, falando,  
Dar-me alegria, tu só!

O teu sorriso, criança,  
Cai sobre os martírios meus,  
Como um clarão de esperança,

Como uma bênção de Deus!<sup>289</sup>

Os poemas estão dispostos em sequência no livro, assim como as fases da vida. O que se enxerga é a gradação por etapas, em que o último estágio da vida é desvalorizado em comparação às fases anteriores. A mocidade é a fase da glória, em que se ressaltam aspectos do trabalho, dos projetos futuros, da beleza e da força. Vale frisar que a figura feminina nesses escritos é quase completamente esquecida. Quando o sexo feminino aparece, aparece de forma depreciativa, inferior ao vigor viril masculino. É o caso da avó decrépita de *A Velhice* e da mãe de Jorge, que não sabe o que vai fazer sem a figura do provedor da casa, do homem.

Assim como na obra infanto-juvenil, a concepção de Exército e de ensino primário que Bilac apresentou durante a campanha, pautava-se, predominantemente, na valorização da juventude frente à velhice; no caráter masculino viril, da força, da disciplina, do condicionamento físico; e na exclusão dos elementos femininos. Para efeitos práticos, a mulher, dentro dessa concepção, não poderia ser considerada uma cidadã completa, ou soldada-cidadã, pois não se inseria na lógica masculinizada do Exército. Em momento algum se fala em serviço obrigatório feminino. Então, o conceito de cidadania de Bilac, ao mesmo tempo em que amplia o alcance para todos os homens da sociedade brasileira cumpridores do serviço militar, exclui completamente as mulheres do processo. A sociedade brasileira dos anos da *Belle Époque* reserva às mulheres da elite um papel muito bem definido. No final do século XIX e início do XX, as novas perspectivas dos tempos modernos, a tecnologia, os recursos financeiros e a lógica urbana, abriram para as mulheres novas oportunidades de instrução, requinte e experiência mundana. Porém, um maior alargamento de oportunidades para as mulheres e a mudança de expectativa em relação ao seu papel na sociedade, não representam necessariamente uma equiparação com o homem. As mulheres ainda eram subordinadas à sociedade predominantemente voltada para o universo masculino. Essas mudanças entravam nos padrões do período e, portanto, alinhavam-se “às necessidades e ambições dos homens dos novos tempos”.<sup>290</sup> Em 1914, foi lançado um periódico carioca chamado de *Jornal das Moças*. Em seu primeiro número, o jornal trouxe uma coluna intitulada “O que a mulher deve ser”, onde se explicita o papel da mulher de se subordinar ao homem. Lê-se na coluna, por exemplo, que a mulher deve procurar “agradar ao homem, pois

---

<sup>289</sup> Bilac, 1904, p. 102-106.

<sup>290</sup> Needell, 1993, 164.

para isso que nasceu”.<sup>291</sup> O papel matrimonial destinado às mulheres era recorrentemente reforçado e os exemplares ainda traziam partituras de piano, pois era bem quisto que a mulher refinada tocasse o instrumento, histórias infantis para que as mulheres pudessem contar aos seus filhos, ensino de bordado, dicas para agradar os homens, entre outros elementos que atestam a intenção do jornal de instruir as mulheres à vida doméstica. O Exército, definitivamente, não era um universo em que as mulheres se inseriam.

Resumindo, o indivíduo masculino, após um longo processo, que se iniciaria na infância, passaria pela juventude e terminaria na vida adulta com o serviço militar obrigatório, tornar-se-ia finalmente o cidadão completo. Dessa maneira, a instrução militar e a educação escolar são colocadas como complementares. Para Bilac, o escotismo era a grande expressão desse modelo de ensino que ele propunha. Portanto, deveria servir de parâmetro para uma reforma educacional.

É a educação completa dos adolescentes. O escoteiro, desde que se inicia no tirocínio, anda, corre, salta, nada, monta a cavalo, luta defende-se, maneja armas; mantém-se num constante cuidado do asseio do corpo e da alma; afasta-se da prática de todos os vícios; adquire noções de física, química, botânica, zoologia, anatomia (...); abomina a mentira(...); é disciplinado e obediente; é cortês, considera como irmãos seus companheiros(...); e, enfim, conhece a história e as leis do seu país; é patriota e estimula sua iniciativa.<sup>292</sup>

A fala é muito semelhante ao discurso professado em favor do serviço militar obrigatório, com a diferença que essa educação é destinada as crianças e aos adolescentes como uma etapa anterior ao serviço da caserna. Henri-Irénée Marrou atentou-se para o fato de que o ensino do escotismo apresenta “alguma analogia” com a *agogé* de Esparta, com o sistema educacional do Estado espartano que educava todos os meninos (as mulheres também eram excluídas desse sistema) a partir de idade determinada. Até os 7 anos de idade, o Estado relegava os poderes de “criação” à família. A criança, ao atingir os 7 anos, era requisitada pelo Estado e lhe pertenceria “inteiramente” até a morte. Durante o período de ensino, os jovens enfrentavam etapas bem definidas de treinamento até completar todo o ciclo, que ia dos 7 aos 20 anos de idade. Essa era a condição necessária para que os homens pudessem exercer o direito cívico.<sup>293</sup> A educação estava dividida em três etapas: uma que ia dos 8 aos 11 anos, os anos da “meninice”; a segunda etapa que ia dos 12 anos aos 15, período do “rapaz”,

<sup>291</sup> *Jornal das Moças*, 21 de maio de 1914.

<sup>292</sup> Bilac, 1965, p. 75.

<sup>293</sup> Marrou, 1975, p. 41.

que também durava 4 anos; e a última etapa, que ia dos 16 aos 20 anos, conhecida como os anos de “efebia” (em Esparta, diferentemente de Atenas, os “efebos” eram conhecidos como “irenes”). Para Marrou, esses três ciclos

evocarão, no espírito do leitor, a série familiar: lobinho, escoteiro, pioneiro. A analogia com o escotismo vai mais longe: os meninos espartanos eram repartidos em unidades (*hilai* ou *agelai*) análogas às nossas alcateias ou às nossas tropas, e, como estas, comandadas pelos rapazes maiores, os *proteirai* de vinte anos, os mais velhos dos *irenes*; eram subdivididas em pequenos grupos (*Bouai*), equivalentes às matilhas e patrulhas, comandados pelo mais sagaz dos seus membros, que oestentava, entre seus companheiros, o título cobiçado de *Bouagós*, chefe da patrulha.<sup>294</sup>

Um dos objetivos era preparar os jovens para a vida militar desde muito cedo. Nesse sentido, a educação física ocuparia um lugar primordial dessa preparação. Os garotos aprendiam esportes atléticos, manejo de arma, esgrima, dardo, técnicas de combate e caça. A formação física era extremamente rígida, sendo considerada essencial para o alto desempenho em batalha. Um segundo objetivo da educação espartana, tão importante quanto a formação militar e que está pressuposto em todos os estágios da *agogé*, era formar o caráter dos indivíduos. O sentimento de pertencimento à comunidade, em que o sacrifício e o esforço são devotados ao bem comum, ao Estado, se baseia na moral do ensino dos cidadãos semelhantes, dos *hómoioi*.

Vale lembrar que Bilac acreditava que a função do Exército dentro da sociedade não deveria se restringir somente aos objetivos defensivos do território brasileiro, mas a caserna era apresentada como a instituição coesiva, disciplinadora, cívica, patriótica, restauradora e educadora por excelência. A mesma lógica deve ser aplicada para o ensino infanto-juvenil. Por analogia, assim como fez Marrou, as comparações aproximam a *agogé* espartana e o escotismo moderno defendido por Bilac. Essa comparação é explicitada pelo próprio Bilac, no mesmo discurso anteriormente citado.

Basta isto para que se veja que, no escotismo se inclui todo o ensino da infância e da adolescência, como o compreendia Platão, dizendo: “a educação tem por fim dar ao corpo e ao espírito a beleza e toda a perfeição de que eles são suscetíveis” (...) Primeiro, a instrução física: a conservação ou reestabelecimento da saúde, pela higiene, pela medicina, e o

---

<sup>294</sup> *Ibid.*, p. 42-43.

desenvolvimento normal e progressivo de todas as funções do corpo, pela ginástica e pelos jogos escolares.

Depois, a instrução intelectual: o amestramento dos cinco sentidos (...). Enfim, a instrução moral; a sensibilidade e a sua cultura; o amor próprio, o amor e o respeito da propriedade (...); o amor da pátria, do belo e do bem; o brio, a coragem, a disciplina; e a cultura da vontade e da formação do caráter.

(...)

O escotismo forma homens, e ainda mais, heróis. É a heroicultura. Em cada escoteiro, no último grau de iniciação, existe um “Agenor”, no sentido do vocabulário grego: homem de coração.

Há pouco tempo, em São Paulo, um educador, o Sr. João Kopke, numa conferência, lembrou que os antigos gregos davam aos efebos, “sem ensino especial de civismo, meios de cultura própria, apenas por um programa limitado, entre os sete e os dezoito anos, formando uma boa e bela forma de homem, com a sua inteligência, os seus sentimentos e o seu corpo treinados”.

Não era aquele ensino da efebria o mesmo ensino que hoje damos aos escoteiros? Mais ainda: o juramento do escoteiro no primeiro grau da iniciação e os doze artigos do código do escotismo são uma reprodução aproximada da afirmação que os efebos espartanos e atenienses prestavam, quando, perante os magistrados, recebiam a lança e o escudo: “nunca alvitarei estas armas, nem abandonarei o meu companheiro na fileira; combaterei pela defesa dos templos e da propriedade; respeitarei as leis; e transmitirei a minha terra própria, não só não menor, porém maior e melhor do que me foi transmitida”.<sup>295</sup>

Primeiramente destaca-se a citação de Platão. Recorrendo ao filósofo grego, Bilac mostra que sua compreensão de educação alinhava-se ao ideal platônico. É relevante ressaltar que o modelo de educação espartana é análogo ao modelo que Platão propõe na República. Em verdade, Platão e teóricos posteriores a ele utilizaram o modelo da *agogé* para pensar o sistema de ensino que propunham. A instituição espartana de educação era tomada como o molde ideal de um ensino que glorificava o caráter individual em favor da comunidade.<sup>296</sup> Se antes estávamos comparando o sistema educativo de Esparta por analogia com o ensino do escotismo, agora podemos ver que é o próprio Bilac que reconhece que essa concepção pedagógica ancorava-se em tradições da Antiguidade. No final do discurso, conclama os seus amigos da Academia Mineira de Letras a difundir o escotismo e a lutar pela instrução primária.<sup>297</sup>

Existe, no entanto, uma observação de Bilac que, em princípio, não se encaixa dentro do conceito educacional do soldado-cidadão grego: a “heroicultura”. O herói da Antiguidade é

---

<sup>295</sup> Bilac, 1965, p.76-77.

<sup>296</sup> Jager, 1989, p. 77.

<sup>297</sup> Vidal-Naquet, 1983, p. 131-132.

a antítese do *hoplita*, pois o *ethos* heroico baseia-se na individualidade, nos feitos extraordinário, e não na comunhão militar e social dos *hómoioi*. O poeta grego Tirteu, que escreveu durante a Segunda Guerra Messênica no século VII a.C., é o grande testemunho dessa *areté*, virtude, do Estado espartano. As fontes para se falar do sistema educativo de Esparta são muito escassas, sendo que os principais relatos, como o de Xenofonte e de Platão, são tardios. Em Tirteu, não é encontrado conteúdo que permita estudar as instituições espartanas a fundo, muito menos contexto histórico de desenvolvimento do Estado. Contudo, encontra-se a “formulação de um ideal”.<sup>298</sup>

Eu não lembraria nem celebraria um homem pela sua excelência na corrida ou na luta, nem que tivesse dos Cíclopes a estatura e a força e vencesse na corrida o trácio Bóreas, nem que tivesse figura mais graciosa que Titono, ou fosse mais rico do que Midas e Ciniras, ou mais poderoso que Pélops, filho de Tântalo, ou tivesse a eloquência dulcíssima de Adrasto, ou possuísse toda a glória – se lhe faltasse a coragem valorosa.

Pois não há homem valente no combate, se não suporte a vista da carnificina sangrenta e não atacar, colocando-se de perto.

É esta a excelência, este é entre os homens o maior galardão e o mais belo que um jovem de obter.

É um bem comum para a cidade e todo o povo que um homem aguarde, de pés fincados, na primeira fila, encarniçado e de todo esquecido da fuga vergonhosa, expondo a sua vida e ânimo sofredor, e, aproximando-se, inspire confiança com suas palavras ao que lhe fica ao [lado].<sup>299</sup>

As elegias de Tirteu trazem exortações aos princípios espartanos de comunidade, em que o sentimento coletivo deve sobrepor-se às individualidades, lutar pelo bem comum, e não pela glória pessoal, é o que mais importa. Tirteu, em sua poesia, não expressa somente uma opinião pessoal, mas revela a convicção geral dos habitantes de Esparta. Por isso a primeira pessoa, na maioria das vezes em que aparece nas elegias, é colocada no plural: “lutemos!”, “morramos!”. E mesmo a primeira pessoa do singular, assim como aparece na poesia citada, exprime um “eu” coletivo. Escrevendo em contexto de guerra e com o poema ressaltando as atitudes que o soldado deve tomar em linha de combate, os aspectos trabalhados na poesia transcendem os fundamentos bélicos e idealizam a *areté* do Estado para todos os campos da sociedade. De nada valem, segundo Tirteu, as mais surpreendentes habilidades, se o sentimento de companheirismo e igualitarismo para com os outros cidadãos e para com a cidade não for respeitado. Percebe-se, nas exortações de Tirteu, uma função extremamente

---

<sup>298</sup> Jaeger, 1989, p. 75.

<sup>299</sup> Tirteu, 1995, p. 93-95.

pedagógica, assim como a poesia hesiódica. Então, ao incitar os guerreiros espartanos com a glorificação da *areté* dos lacedemônios, Tirteu torna-se um educador por excelência.

Não parece que, ao falar em “heroicultura”, Bilac quisesse invocar o *ethos* individualizante do herói homérico guiado pela *hybris*, modelo rechaçado pelas elegias de Tirteu. Inclusive, um dos problemas que afetavam a sociedade brasileira, segundo Bilac, seria justamente o excesso de individualismo, expressado pela cultura do “arrivismo”. Para tentar entender esse conceito de heroísmo de Bilac, então, será conveniente fazer outra analogia com aspectos da cultura da efebria da Antiguidade, que se identificam com ritos de passagem que os efebos atenienses e os *irenes* espartanos eram submetidos, constituindo uma etapa importante do treinamento dos jovens para atingir a total cidadania.

A passagem da infância para a adolescência ou da adolescência para a vida adulta, em Atenas, era marcada por rituais iniciáticos que atestavam o novo estágio na vida dos indivíduos homens. O jovem ateniense carregava um caráter ambíguo, na medida em que estava dentro da cidade, mas ainda não podia ser considerado completamente inserido no meio social, pois ainda não havia passado por todas as fases necessárias para ser considerado um cidadão completo. Uma dessas etapas de passagem que caracteriza bem esse caráter dúbio do jovem é o serviço dos *peripoloi*. Os *perípolos* eram efebos que serviam, por cerca de 2 anos, como guardiões das fronteiras atenienses. Utilizavam armas mais leves, e ainda não eram considerados soldados, mas poderiam ser recrutados, raras vezes, para servirem em linhas de combate. Porém, o termo *perípolos* também podia servir para designar estrangeiros a serviço de Atenas. Em ambos os sentidos, os *perípolos* encontram-se marginalizado da sociedade, simbolicamente e fisicamente, no caso do jovem ateniense. Para o efebo, a condição de “estrangeiro”, no entanto, era temporária, pois o jovem seria integrado à sociedade de forma plena tão logo participasse da falange hoplítica, passando da efebria para a vida adulta.<sup>300</sup>

Em Atenas, havia dois tipos de efebria: uma considerada o rito de passagem da infância para a adolescência, mais arcaica; e uma segunda considerada oficial, e dizia respeito ao serviço do *hoplita*. A primeira relaciona-se ao festival anual conhecido como *Apatúrias*. No terceiro dia de festividades, os garotos de 16 anos tinham seus cabelos cortados em cerimônia que os iniciavam dentro dos grupos das *frátrias*. Outros rituais de iniciação, assim como aparecem com certa frequência em mitos e festividades, dramatizavam o acesso do jovem à

---

<sup>300</sup> Vidal-Naquet, p. 135-136.

vida adulta travestindo-se de mulher, e o acesso da garota à condição de mulher travestindo-se de homem. Esse caráter ambíguo entre o efebo e o *hoplita* não residiria somente no estatuo de marginalização e cidadania que um e outro carrega, mas essas duas figuras apareceriam opostas em diversos outros aspectos antitéticos: o *hoplita* é o soldado da formação coesa, da virtude viril, que combate de dia, ao lado do seu companheiro; já o efebo combate nas regiões fronteiriças, individualmente, “utilizando tipos de astúcia condenados pela moral hoplítica e cívica”.<sup>301</sup>

Exemplo singular da ambiguidade existente entre o efebo e o *hoplita* encontra-se no famoso rito de passagem da sociedade espartana conhecido como *Kripteia*. Os *criptos* eram jovens que deixavam a cidade para vagar sozinhos no campo e nas montanhas, sem equipamento pesado, comendo o que podiam, policiando e matando os *hilotas*.<sup>302</sup> Como sugere Pierre Vidal-Naquet, o *cripto* espartano, nessa fase que precede o *hoplita*, é um “anti-hoplita”, pois só conhece as façanhas individuais, a vida errante dos campos, o furor da *lyssa*, a desmedida da *hybris*. Características que se assemelham mais ao estatuto do herói do que do soldado-cidadão. As situações inversas das fases iniciáticas e os rituais de passagem se complementavam, pois eram essenciais para se alcançar o objetivo último de formar o cidadão íntegro. A individualidade dos efebos não contradiz a pátria, pois seus feitos pessoais encaixam-se no sistema que os tornarão pertencente à cultura da coletividade, em que as individualidades são reflexos não de desejos pessoais, mas de virtudes comunitárias, pelo menos de forma ideal.

Talvez possamos utilizar essa mesma lógica para tentar entender o conceito de herói bilaquiano. A “heroicultura” de Bilac não carrega os mesmo pressupostos atribuídos ao guerreiro homérico de uma cultura baseada nos grandes feitos que promovam somente o próprio herói, que, muitas vezes, chega ao estado de *lyssa* também por razões pessoais. A cultura heroica que Bilac quer insuflar nos jovens efebos brasileiros partilha do ideal grego do Estado espartano, em que os feitos individuais devem ser utilizados não para o destacamento pessoal, mas sim para um bem comum maior: a nação. A formulação de Jaeger para sintetizar o pensamento de Tirteu cabe perfeitamente para descrever a “heroicultura” bilaquiana: “o ideal homérico da *areté* heroica transforma-se no heroísmo do amor à pátria”.<sup>303</sup> Os heróis de Bilac não são mais seres acima da sociedade, mas sim a própria sociedade.

---

<sup>301</sup> *Id.*, 1995, p. 125.

<sup>302</sup> *Ibid.*, p. 130.

<sup>303</sup> Jaeger, 1989, p. 82.



Ao que parece, a ideia de Exército cívico pregado na campanha de Bilac não está tão “distante” assim do conceito de efebia e de falange hoplítica da Antiguidade. Bilac acreditava que para a completa formação do cidadão, as bases deveriam começar ainda com a instrução primária, formadora de caráter, de civismo e protetora da língua, passaria pela formação profissional e se completaria com o serviço militar obrigatório. Essa lógica de pensar que a cidadania só seria plena depois de concluídas as etapas da instrução primária e do serviço militar, fundamentada também em uma lógica grega, atrela-se ao contexto excludente da República Velha. O cidadão de verdade é o homem que lê, que tem noções de higiene, que é saudável fisicamente e mentalmente, que tem como elemento vital sua virilidade, tem noções de nacionalismo e que concluiu todo o processo do serviço militar. Essas seriam, de acordo com Bilac, as bases para a defesa nacional, para a salvação da pátria e para formação do cidadão completo, do soldado-cidadão, do *hoplita* brasileiro. Assim, o poeta que busca a Antiguidade em sua poesia e em outras produções, também se serve dos Antigos gregos no seu apostolado cívico, mas não mais para compor sua poesia com temas gregos e romanos esteticamente idealizados de uma temporalidade antiquíssima, e sim para formar conceitos políticos e sociais visceralmente atrelados ao tempo do progresso, ao seu tempo.

## CONCLUSÃO

“Os mitos gregos estão mortos, não há sensibilidade moderna que os ressuscite”,<sup>304</sup> bradava Graça Aranha, em resposta encaminhada a Mário de Alencar, relator da comissão da Academia Brasileira de Letras, nomeado para dar parecer ao projeto apresentado por Graça Aranha em 3 de julho de 1924. Mostrando-se consternado com a Academia, que rejeitara seu projeto em outubro do mesmo ano, o escritor rompe em definitivo com a instituição, explicando seus motivos de desligamento em outro documento, uma carta datada de 18 de outubro.

Desde que na sua última sessão a Academia rejeitou o projeto que apresentei no intuito de modernizar a sua atividade, dou por extinta a minha função acadêmica. (...) A Academia é uma contradição do espírito moderno, que agita e transforma todo o Brasil. Perante a opinião pública, que a deve policiar, entendi estimular a Academia a orientar-se por esse espírito novo. Em seguida às palavras que lhe dirigi, apresentei o projeto de reforma dos seus trabalhos com o propósito de nacionalizar-lhe e modernizar-lhe a ação. O projeto foi rejeitado. A academia quer persistir na sua posição eclética e antiquada, nefasta à literatura brasileira.<sup>305</sup>

O projeto apresentado era, no mínimo, polêmico. Com a intenção de “nacionalizar” a Academia e “reformular seus trabalhos”, a proposta de Graça Aranha previa que, para os concursos que a Academia realizasse, não seriam mais aceitas poesias parnasianas, árcades ou clássicas, bem como “poesias, romances, novelas, contos ou qualquer trabalho de ficção, de assunto mitológico, que não seja do ‘folclore’ brasileiro, tratado com espírito moderno”.<sup>306</sup> O projeto ainda previa a rejeição de “obras de história estrangeira, antiga ou moderna”. Somente obras “históricas brasileiras” seriam aceitas, e essas deveriam ser tratadas com “espírito crítico moderno”, que conseguissem se libertar do “passadismo”. Atitude bastante diferente do autor que, anos antes, em carta enviada ao Barão de Rio Branco, descrevia um jantar do qual havia participado nos seguintes termos: “tive a deliciosa ilusão de que Cícero era recebido por Péricles... Jantamos em Atenas”.<sup>307</sup>

Porém, nesse novo momento, o escritor insurge-se contra a influência da cultura greco-romana na literatura brasileira, bem como contra toda forma de “passadismo”. Em 19

---

<sup>304</sup> Aranha, 1969, p. 759.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p.760.

<sup>306</sup> *Ibid.*, p. 756.

<sup>307</sup> Broca, 1960, p. 102.

de junho de 1924, em conferência realizada na Academia Brasileira de Letras, o autor justifica essa postura. Para Graça Aranha, não existia no Brasil uma arte verdadeiramente nacional. A arte feita no país, além de ser de qualidade inferior, pois ainda baseava-se numa arte que, segundo o autor, era imitativa da natureza e, por isso mesmo, romântica e excessivamente sentimental, “lírica da tristeza” e “expressão ingênua do entusiasmo natural e primitivo”,<sup>308</sup> pecava por ser uma reprodução de correntes europeias. O surgimento da Academia Brasileira de Letras, nesse sentido, foi um “equivoco e um erro”, pois, para ele, o papel de uma academia, formada por um “corpo de homens ilustres nas ciências, nas letras e nas artes”, não era outro senão zelar tradições de um povo supostamente culto, em que os acadêmicos seriam os expoentes dessa sociedade. No entanto, como entendia o autor, além da sociedade brasileira do período ser formada por uma população ignorante, não existia, no Brasil, tradição literária ou artística, “ou pelo menos de tradições medíocres, que seria melhor se apagassem”. Os “raros escritores ou artistas de primeira ordem” não eram suficientes para formar uma tradição brasileira. Além do mais, o modelo utilizado para formar a Academia foi uma cópia da Academia francesa.

A imitação é prática brasileira. Em tudo renunciamos à energia de criar para fazermos comodamente a cópia, que mal se ajeita à nossa índole e ao nosso ambiente. Copiando a Academia francesa, fizemos logo ao nascer ato de submissão e passamos a ser reflexo da invenção estrangeira, em vez de sermos dínamo propulsor e original da cultura brasileira.<sup>309</sup>

Mas, se o erro de criar a Academia já havia sido cometido, restava à entidade modificar-se e servir aos reais interesses do Brasil. Então, sob a égide de um novo “espírito”, a Academia Brasileira de Letras, para Graça Aranha, deveria exercer um papel fundamental na criação de um novo pensamento literário brasileiro baseado não mais na “cópia servil” da cultura europeia, mas no “objetivismo dinâmico”, criativo e construtor, características que compunham o “espírito moderno”. Por isso que o projeto era tão enfático nessas questões de proibição de estilos literários que tivessem influência “passadista” ou “estrangeira”. Acrescenta-se, ainda, mais um aspecto: a intenção de reformar os ditames da Academia não visava somente afetar a literatura, pois a “infecção literária” corrompia também “a política, a arte, a vida”.<sup>310</sup> Assim, o projeto de Graça Aranha objetivava transformar a Academia

---

<sup>308</sup> Aranha, 1969, p.750.

<sup>309</sup> *Ibid.*, p.752.

<sup>310</sup> *Ibid.*, p.750.

Brasileira de Letras “numa espécie de motor do que ele considerava ser o progresso cultural brasileiro”.<sup>311</sup> Depois do indeferimento do seu projeto, Graça Aranha considerava que a Academia havia morrido para ele, pois o órgão recusava-se a “tornar-se um organismo útil e ativo, um fator moderno do sentimento nacional, seu representativo, seu guia”.<sup>312</sup> Dessa maneira, Graça Aranha queria converter a Academia num “dínamo” irradiador do nacionalismo brasileiro, essencial para formar o “espírito moderno” do Brasil: “o modernismo é a função do nacionalismo”.<sup>313</sup>

Pensamento completamente divergente do que Bilac apresentava em seus discursos, conferências e crônicas. Como vimos, Bilac acreditava que essa tradição que Graça Aranha atacava (“tradição falsa”, segundo o autor de *Canaã*) era essencial para a formação da própria nacionalidade brasileira, pois, para o poeta, a história brasileira ligava-se à tradição clássica por meio de uma mesma raiz cultural. Em conferência realizada em 1909, Bilac reitera a importância do estudo das línguas e da cultura da Antiguidade nas escolas:

e, enfim, coroando o edifício, o grego, o latim, a literatura, que são o último polimento do espírito, - o grego e o latim, como as fontes sagradas de que jorrou o manancial da cultura moderna, e a literatura, manifestação suprema da inteligência humana, cuja história é a própria história da Civilização. Foi bom restringir um pouco o tempo destinado nos ginásios a estes estudos clássicos; mas seria um crime suprimi-los de todo, ou restringi-los demais; porque o próprio nome que ainda hoje se dá comumente a esses estudos – *humanidades, humaniora studia, artes humanitatis* – exprime bem o seu valor, como último e definitivo retoque da educação, derradeiro apuro e primor do adestramento mental.<sup>314</sup>

A própria ideia de “moderno” em choque com a Antiguidade varia entre os dois autores. Se, em Graça Aranha, o conceito de pensamento moderno liga-se a supressão do “passadismo”, em Olavo Bilac, o moderno é uma noção que pressupõe a influência direta da Antiguidade clássica na formação da cultura nacional. Mesmo que Bilac rejeitasse uma ideia de tradição em algumas de suas crônicas, certamente ele não se referia à tradição clássica, mas sim à tradição “retrógrada”, aquela que impedia o desenvolvimento da “civilização” brasileira, que era contra as reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro.

---

<sup>311</sup> Faria, 2008, p.62.

<sup>312</sup> Aranha, 1969, p. 760.

<sup>313</sup> *Ibid.*, p. 757.

<sup>314</sup> Bilac, 1912, p. 322-323.

Em comum, vê-se que ambos os autores consideravam que os literatos tinham uma função de destaque no processo de formação do pensamento nacional. Independentemente do papel que atribuíam à cultura greco-romana nesse processo, tanto Graça Aranha, como Olavo Bilac enxergavam na literatura e nas artes um elemento fundamental de consolidação da nação brasileira. Os projetos são divergentes em seu conteúdo, mas não em seus objetivos. Destaca-se que, novamente, assim como visto em outras querelas, a discussão supera o embate literário e apresenta uma perspectiva social maior, ancorada no desejo de mudança.

A referência à Antiguidade presente na obra bilaquiana também não se resume à sua poesia. Tentamos demonstrar, trabalhando com diferentes produções de Bilac, que a ligação do poeta com a cultura clássica ultrapassa o parnasianismo, sendo encontrada na crônica, em conferências literárias e até mesmo em seus discursos nacionalistas a favor do serviço militar obrigatório. No entanto, há de se notar que existem diferenças consideráveis na forma como são apresentados esses temas clássicos. Na poesia do estilo “sério”, do poeta da “profissão de fé”, da forma impecável, a temática aparecia de maneira elogiosa, exaltando-se as sociedades antigas, as formas de pensamento, a beleza. A poesia é impessoal e impassível (ao menos na teoria), o tempo afastado do cotidiano em que o poeta vivia. Enquanto ideal artístico, a Antiguidade também se faria presente no estilo de Bilac, pois, como argumenta em conferência literária, a inspiração primeira para a elaboração da “disciplina do bom gosto” vinha do “gênio greco-latino”. Em contraste com o estilo formal da poesia, encontra-se a crônica diária dos jornais, em que Bilac se servia da sátira e da ironia para comentar os mais variados acontecimentos do dia-a-dia carioca. A questão sanitária e as reformas urbanas do Rio de Janeiro, por exemplo, foram assuntos tratados com destaque pelo cronista. O formalismo abre espaço para o tom mais pessoal, variando entre críticas ácidas, opiniões fortes, humor, tom mais brando. Os Antigos não mais aparecem necessariamente inseridos na lógica do tempo afastado, ou do tempo eterno, mas ajudam a compor a crônica acerca do cotidiano do Rio de Janeiro.

Por fim, foram apresentadas as ideias propagadas por Bilac na última fase da sua vida. Durante os anos de campanha em favor do serviço militar obrigatório para toda a sociedade, causas que o poeta defendia há anos foram agregadas à sua concepção militar. Para Olavo Bilac, o exército reunia todos os elementos necessários para a real construção da nação brasileira igualitária. A caserna seria o lugar onde a parte masculina da sociedade aprenderia todos os requisitos básicos para se tornar um cidadão completo, um soldado-cidadão. Para Bilac, o ensino baseado no militarismo deveria se iniciar ainda na infância, por meio de uma

pedagogia ancorada em princípios do escotismo. Tal pensamento assemelha-se muito às concepções pedagógicas e militares da Grécia antiga. A ideia de *Hoplita* grego e de *agogé* espartana, bem como o ensino para a efebria ateniense partilham diversos pontos em comum com o ideal militar pregado nos anos de campanha, tais quais ampliação da cidadania baseado em preceitos militares, ensino militar desde a infância, abdicação de sentimento individual pelo coletivo, entre outros. Em um período de incertezas quanto ao futuro do país, num momento de Guerra Mundial e em que o país tentava se afirmar frente às potências mundiais, as ideias foram bem recebidas por parte da intelectualidade, dentro do meio militar e pelo público em geral. Em 1916, Bilac ajudou a fundar a Liga da Defesa Nacional, entidade que contemplaria grande parte do ideário do poeta e o ajudaria na difusão da campanha militarista. Defender a nacionalidade brasileira, como acreditava Bilac, também era defender as tradições clássicas, mas partindo do pressuposto do tempo do progresso. Aqui, a Antiguidade reaparece de maneira mais prática, como projeto reformista para o Exército brasileiro e para a sociedade.

O conflito entre o pensamento que pregava a importância da Antiguidade para constituição da nação, por um lado, e, por outro, o pensamento que via essa influência como pernicioso para a constituição do “espírito moderno” é bem representado por um caso curioso envolvendo Coelho Netto e Graça Aranha. Na conferência proferida na ABL por Graça Aranha em 1924, que precedeu a apresentação do seu projeto, Coelho Netto, ao final do discurso, teria se levantado e vociferado: “eu sou o último heleno!”. Uma das bandeiras levantadas pelo pensamento modernista (do qual Graça Aranha também fez parte) atacava justamente essa predominância intelectual da Antiguidade na formação cultural brasileira. O termo “passadismo” também seria utilizado por outros autores modernistas para “tratar do aprisionamento no passado, a incapacidade de romper com as tradições”.<sup>315</sup> Os modernistas foram os grandes responsáveis de fundamentar parte da crítica contra os parnasianos que persistem até os dias de hoje: arte pouco criativa, sem profundidade, poetas que pouco se interessavam pela vida da nação, boêmios irreparáveis. Graça Aranha, ao declarar que a ABL havia morrido para ele, não queria demonstrar simplesmente um rompimento com a instituição, mas a morte representava a negação de uma estética ultrapassada, de um estilo considerado nocivo, “herança maldita deixada pelo século XIX”.<sup>316</sup>

---

<sup>315</sup> Faria, 2008, p. 62.

<sup>316</sup> *Id.*, *ibid.*

Em 1921, numa série de artigos publicados para o periódico *Jornal do Comércio*, Mário de Andrade analisou a obra dos parnasianos Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Francisca Júlia e Vicente de Carvalho. A série, intitulada “Mestres do Passado”, trazia em seu primeiro artigo, “Glorificação”, uma justificativa de Mário de Andrade para publicar aquelas linhas. Em reação ao “último escândalo literário, proveniente da publicação dum as poesias de tendência modernista por Oswald de Andrade”, e que trouxe ao lume críticas contra os modernistas “injustas”, “perversas” e “levianas”, Mário de Andrade resolveu escrever os artigos sobre os parnasianos, uma espécie de resposta à crítica.<sup>317</sup> Na réplica do modernista, os parnasianos são apreciados como cadáveres, poetas mortos, que já cumpriram o “dever de poeta”. O agradecimento que o poeta faz aos Mestres do Passado é comparado com uma coroa que é colocada sobre “a tumba onde dormis o sono merecido!”. E mesmo os que ainda estavam vivos, comparados a fantasmas que não souberam “cumprir com magnificência e bizarria todo o calvário” do dever, “deveriam morrer!”. Enterrando os parnasianos, ou desejando a morte dos fantasmas que persistiam em continuar vivos, Andrade proclamava o fim de uma estética que ele considerava ultrapassada, decadente, propagadora de uma beleza sem profundidade, de um estilo “monótono e gelado”. O parnasianismo havia virado “um obstáculo a ser ultrapassado pela nova geração de poetas”.<sup>318</sup>

Para Graça Aranha, era por meio dessa superação e pelo abandono do “passadismo”, das “tradições falsas”, da Antiguidade, que a sociedade brasileira poderia se afirmar em sua nacionalidade verdadeira. O autor, assim, enxergava que a influência da cultura greco-romana, além de ser um mal para a formação da verdadeira literatura nacional, também era pernicioso para a formação da nacionalidade brasileira, a nacionalidade baseada no “espírito moderno”. A Antiguidade, nesse sentido, é a antítese do pensamento moderno, sendo, inclusive, considerada um impedimento para o desenvolvimento do progresso nacional. No embate entre Antiguidade e Modernidade, então, desvelam-se não somente divergências literárias e artísticas, ou querelas individuais baseadas na preferência pelo pensamento moderno ou pela cultura clássica. Claro, o gosto individual dos autores também é fator importante no desenvolvimento do seu estilo literário e de suas opções ideológicas. Como argumentou-se, a paixão confessa de Bilac pelo passado é um elemento que pode ajudar a explicar a constante retomada de temas clássicos em sua produção. Porém, no momento em que se discutiam os caminhos a se percorrer para que o Brasil entrasse nos rumos

---

<sup>317</sup> Andrade, 1964, p. 252-309.

<sup>318</sup> Faria, 2006, p. 52.

civilizacionais das potências mundiais, esses intelectuais apresentaram-se como paladinos sociais no intento de sanar os problemas nacionais e criar possibilidades para que o Brasil se constituísse como um Estado-Nação. Assim, são apresentados diferentes planejamentos para que esse objetivo fosse alcançado. Os literatos teriam um papel fundamental na consolidação dessa empreitada, fornecendo suporte intelectual para o projeto. Então, a querela entre Antigos e Modernos, no Brasil, revela também a ideologia por trás dos projetos de sociedade que os intelectuais apresentavam. Para Bilac e outros propagadores da cultura clássica, defender o Brasil também era defender a tradição clássica e vice-versa, pois, pensando num tempo do progresso, a tradição greco-romana era a própria “história da Civilização”. Em contraposição, o pensamento modernista que estava surgindo ao final da vida de Bilac, falava na necessidade de superar a geração morta do “passadismo”. Ambos os pensamentos partiam de uma ideia temporal do progresso, mas construída sobre pressupostos distintos.



## ARQUIVOS DIGITAIS CONSULTADOS

Acervo Estadão. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>

Arquivo público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>

Domínio Público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>

Brasiliana USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>

Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

Internet Archive. Disponível em: <http://archive.org/index.php>

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

### PERIÓDICOS CONSULTADOS

*Atlantida*: mensário artístico literário e social para Portugal e Brazil. Portugal: 1915-1917.

*Correio Paulistano*. São Paulo: 1907-1916.

*Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: 1885.

*Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1878.

*Estado de São Paulo*. São Paulo: 1915.

*Folha da Manhã*. São Paulo: 1939

*Fon-Fon*. São Paulo: 1913-1915.

*Gato*: Album de caricaturas (O). Rio de Janeiro: 1911.

*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro: 1890-1908; 1939.

*Jornal das Moças*. Rio de Janeiro: 1915.

*Kosmos*. Rio de Janeiro: 1904-1908

*Notícia* (A). Rio de Janeiro: 1895-1908.

*Paiz* (O). Rio de Janeiro: 1915.

*Pirralho* (O). São Paulo: 1915-1916.

*Semana* (A). Rio de Janeiro: 1887.

## DE BILAC

Bilac, Olavo. Carta a Rodrigo Otávio, 16 de novembro de 1886 . Em *Revista da Academia Brasileira de Letras*, 1932, p. 112.

\_\_\_\_\_. Carta a Bernardo de Oliveira, 2 de junho de 1987. Em *Revista da Academia Brasileira de letras*, 1932, p. 244.

\_\_\_\_\_. Carta a Antônio Fernandes Figueira, 17 de maio de 1987. Em *Revista da Academia Brasileira de letras*, 1932, p. 240-241.

\_\_\_\_\_. [2006a]. *Bilac, o jornalista*. Crônicas: volume 1. Org. de Antonio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. [2006b]. *Bilac, o jornalista*. Crônicas: volume 2. Org. de Antonio Dimas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. [1904] .*Crítica e fantasia*. Lisboa: A. M. Teixeira.

\_\_\_\_\_. [1930]. *Conferências Literárias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

\_\_\_\_\_. [1894]. *Crônicas e novelas*. Rio de Janeiro, Cunha e & irmão.

\_\_\_\_\_. [1965]. *A Defesa nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

\_\_\_\_\_. [1916]. *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

\_\_\_\_\_. [1996]. *Obra reunida*. Org. e int. de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

\_\_\_\_\_. [1902]. *Poesias*. ed. definitiva. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, 1902.

\_\_\_\_\_. [1978]. *Poesias*. Panóplias, Via-Láctea, Sarças de Fogo, Alma inquieta, As viagens, O Caçados de Esmeraldas, Tarde. Rio de Janeiro: Ediouro.

\_\_\_\_\_. [2011]. *Registro: Crônicas da Belle Époque carioca*. Org., int. e notas de Alvaro Santos Simões Júnior. Campinas: Editora Unicamp.

\_\_\_\_\_. [1919]. *Tarde*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1919.

\_\_\_\_\_. [1927] *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

\_\_\_\_\_.; BOMFIM, Manoel.[2000]. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

## FONTES GERAIS

*Academia das Ciências de Lisboa*. [1917]. Boletim da Segunda Classe: *Actas e pareceres, estudos, documentos e notícias*. Volume X, 1915-1916. Lisboa: Imprensa da Universidade.

ANDRADE, Mário. [1964]. *Mestres do Passado*. Em BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro*. Antecedentes da Semana de Arte Moderna. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 252-309.

ARANHA, Graça. [1969]. *Obra Completa*. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1969.

ASSIS, Machado de. *Crônica*. [1897]. Em *A Semana*, 28 de fevereiro de 1897.

CAMPOS, Humberto. [1954] *Diário secreto*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, V. 1.

GAUTIER, Théophile. [1911]. *Émaux et Camées*. Paris: Bibliothèque-charpentier Eugene Fasquelle.

KLINGER, Bertholdo Riter.[1958] *Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil na primeira metade do século*. Rio de Janeiro: Cruzeiro.

LOBATO, Monteiro. [1964] *A barca de gleyre, 1º tomo – quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Editora Brasiliense.

NETTO, Coelho. [1929]. *Fogo Fátuo*. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão.

RIO, João do. [s/d]. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

TEMPLE, William. [1910]. *Essay upon the ancient and the modern learning*. In *Essays of Sir William Temple*. Londres: Blackie.

Tirteu. [1995]. “Fragmentos 6, 7 e 9” (Diehl). Em Maria Helena da Rocha Pereira (organização e tradução). Coimbra: Instituto de Letras da Faculdade de Coimbra/Instituto de Estudos Clássicos, 1995, 6a ed., p. 93-95.

VERÍSSIMO, José. [1900] *A instrução e a Imprensa: memória*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. [1985]. *Antologia da Poesia Brasileira: Realismo e Parnasianismo*. São Paulo: Editora Ática.

ARAUJO PENNA, Fernando de. [2008]. *A importância da tradição clássica no nascimento da disciplina escolar história no Imperial Colégio de Pedro II*. Em CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; APARECIDA, Maria de Oliveira Silva. *A Tradição clássica e o Brasil*. Brasília: Fortium Editora, 2008.

BANDEIRA, Manuel. [1965]. *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Parnasiana*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.

BARBOSA, Osmar. *Olavo Bilac: vida e obra*. Rio de Janeiro: Ediouro.

BENZAQUEN, Ricardo. [1988] Ronda Noturna - *Narrativa, Crítica e Verdade Em Capistrano de Abreu*. ESTUDOS HISTÓRICOS, RIO DE JANEIRO, 1988 v. 1, n. 1.

BERNAL, Martin. [1994]. *Black Athena: The Afrosiatic Roots of Classical Civilization*. Volume 1: The Fabrication of Ancient Greece – 1785-1985. New Jersey: Rutgers University Press.

Brasil. [s/d]. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/olavo-bilac-servico-militar>

\_\_\_\_\_. [1875]. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56637&norma=72488>

BRESCIANI, Stella. [2001]. *Identidades Inconclusas no Brasil do Século XX – Fundamentos de um Lugar –Comum*. Em BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)Sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

BROCA, Brito. [1992]. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: Vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Projeto original de Alexandre Eulálio. Organização de Luiz Dantas. Campinas: Ed. da Unicamp.

\_\_\_\_\_. [1960] *A vida literária no Brasil – 1900..* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

\_\_\_\_\_. [1957]. *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

CANDIDO, Antonio. [1992]. *A vida ao rés-do-chão*. Em Fundação casa de Rui Barbosa. *A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, Fundação casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13-22.

\_\_\_\_\_; CASTELLO, J. Aderaldo. [1968]. *Presença da Literatura Brasileira*. Romantismo, Realismo, Parnasianismo, Simbolismo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. [1985] *As malhas de aço no tecido social: a revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório*. 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CARPEAUX, Otto Maria. [1982]. *História da Literatura Ocidental*. Volume 6. Rio de Janeiro: Alhambra.

CARVALHO, J. M. [2005]. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. [2008a] *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COUTINHO, Afrânio. [1975]. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Distribuidora de Livros escolares.

DELGADO, Lucília. [2008]. *Cidadania e República no Brasil: história, desafios e projeção do futuro*. Em DIAS, Maria. T. F.; PEREIRA, Flávio H. U (Orgs.). *Cidadania e Inclusão Social*. Estudos em homenagem à Professora Miracy Barbosa de Souza Gustin. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, p 321-335.

DELUMEAU, Jean. [1984] *A civilização do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984.

DIMAS, Antonio. [2006] *Bilac, o jornalista – ensaios*. . São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp, Editora da Unicamp.

FARIA, Daniel. [2006]. *O mito modernista*. Uberlândia: EDUFU.

\_\_\_\_\_. [2008]. *Memórias Póstumas de Camões*. Ou o Anacronismo em Três Tempos. Em *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 57-72, jul.-dez. 2008

FINLEY, Moses (Org.). [1998]. *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. [1989]. *Esparta e a sociedade espartana*. Em Finley, Moses. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FURET, François. [s/d]. *A Oficina da história*. Lisboa: Gradiva.

GINZBURG, Carlo. [2007] *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das letras.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. [1988] O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Em *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº1: 1988.

HANSEN, Patrícia Santos. [2011]. *Olavo Bilac: ideólogo do nacionalismo brasileiro*. Relatório de pesquisa. Disponível em: <http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342394.PDF>

\_\_\_\_\_. [2007]. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na primeira república*. Tese (doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP).

HARTOG, François. [2003] *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

JAEGER, Werner. [1989]. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes.

JORGE, Fernando. [1992]. *Vida e Poesia de Olavo Bilac*. São Paulo: T.A. Queiroz.

KOSELLECK, Reinhart. [2006] *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, Editora PUC Rio.

LACERDA, Sonia. [2003] *Metamorfoses de Homero: História e antropologia na crítica setecentista da poesia épica*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

LAJOLO, Marisa. [1982]. *Usos e abusos da literatura na escola*. Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Editora Globo.

LEAL, Ernesto Castro. [2009] *A ideia da confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX*. Estudos Filosóficos – Revista do Departamento de Filosofia e Métodos. Brasil: Universidade Federal de São João Del-Rei, número 3 (Atas do VIII Colóquio Antero de Quental), p. 268-284.

LENCLUD, Gérard. [1987] A tradição não é mais o que era – sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. Extraído de *Terrain: revue d'ethnologie de l'Europe*, nº 9 (Habiter La Maison).

LOVE, Joseph L. [2000]. *A República brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937)*. Em MOTA, Carlos Guilherme (org.) . *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)*. A grande transação. São Paulo: Senac, 2000, p. 123-162.

MACCANN, Frank D. [2007]. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras.

MAGALHÃES JR., Raymundo. [1974]. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Americana.

MARSHALL, Thomas Humphrey. [1967]. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

MARROU, Henri-Irénée. [1975]. *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

MEYER, Marlyse. [1992] *Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica*. Em Fundação casa de Rui Barbosa. *A Crônica - O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp; Rio de Janeiro, Fundação casa de Rui Barbosa, 1992, p. 93-133.

MELO, Virgínius da Gama E. [1965]. *O alexandrino de Olavo Bilac*. João Pessoa: Universidade Federal do Pará.

MILLIET, S. [1944]. *Diário crítico de Sérgio Milliet*. 2.ed. São Paulo: Martins, 1981, V.2.

MOSSÉ, Claude. [1989] *A revolução hoplítica*. Em *A Grécia arcaica de Homero a Ésquilo*. Lisboa, edições 70, p. 175-192.

NEEDELL, Jeffrey David. [1993]. *Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro da Virada do Século*. São Paulo: Companhia das Letras.

NETO, Manuel Domingos. [1980]. *Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889 – 1930)*. Em ROUQUIÉ, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980, p.43 – 69.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. [2010]. *História da Idade Média*. São Paulo: Unesp.

RANGER, T. O.; HOBBSAWM, Eric (Org.). [1984]. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. [1993]. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil : 1870-1930* . São Paulo: Companhia das Letras.

SEVCENKO, Nicolau (org.). [1998] *História da vida privada no Brasil. v. 3 – Da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras.

\_\_\_\_\_. [1983] *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SIMÕES JR., Alvaro Santos. [2005]. *Cleópatra prostituída ou a evocação histórica a serviço da sátira*. Fortaleza: Revista de Letras , v. 27, n.1-2,2005, p. 5 - 8.

\_\_\_\_\_. [2007] *A sátira do Parnaso*. Estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904. São Paulo: Editora UNESP.

SODRÉ, Nelson Werneck. [1999]. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, editora MAUAD.

VERNANT, Jean-Pierre. [2009]. *A travessia das fronteiras: entre mito e política II*. São Paulo, Edusp.

\_\_\_\_\_. *As origens do pensamento grego*. [1992]. Rio de Janeiro/Sao Paulo: DIFEL.

VIDAL-NAQUET, Pierre. [1983] *Formas de pensamiento y formas de sociedad en el mundo griego – El cazador negro*. Barcelona: Ediciones Península.

\_\_\_\_\_. [1995]. *Os Jovens*. O cru, a criança grega e o cozido. Em LE GOFF, Jacques (org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1995, p. 116-139.

WINCKELMANN, Johann Joachim. [1975]. *Reflexões sobre a arte antiga*. CO-Edições URGs: Porto Alegre